

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Carine Ivone Popiolek

**AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARTICULARES EM PORTO ALEGRE  
(1927-1957): ASPECTOS RELACIONADOS ENTRE TEMPO, ESPAÇO E  
CIDADE**

Porto Alegre

2016

Carine Ivone Popiolek

**AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARTICULARES EM PORTO ALEGRE  
(1927-1957): ASPECTOS RELACIONADOS ENTRE TEMPO, ESPAÇO E  
CIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Natália de Lacerda Gil

Linha de Pesquisa: História, Memória e Educação

Porto Alegre

2016

## CIP - Catalogação na Publicação

Popiolek, Carine Ivone

As Instituições de Ensino Particulares em Porto Alegre (1927-1957): Aspectos relacionados entre Tempo, Espaço e Cidade / Carine Ivone Popiolek. -- 2016.

172 f.

Orientadora: Natália de Lacerda Gil.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Instituições de ensino. 2. Porto Alegre. 3. Tempo. 4. Espaço. 5. Cidade. I. Gil, Natália de Lacerda, orient. II. Título.

Carine Ivone Popiolek

**AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARTICULARES EM PORTO ALEGRE  
(1927-1957): ASPECTOS RELACIONADOS ENTRE TEMPO, ESPAÇO E  
CIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação.

Aprovada em 19/01/2017

---

Profa. Dra. Natália de Lacerda Gil - Orientadora

---

Profa. Dra. Carla Beatriz Meinerz - UFRGS

---

Profa. Dra. Regina Maria Duarte Scherer - PMPA

---

Profa. Dra. Maria Augusta Martiarena de Oliveira - IFRS

## **AGRADECIMENTOS**

A caminhada para a realização do mestrado teve colaborações imprescindíveis, fundamentais para que o sonho se tornasse realidade.

Deus

Família

Natália

Professoras e professores

Amigos, amigas e colegas

IFRS

UFRGS

Tudo se tornou possível com a colaboração de vocês!

O ensino médio técnico mostrou que fazer mestrado seria um desafio muito grande, a Administradora confirmou essa perspectiva ao entrar na universidade, o mercado de trabalho apontou para as especializações, e também ressaltou a indicação para a docência. O sonho intensificou, as decisões também. Vamos traçar os caminhos para o mestrado. A chegada à UFRGS! Ao mestrado em Educação! O sonho realizado!

Seria possível agradecer academicamente? Nesse momento, é a emoção quem o faz! Com simples palavras: agradecida, gratidão. E,

**MUITO OBRIGADA!**

Como todo conhecimento, a história faz-se assumindo riscos. Se passarmos a vida a evitá-los, renunciaremos à possibilidade de produzir algo interessante, com significado para nós e para os outros. O que importa, na ciência, é a capacidade de ver de outro modo, de pensar de outro modo. [...] Sem transgressão não há descoberta, não há criação, não há ciência (NÓVOA, 2015).

## RESUMO

Esta dissertação apresenta aspectos relacionados às instituições de ensino particulares na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, entre 1927 e 1957. Tempo, espaço e cidade são fatores que fazem parte da análise que envolve escolarização e urbanização da capital sul-rio-grandense. Visando identificar características das escolas fundadas na cidade, optou-se por fazer um levantamento dos educandários e suas particularidades, além da localização e possíveis alteração de endereço. Por meio da pesquisa em livros, trabalhos acadêmicos, artigos, textos e materiais históricos, como por exemplo, documentações oficiais, relatórios de instrução e de intendência, atas, documentos municipais e estaduais, legislações, mapas e através da *internet*, foi efetuado o levantamento das escolas e sua localização nos mapas de 1928 e 1952. Visitas aos acervos de bibliotecas, arquivos, consultas virtuais foram realizadas para obtenção dos dados e posterior análise das informações e na relação destas com características socioeconômicas, políticas, culturais, étnicas e confessionais. Após examinar o conjunto de informações foi possível perceber aspectos que impactaram nos processos de escolarização do período da pesquisa. Cynthia Greive Veiga, Luciano Faria Filho, Milton Santos e Célia Ferraz de Souza foram autores que colaboraram com as análises e reflexões deste estudo.

Palavras-chave: **Instituições de ensino, Porto Alegre, tempo e espaço.**

---

POPIOLEK, Carine I. As instituições de ensino particulares em Porto Alegre (1927-1957): aspectos relacionados entre tempo, espaço e cidade. Porto Alegre, 2016. Dissertação em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

## ABSTRACT

This thesis presents aspects related to the private education institutions in Porto Alegre, the capital of Rio Grande do Sul, between 1927 and 1957. Time, space and city are factors involved in the analysis that concerns schooling and urbanization in the capital of Rio Grande do Sul. Aiming to identify the characteristics of the schools established in the city, it was chosen to make a survey of the schools and their features, as well as their location and any possible change of address. Through research in books, academic works, articles, texts and historical materials, such as official documentation, instruction and stewardship reports, minutes, municipal and state documents, legislations, maps and the internet use, a survey was carried out on the schools and their locations in the 1928 and 1952 maps. Archives and libraries collections were visited and virtual consultations were carried out to obtain the data, later information analysis and their relation with socioeconomic, political, cultural, ethnic and confessional characteristics. After examining the set of information, it was possible to detect aspects that impacted the schooling processes of the research period. Cynthia Greive Veiga, Luciano Faria Filho, Milton Santos and Célia Ferraz de Souza were authors who collaborated with the analyzes and reflections of this study.

**Key-words: Education Institutions, Porto Alegre, time and space.**

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Recorte do verso da capa do documento “Escolas novas para Porto Alegre” 1956.....	24
Figura 2: Mapa da Capitania do Rio Grande do Sul -1809.....	29
Figura 3: Primeira planta do Porto dos Casaes s/d.....	30
Figura 4: Planta de Porto Alegre – 1772.....	32
Figura 5: Sesmarias no território de Porto Alegre s/d.....	33
Figura 6: Cidade Alta (vista da atual Praça da Matriz) s/d .....	35
Figura 7: Cidade Baixa (vista da atual Rua Washington Luiz) s/d.....	36
Figura 8: Vista da cidade pelo Guaíba s/d.....	36
Figura 9: Planta de Pôrto Alegre – 1906.....	37
Figura 10: Recorte da maquete: Porto Alegre - Expansão da Cidade s/d.....	64
Figura 11: Fachada do prédio da Sociedade Italiana Vittorio Emanuele II em 1938 com a inscrição: “Colégio Ítalo-Brasileiro”.....	73
Figura 12: Colégio Americano em 1926.....	75
Figura 13: Velho Casarão – Primeira sede própria do Colégio Farroupilha na década de 1950.....	76
Figura 14: Colégio Anchieta em construção no Bairro Três Figueiras 1957.....	78
Figura 15: Sede da Sociedade Umberto I 1938.....	79
Figura 16: Escola Águia Branca, Porto Alegre, 1926.....	81
Figura 17: Fachada do Colégio Sevigné s/d.....	83
Figura 18: Imagem antiga da fachada do Colégio Rosário, da Praça Dom Sebastião s/d.....	85
Figura 19: Prédio do Colégio Bom Conselho s/d.....	86
Figura 20: Prédio do Colégio São Francisco Santa Família s/d.....	87
Figura 21: Prédio da escola La Salle Dores s/d.....	88
Figura 22: Prédio do Colégio Cruzeiro do Sul s/d.....	89
Figura 23: Primeiro prédio da escola La Salle Santo Antônio s/d.....	90

Figura 24: Prédio da escola Pão dos Pobres s/d.....	91
Figura 25: Prédio do Colégio Bom Jesus São Luiz s/d.....	92
Figura 26: Foto antiga do Instituto Champagnat s/d.....	93
Figura 27: Foto do Instituto Champagnat s/d.....	94
Figura 28: Prédio da escola Nossa Senhora da Glória s/d.....	95
Figura 29: Prédio do Instituto Porto Alegre - IPA s/d.....	97
Figura 30: Fachada do Colégio Batista nos anos 1950.....	99
Figura 31: Estudantes do Colégio Pastor Dohms 1939.....	101
Figura 32: Prédio da escola Rainha do Brasil s/d.....	103
Figura 33: Prédio do Colégio Santa Inês s/d.....	104
Figura 34: Vista da Escola Nossa Senhora do Brasil s/d.....	105
Figura 35: Construção do Colégio Assunção s/d.....	106
Figura 36: Uma das primeiras turmas, somente masculina do Colégio Assunção s/d.....	106
Figura 37: Turma de estudantes da escola Santa Dorotéia s/d.....	108
Figura 38: Mapa de 1928 com localização das escolas.....	116
Figura 39: Mapa de 1952 com localização das escolas.....	118

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>12</b>
<b>2 ELEMENTOS BASILARES DA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....</b>	<b>15</b>
2.1 BREVE PERCURSO DE FORMAÇÃO.....	15
2.2 OBJETIVOS, PERIODIZAÇÃO E PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	18
<b>3 ASPECTOS CARACTERIZANTES DE ESCOLARIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO EM PORTO ALEGRE : TEMPO, ESPAÇO E CIDADE.....</b>	<b>28</b>
3.1 A HISTÓRIA DE PORTO ALEGRE.....	28
3.2 A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO, AMPLIAÇÃO DO ACESSO À ESCOLA E INICIATIVAS DE ENSINO EM PORTO ALEGRE.....	35
3.3 PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO.....	49
<b>4 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARTICULARES EM PORTO ALEGRE ENTRE 1927 E 1957.....</b>	<b>70</b>
4.1 ELEMENTOS DE SÍNTESE.....	108
4.2 AS ESCOLAS E SUA LOCALIZAÇÃO NOS MAPAS DE 1928 E 1952.....	112
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>120</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>124</b>
<b>APÊNDICE A - LISTA DAS INSTITUIÇÕES CRIADAS EM PORTO ALEGRE.....</b>	<b>136</b>
<b>ANEXO A - EFEMÉRIDES DA INSTRUÇÃO EM PORTO ALEGRE.....</b>	<b>156</b>
<b>ANEXO B - RELATÓRIO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE 1926 - 1927.....</b>	<b>157</b>
<b>ANEXO C - ESCOLAS NOVAS PARA PORTO ALEGRE.....</b>	<b>162</b>
<b>ANEXO D - PORTO ALEGRE- EXPANSÃO DA CIDADE.....</b>	<b>172</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta dissertação<sup>1</sup> resulta de um período de estudos específico sobre história da educação e mais precisamente sobre a história das instituições de ensino da cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. Apresenta ainda aspectos que envolvem a urbanização e a escolarização, vinculadas às escolas particulares do município.

As instituições de ensino de Porto Alegre têm sido estudadas e pesquisadas principalmente no sentido de melhor conhecer a história de suas trajetórias específicas. Assim, temos como exemplo pesquisas sobre o Colégio Farroupilha (Telles, 1974) e o Colégio Americano (Grimaldi, 2014) que focalizam as dinâmicas e práticas de cada uma dessas instituições, ao longo do tempo. Existem também estudos sobre escolas étnicas e outras mantidas por congregações religiosas. Percebe-se que boa parte dos estudos desenvolvidos até então tratam de uma instituição específica, ou mais de uma, apontando, contudo, características determinadas, como o estudo dos cadernos, da atuação dos docentes, do mobiliário escolar. A possível relação existente entre essas diferentes escolas não aparece com frequência nas análises. Buscar compreender se os locais e os espaços dentro da área do município ocupados pelas instituições atendiam à demanda da população que estava ao seu redor passa a ser importante neste estudo. Saber se as escolas estavam próximas umas das outras poderia contribuir para uma possível disputa da parcela estudantil dos habitantes. Parcela essa que estaria sendo atendida conforme características sociais, políticas, econômicas, etnoculturais, etárias, gênero etc.

O recorte especial em relação à educação em Porto Alegre também adveio da experiência prévia com a pesquisa realizada em Erechim/RS, como também pelo

---

<sup>1</sup> O início do Mestrado deu-se na linha de pesquisa Políticas e Gestão de Processos Educacionais, tendo seguido dessa forma até o segundo semestre de 2015, quando da apresentação do projeto de dissertação. Devido à mudança da professora orientadora, que ingressou na linha História, Memória e Educação, também esta dissertação foi redirecionada para esta linha de pesquisa.

instigante sentimento que surgiu num dos encontros do grupo de pesquisa, quando recebemos a pesquisadora canadense Thérèse Hamel, que nos apresentou um mapeamento das escolas de Quebec, no Canadá. O quanto a escolarização e a urbanização estavam intrincadas com características relativas à integração das dimensões espaço e tempo na estrutura das cidades e a correlação com a diversidade dos processos sociais na origem do desenvolvimento das instituições são alguns dos aspectos apontados pela pesquisadora quando apresentou parte da pesquisa desenvolvida pelo grupo coordenado por ela (HAMEL, 2005).

Hamel reitera:

Nos meandros do grande rio educacional, precisamos nos apoiar em algumas pedras, balizas num universo ao mesmo tempo complexo e muito marcado de proximidade para poder ser analisado com o desprendimento ideal. De fato, a proximidade emotiva da instituição escolar e o fato de que todos acreditam conhecê-la, por terem permanecido nela, mais ou menos, tempo suficiente, tornam um tanto opaco o olhar que lançamos sobre ela. Inversamente, ela se situa no coração de múltiplas contradições. De um lado, é uma das instituições centrais de socialização e transmissão da cultura de uma sociedade, elemento central do desenvolvimento do ser humano. De outro, está na confluência de complexas relações entre o desenvolvimento econômico, político, social e cultural de uma sociedade. Por fim, ela é o que está em jogo nas lutas e interesses entre o Estado, a Igreja, a comunidade local, a família e a escola (2005, p. 417).

Diante disto e das possibilidades e limitações que surgiram durante a caminhada de pesquisa, esta Dissertação dedicou-se a investigar quando e onde foram criadas as instituições particulares de ensino de Porto Alegre, entre 1927 e 1957. Além disso, aspectos relativos à escolarização e urbanização são trazidos, no que tange à dinâmica urbana e implicações envolvendo tempo e espaço escolares e cidadãos.

Nas considerações iniciais as motivações que colaboraram com a delimitação do tema são elencadas, bem como o conteúdo dos capítulos.

Na sequência são anunciadas características da proposta, aspectos teórico-metodológicos e a inserção acadêmica da pesquisadora em formação. Como elementos de base são apontados os conceitos e autores principais, hipóteses e proposição original. O período também é informado, bem como os objetivos. Os principais documentos e fontes são apontados, além da metodologia empregada e a vinculação com o grupo de pesquisa.

No capítulo três, são elencados aspectos que envolvem a história de Porto Alegre, a dinâmica urbana envolvendo tempo e espaço, tópicos sobre urbanização e escolarização. Um breve histórico de Porto Alegre é retomado, no que tange às características da cidade quanto à tipologia, categoria da mesma em função de influências positivistas. Além disso, apresentam-se aspectos teóricos quanto à cidade, à escolarização, à urbanização, ao espaço e ao tempo com base em autores como Cynthia Greive Veiga, Milton Santos, Luciano Faria Filho, Diana Vidal, Amália Dias, Célia Ferraz de Souza e outros.

O quarto capítulo versa sobre as escolas particulares e apresenta características, sínteses e a localização das mesmas nos mapas de 1928 e 1952. São apontadas particularidades relativas ao período, época de criação dos educandários, e, em alguns casos, demais datas importantes, mantenedores e público ao qual se destinavam. Aspectos que diferem do que conhecemos do sistema de ensino atual são elencados colaborando no entendimento das características da instituição. Parte significativa dessas escolas eram confessionais ou étnicas, fatores que normalmente determinavam localização e características do ensino ofertado.

Nas considerações finais apontam-se informações quanto ao espaço e à cidade em relação às instituições de ensino que foram localizadas nos mapas, além das descobertas e indicações de possibilidades de continuidade de pesquisa que possam corroborar também com o projeto de pesquisa a que está vinculada a dissertação.

## 2 ELEMENTOS BASILARES DA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Construir uma pesquisa envolve aspectos que vão desde características relacionadas ao pesquisador e suas particularidades como os fundamentos de pesquisa científica. Este capítulo aponta entrelaçamentos de ambos com a temática e o desafio proposto pela mesma.

### 2.1 BREVE PERCURSO DE FORMAÇÃO

O percurso que resultou na escrita desta dissertação tem início em 2013 quando, como aluna do Programa de Educação Continuada (PEC), no nível de graduação na UFRGS, tive contato com as possibilidades de pesquisa em História da Educação, que me despertaram grande interesse. Na ocasião, a disciplina intitulava-se História da Educação: História da Escolarização Brasileira e Processos Pedagógicos, com a professora Natália de Lacerda Gil. Após a concretização de que seria viável tornar-me aluna de uma universidade federal, o sonho do mestrado começava a ser vislumbrado como possível. Numa conversa ao final do semestre com a professora, perguntei a respeito das possibilidades de caminhos para o mestrado, em função da formação em Administração numa universidade do interior do estado, das especializações previamente cursadas, além da experiência docente na trajetória profissional. Com o encantamento proporcionado pela vivência como professora de cursos profissionalizantes, de curso técnico e de graduação semipresencial, o sonho de criança estava se concretizando e seria necessária uma adequação da formação profissional. Assim, o curso de formação pedagógica para docentes preencheu uma lacuna inicial em relação aos aspectos pedagógicos mais direcionados que ainda precisavam ser aprofundados.

A continuidade de experiências na UFRGS veio com a aprovação como aluna do Programa de Educação Continuada (PEC), agora no nível de pós-graduação. A disciplina de História e Historiografia da Escola Brasileira confirmou o interesse pela história da educação, que também foi evidenciado através da participação no ESHE

(Grupo de Estudos Sócio-Históricos sobre Escolarização) e no projeto de pesquisa Repetência e Evasão na Escola Brasileira (1889-1930), em ambos voluntariamente. As atividades referidas contribuíram para o interesse em relação aos temas vinculados às mesmas, proporcionando vivências de pesquisa em alguns acervos da capital gaúcha e também do interior do estado. Assim, a pesquisa passou a fazer parte da caminhada e, conseqüentemente, a preparação para o processo seletivo do mestrado em educação. Uma das pesquisas realizadas teve como tema a educação no município de Erechim/RS, minha cidade natal.

A visita ao arquivo da cidade proporcionou descobertas importantes, bem como a vivência das primeiras limitações quanto à organização e existência de documentação para continuidade da pesquisa. Um dos aspectos identificados em relação às possibilidades de comparativos e ampliação da educação obrigatória desde a fundação do município até a contemporaneidade refere-se ao território abrangido pelo mesmo. Com o passar dos anos, a área do município foi se reduzindo em função de emancipações e cedências; assim, as relações que tenderiam a se estabelecer entre urbanização e escolarização ficariam restritas em função das condições que cada novo município poderia ter e vir a construir com o passar do tempo e do recebimento de recurso, por exemplo. Percebendo o quanto a educação fez parte da história do município estudado, nas diversas formas e sentidos, bem como a movimentação, urbanização, nível de escolarização, repetência e evasão; veio o estímulo para buscar entender esses movimentos em Porto Alegre, imaginando as possibilidades que o aprofundamento de estudos relativos à capital poderia trazer em termos de um entendimento também das questões de repetência e evasão, pensando em diferentes períodos e formas em que a educação e as instituições escolares foram se fixando e se desenvolvendo na capital gaúcha.

A oportunidade de cursar as disciplinas na UFRGS e as descobertas em relação ao processo de pesquisa acadêmica só foram possíveis em função do início de uma nova caminhada profissional, a qual tinha acontecido em novembro 2010, quando fui chamada pelo IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, para assumir o cargo de assistente em administração. A vaga era para a cidade de Rio Grande, no sul do Estado. Cerca de 750 km de Erechim. Deixar família, os dois locais de trabalho (escola e indústria), a formação em andamento, era mais um desafio.

Foi difícil a decisão de continuar o curso de Formação Pedagógica para Docentes da Educação Básica, Técnica e Tecnológica do campus Sertão do IFRS. Os custos emocionais, físicos e financeiros foram imaginados, e, com o apoio constante da família, encarei mais esta etapa. Com alguns tropeços, claro, mas em agosto de 2011 a primeira turma de formação pedagógica para docentes do Campus Sertão concluiu seu curso.

Passando a conhecer as diversas legislações do serviço público federal, fiquei especialmente motivada com a possibilidade de remoção para outro campus do IFRS, pensando em Porto Alegre, visando o mestrado. Com o tempo, a possibilidade tornou-se real e, em abril de 2012, tornei-me moradora da capital do Rio Grande do Sul. Passei a atuar no Campus Restinga do IFRS, que se localiza no bairro de mesmo nome.

Com a inserção na estimulante, porém desafiante, vida acadêmica a partir de 2013, novos objetivos passaram a integrar meu cotidiano, principalmente no que diz respeito às leituras e estudos para o processo seletivo para o Programa de Pós Graduação em Educação da UFRGS. Após o ingresso no mestrado, no segundo semestre de 2014, outros propósitos integraram-se à atividade profissional, envolvendo disciplinas, leituras, bem como estudos mais direcionados às intenções de pesquisa.

Uma das preocupações dizia respeito a cumprir os critérios para a conclusão do mestrado e, muito além disso, a expectativa em relação ao aprendizado e, principalmente, à experiência do processo de pesquisa e às descobertas que este proporcionaria. Fez parte a aproximação e o relacionamento com pesquisadores, instituições de ensino, colegas, professores, não somente da linha de pesquisa como também de diversas instituições através de encontros em seminários, reuniões, congressos, grupos de estudos e de comemorações. Perceber a organização da área da História da Educação e seu posicionamento, inclusive da macroárea Educação, foi imprescindível para entender sua importância e particularidade, o que também foi possível através das associações de pesquisadores da área.

Com todas essas atividades, sem sombra de dúvidas o conhecimento foi infinitamente alargado, o que gerou uma consequente ampliação do capital cultural e social também percebido em viagens e conversas nos intervalos. Como não poderia deixar de ser, as limitações também surgiram e, em relação a elas, foi necessário um aporte considerável de esforços para que se buscasse minimamente atender expectativas

geradas em função da formação em andamento. Uma das formas de superação diz respeito à participação no grupo de estudos, bem como às atividades de pesquisa realizadas em conjunto com a orientadora e os colegas, tanto nos locais onde se encontravam os acervos, quanto nas reuniões na universidade.

A linha de pesquisa História, Memória e Educação passou a oferecer disciplinas de cunho obrigatório, que colaboraram no sentido das particularidades da pesquisa em História da Educação, suas leituras e escrita, em especial atividades de análise de textos colaboraram na identificação e fortalecimento das características dos trabalhos da mesma área. O momento da banca de defesa do projeto trouxe ansiedade e nervosismo, comuns frente ao ineditismo do processo. Uma espécie de imersão foi necessária para a concretização da dissertação, seja pela dificuldade encontrada no percurso da pesquisa, seja pelo momento de juntar todas as informações e coordená-las para o propósito final estipulado.

## 2.2 OBJETIVOS, PERIODIZAÇÃO E PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A criação das instituições escolares em Porto Alegre, a influência que possivelmente exerceram no espaço da cidade, e o movimento da população eram desafios propostos para a pesquisa<sup>2</sup>. Propunha-se compreender o modo pelo qual a escola vai se impondo no espaço da cidade, o acesso dos alunos e as características das instituições particulares. Entende-se que aspectos socioeconômicos e culturais podem ter impactado a escolarização e a urbanização porto-alegrense no recorte temporal da pesquisa. Os fatores apontados tendem a colaborar no desenvolvimento das cidades e, por isso o estudo destes aspectos relacionados, buscando verificar influências recebidas e proporcionadas pelos mesmos, preenche uma lacuna percebida na historiografia da educação porto-alegrense.

---

<sup>2</sup> Este estudo integra uma pesquisa mais ampla, o projeto interinstitucional (UFRGS, UNICAMP, USP) “A escola obrigatória e seus alunos: acesso, permanência e desempenhos (1870-1970)”, financiado pelo CNPq (processo nº 454937/2014-8).

Com as especificidades apontadas, este trabalho assumiu como objetivo principal *investigar a fundação das instituições de ensino particulares e os espaços onde são instaladas em Porto Alegre entre 1927 e 1957*. Nesse sentido, estabeleceu-se como objetivos específicos:

- Identificar a data de criação das instituições escolares e sua localização no mapa da cidade;
- Mapear as instituições escolares e registrar as possíveis mudanças de endereço dessas escolas ao longo do período;
- Distinguir as escolas localizadas em étnicas; confessionais e outras; femininas, masculinas ou mistas;
- Entender como se deu a escolarização em Porto Alegre e como esta se articula com a dinâmica urbana.

Importa compreender como a história e a dinâmica da cidade se articulam com o desenvolvimento educacional e a expansão do acesso à educação, focalizando para tanto a história das instituições de ensino porto-alegrenses quanto à sua localização no espaço urbano. Tratar a escolarização de um município nos remete à reflexão de Luciano Mendes de Faria Filho e Diana Vidal quando destaca o duplo sentido do estabelecimento de processos e políticas voltados à organização de uma rede e de mecanismos de produção de referências sociais, tendo a escola como eixo articulador de sentidos e significados. E aponta:

Históricos eles também, o espaço e o tempo escolares foram sendo produzidos diferenciadamente ao longo da nossa história da educação e se constituíram em dois grandes desafios enfrentados para se criar, no Brasil, um sistema de ensino primário ou elementar que viesse atender, minimamente que fosse, às necessidades impostas pelo desenvolvimento social e/ou às reivindicações da população (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 20).

Visando saber quais instituições foram criadas na cidade de Porto Alegre na proposta deste estudo, alguns aspectos foram definidos para o recorte da pesquisa. Assim, não foram aqui incluídas as instituições extintas antes de 1927, as de nível superior, as de ensino técnico, aquelas que atendiam crianças especiais, os orfanatos, as

escolas militares, as de formação de religiosos, as de formação profissional e as escolas públicas. As escolas que compõe o estudo são as que foram criadas e estavam em atividade em algum momento do período determinado para a pesquisa, as que foram criadas antes do início do período estudado e continuavam oferecendo aulas. Uma característica que acabou influenciando no levantamento das instituições e a inserção ou não das mesmas na listagem para localização nos mapas diz respeito à quantidade e credibilidade das informações obtidas. Um exemplo diz respeito a escolas étnicas, na medida em que os estudos sobre algumas etnias proporcionaram clareza e credibilidade de informações e em outros casos essas características não estavam disponíveis, comprometendo sua inserção. Em alguns casos, o mínimo de informações estabelecido para identificação, a saber: nome da instituição, ano de criação e endereço na ocasião; não estavam disponíveis, não eram suficientes ou o dado estava apenas em um relato, sem garantir confiabilidade razoável.

A perspectiva inicial contemplava escolas públicas e particulares, porém as instituições públicas acabaram sendo excluídas do levantamento, não por serem menos significativas, apenas não houve tempo de abordá-las neste momento com a profundidade necessária. Sabendo-se da importância que as escolas públicas sempre tiveram na escolarização, podemos citar como exemplo o trabalho de mestrado da pesquisadora Tatiane Ermel, que se debruçou no estudo destas instituições analisando a proposta da política de construção e localização de prédios escolares.

A dissertação aqui apresentada concentrou-se nas instituições criadas por particulares, ou seja, por pessoas, sociedades ou associações que, mesmo com objetivos diferentes, buscaram promover atividades educativas. Entidades de cunho étnico ou confessional foram as mais encontradas no período proposto pela pesquisa, mas também houve situações de pessoas da sociedade que, por causas variadas, propuseram educandários. A princípio não eram interesses exclusivamente comerciais que predominavam quando da criação dessas instituições e inicialmente elas mantinham-se com recursos financeiros próprios, não dependendo de colaborações da esfera pública, seja estadual ou municipal.

Para os estudos propostos, fontes diferentes foram consultadas, analisadas e correlacionadas entre si, indicando as articulações, ou a falta delas, entre os documentos diversos, atos administrativos municipais, legislações, textos e mapas. A investigação

em monografias, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses também colaborou na coleta de informações sobre as escolas criadas e mantidas em Porto Alegre entre 1927 e 1957. Nos sítios eletrônicos das instituições, bem como em sítios correlacionados com as mesmas foi possível encontrar dados a respeito dos educandários pesquisados. Os temas escolarização e urbanização foram consultados em diversas bases de dados. Pensando no percurso, notou-se que os dados acerca dos temas que envolvem a capital do Rio Grande do Sul estão dispostos em diversos locais, lugares com riqueza inesgotável de informação, mas não necessariamente com acervos completos e por vezes sem o cuidado fundamental para sua conservação e preservação. Em geral, os documentos estão disponíveis conforme separação administrativa e nomenclatura da época, ou definições próprias de cada entidade que guarda os documentos, nem sempre seguindo técnicas apropriadas de arquivística. Nos repertórios e instrumentos de busca de alguns acervos, percebe-se a diferenciação de identificação, no esforço de aproximar às denominações mais utilizadas atualmente.

Também por se tratar da capital do Estado, a história de Porto Alegre muitas vezes se confunde com a do Rio Grande do Sul. Além disso, outra característica aponta também este aspecto em relação à cidade enquanto capital e município, que pode representar vantagens e/ou desvantagens, dependendo da época. Bakos reitera:

Se à intensa atividade econômica de Porto Alegre acrescentar-se o fato de ela ser, desde 1773, a capital política do “Continente de São Pedro”, pode-se compreender melhor o grau de projeção que goza entre as vilas gaúchas contemporâneas. Ao abrigar o Governo Regional e Municipal, a cidade torna-se a sede especial dos aparelhos de Estado necessários para o exercício do Poder (1996, p. 23).

Por esse atributo, também, informações foram pesquisadas em museus, arquivos históricos e órgãos públicos, tanto de cunho municipal quanto estadual. Com o foco na coleta de dados referentes ao município, mas sem deixar de lado os fatores que poderiam beneficiar Porto Alegre por ser capital, os materiais foram analisados e um refinamento das informações foi possível no sentido de corresponder ao levantamento de dados que propunha a identificação das entidades escolares e suas características,

Durante o processo de pesquisa, algumas dificuldades foram encontradas, principalmente no que diz respeito à evidente falta de dados em determinados períodos. Essa é uma constatação que, infelizmente, abrange dados estaduais e municipais,

ocasionando lacunas na coleta e organização de informações para posterior análise. Em relação às escolas particulares, num todo, essa dificuldade também é evidenciada em função dos estudos sobre a maioria destas escolas serem em quantidade reduzida. Outro impedimento percebido refere-se à forma como é tratada a história das instituições. Percebe-se que algumas têm mais zelo e cuidado com as informações históricas e o acesso a elas é facilitado em função da organização da própria entidade. Em outros casos, como por exemplo, em algumas redes educacionais criadas a partir do final do século XX, nota-se que grupos de informações foram padronizados, o que por vezes acaba não valorizando o processo histórico de cada instituição que compõe a rede. Uma diferença percebida diz respeito à disponibilidade das informações nas instituições. Um exemplo a citar é de quando a biblioteca guarda o acervo sobre a história da escola e este tem no mínimo consulta local permitida (em alguns casos está disponível virtualmente) e, em outro caso, para este mesmo tipo de consulta, é necessário o agendamento de uma reunião com a direção da escola. Outro obstáculo trata da maneira como os materiais são conservados: conforme a aproximação da pessoa que tem a guarda momentânea do material, e também da afinidade dessa pessoa com o assunto, os mesmos são classificados e arquivados visando também a sua preservação ou são apenas acondicionados em caixas de feitas de material não resistente.

Uma dificuldade em relação à obtenção dos mapas mais antigos de Porto Alegre diz respeito à inexistência de mapas contendo os nomes das ruas para períodos específicos. Os mapas encontrados nos arquivos abordavam temáticas específicas, como por exemplo, a rede subterrânea de saneamento ou a rede de circulação viária, o que restringe o tamanho do mapa em relação à cidade como um todo. Detalhes quanto aos logradouros municipais e a visualização completa da cidade somente foram possíveis após uma busca mais elaborada e em função disso os mapas apresentados são apenas de anos que compõem as décadas inicial e final do período deste trabalho. Também em relação aos mapas, houve a dificuldade da precisão na localização das escolas. Porém, não sendo fator comprometedor da análise, pois em função do objetivo proposto para tal estudo, a localização aproximada das instituições no mapa se faz suficiente.

A busca por textos sobre a escolarização e urbanização de Porto Alegre envolveu sítios de busca, banco de teses e dissertações, bibliotecas virtuais e físicas. Envolveu um grande volume de dados, chegando a conter 488 títulos. Para possibilitar uma análise foram criados critérios, chegando-se a uma listagem menor, que teria

realmente alguma aproximação com o tema de pesquisa. Os critérios adotados para seleção dos textos estavam relacionados à história da educação no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, mas voltados ao viés da escolarização, urbanização, modernização e instituições escolares. O ano das publicações e os autores também foram considerados para a seleção dos artigos. O estudo dos textos selecionados propiciou um embasamento não só teórico, mas metodológico, na medida em que os textos possuem características similares e que existe uma amplitude e interdisciplinaridade da área das ciências humanas e da história da educação. É um movimento que circula entre as fontes e a própria pesquisa; a descoberta sim, de algum material e principalmente a investigação acerca deste material e a forma como ele esteve inserido num determinado momento e as possíveis consequências do uso dele bem como a importância da sua utilização em determinada atividade, de determinada época.

No projeto da dissertação, o período anunciado para a pesquisa era maior, porém, devido ao andamento da mesma e à amplitude que as informações acerca das escolas particulares representava, foi necessária a readequação do período e a decisão pela exclusividade em tratar das entidades escolares privadas. O recorte da pesquisa abrange, portanto, o período compreendido entre 1927 e 1957. O início deve-se à preocupação de buscar abranger o maior número possível de escolas classificadas como particulares, pois no ano de 1928 algumas instituições privadas são municipalizadas através de decretos do município. O início também tem referência a um documento chamado “*Relatorio das Escolas Municipaes*” (anexo B), referente ao período de 1926-1927, que traz a nomenclatura das escolas do município e outros detalhes, incluindo a transferência de localização de algumas instituições e confirma a adoção de auxílio financeiro a duas instituições escolares confessionais, a saber: Collegio Parochial Nossa Senhora Auxiliadora e Collegio São José (Parthenon).

O marco final remete ao ano de 1957, quando tem início a política de criação de construções escolares, que ficaram conhecidas como “brizoletas”,<sup>3</sup> cujo enfoque era a significativa expansão do acesso à escola obrigatória. Antes de assumir como governador do estado do Rio Grande do Sul em 1959, Leonel de Moura Brizola tinha

---

<sup>3</sup> De 1959 a 1963, o estado do Rio Grande do Sul foi governado por Leonel Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nesse período, o governo do estado implementou o projeto educacional “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”. Tal projeto resultou em significativa expansão quantitativa do sistema de ensino público do estado. Construíram-se prédios escolares – que ficaram conhecidos como brizoletas ou escolinhas do Brizola –, contrataram-se professores e um significativo número de novos alunos foram matriculados (Quadros, 2001 p.1).

sido prefeito de Porto Alegre e havia também executado um projeto de expansão da escolarização, que pode ser observado através do documento “*Escolas novas para Porto Alegre*”, elaborado no ano de 1957 pela Secretaria de Educação e Assistência da Prefeitura de Porto Alegre. Algumas páginas deste documento encontram-se no anexo C.

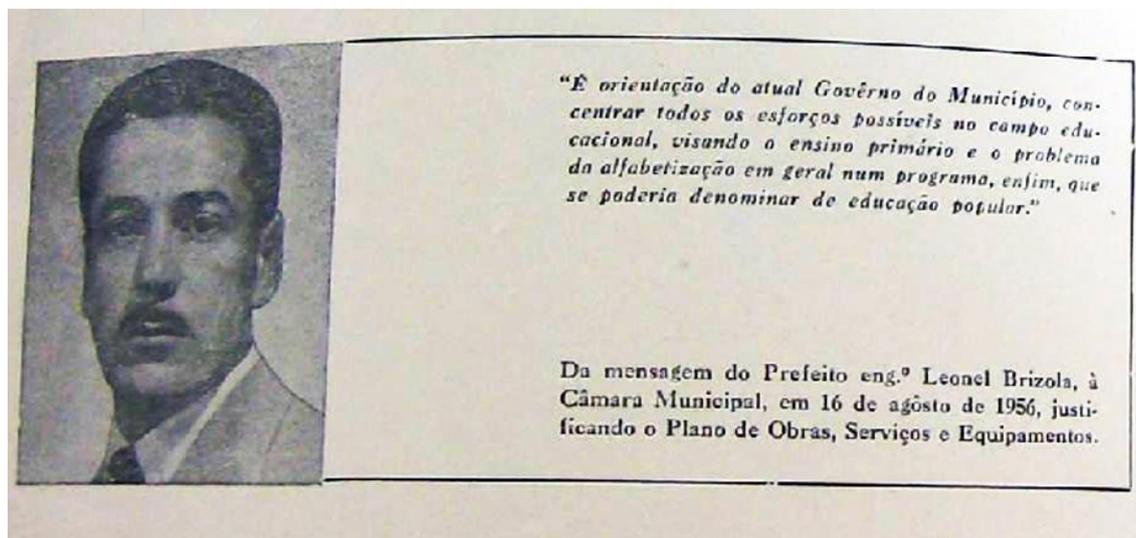


Figura 1: Recorte do verso da capa do documento “Escolas novas para Porto Alegre” 1956

Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

Transcrição do conteúdo da figura: “É orientação do atual Governo do Município, concentrar todos os esforços possíveis no campo educacional, visando o ensino primário e o problema da alfabetização em geral num programa, enfim, que se poderia denominar de educação popular.” Da mensagem do Prefeito eng.º Leonel Brizola, à Câmara Municipal, em 16 de agosto de 1956, justificando o Plano de Obras, Serviços e Equipamentos.

Para o desenvolvimento deste estudo foram consultados: livros, artigos, textos, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, relatórios da Diretoria de Instrução Pública do estado do Rio Grande do Sul, Relatórios de Intendência do município de Porto Alegre, documentação oficial, atas, pareceres, fotografias, ofícios, sítios eletrônicos e afins, legislação, pesquisas e outros documentos.

Visitas e consultas aos arquivos históricos, museus, escolas, congregações religiosas, órgãos públicos, sociedades/grupos étnicos foram realizadas na medida em que a pesquisa foi avançando e que os estudos acabaram por propor ou indicar

aprofundamentos mais específicos sobre determinado documento ou acervo. Podemos citar o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, Sociedade Polônia, Secretaria Municipal de Urbanismo, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Obras e Viação, Secretaria Municipal de Cultura, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães, Bibliotecas da UFRGS, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Centro de Pesquisa Histórica de Porto Alegre, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, Biblioteca da Câmara Municipal de Porto Alegre.

Uma característica da pesquisa em relação à história das instituições escolares porto-alegrenses remeteu à possibilidade de pesquisa na *internet*. Para obter as informações históricas, muitas escolas indicaram o sítio eletrônico da mesma como forma mais rápida e clara de obtenção dos dados. Quando do contato, em geral telefônico, explicando sobre a pesquisa e solicitando procedimento para agendamento de visita ao local, grande parte das mesmas indicava o sítio eletrônico institucional para atender as demandas do estudo. Também por se tratar de questões específicas, que envolviam a fundação e a localização das escolas, em geral esses elementos estavam nas indicações dos *sites* relativas aos históricos das instituições escolares investigadas e ainda em atuação, ou extinção após a *internet* tornar-se de fácil acesso. As demais necessitaram investigações mais direcionadas e aprofundadas.

A partir da consulta a arquivos públicos e privados, bem como a trabalhos acadêmicos desenvolvidos por diferentes pesquisadores de diferentes áreas, pretendeu-se localizar o ano de criação de cada instituição e seu endereço de instalação. Essas informações permitiram acompanhar no mapa de Porto Alegre a localização das escolas privadas em cada período, abrindo a possibilidade de compreender as relações dessas instituições com o espaço urbano. Objetivou-se dialogar com publicações recentes de pesquisadores da História da Educação que vêm se ocupando em pensar as relações entre a escolarização e as dinâmicas urbanas<sup>4</sup>, além de autores que permitem pensar

---

<sup>4</sup> Em 2014, no XI CIHELA (Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana) que ocorreu no México, foi organizada pela professora Maria Cristina Soares de Gouvêa (UFMG-Brasil) uma comunicação coordenada intitulada Escolarização, população e territorialidade: dinâmica urbanas, que contou com a participação da professora Thérèze Hammel (Universidade Quebec-Canadá) como comentarista. Na ocasião foram apresentados cinco trabalhos cuja temática interessa especificamente para o desenvolvimento da pesquisa aqui proposta (Schueler, Rizzini, 2014; Borges, Vidal, 2014; Fonseca, 2014; Gouvêa, 2014; Stagno, 2014).

sobre os tempos e espaços da escolarização, como Luciano Mendes de Faria Filho, Diana Vidal, Cynthia Greive Veiga, entre outros. O processo de busca dos textos que versam sobre as instituições escolares da capital gaúcha propiciou algumas indagações a partir do momento que se percebe, por um lado a preocupação que os pesquisadores demonstram em explorar acontecimentos e fatos das escolas e, por outro lado, as relações com a sociedade num todo e a ocupação dos espaços do município não sendo necessariamente mencionados. Aspecto este que foi abordado neste estudo.

Múltiplas possibilidades de entendimento acerca de escolarização estão disponíveis para utilização e reflexão na área educacional, estão imbricadas nas relações entre a história da educação *per se*, o tempo e o espaço escolares, os diferentes níveis de ensino e os atores que fazem parte de tal processo. Considerando-se a história brasileira, percebe-se um caminho irregular do ponto de vista da apropriação das legislações e de algumas experiências educacionais. O tempo e o espaço também são características que se entrelaçam através das práticas sociais e impactam diretamente no processo de ensino e aprendizagem. Os processos de escolarização não são dimensões neutras e influenciam sujeitos, comportamentos e as representações sociais, interagindo com suas experiências, particularmente as familiares, econômicas e culturais.

Tomando como exemplo Veiga, que analisou processos da escolarização de Belo Horizonte, e Vidal, que estudou características do processo de desenvolvimento educacional, percebe-se que, apesar da complexidade do tema, estes trabalhos contribuem para a história da escolarização dos municípios e do campo de pesquisa como tal. Além destes, Amália Dias aponta os aspectos da cidade de Nova Iguaçu através da obra *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*, onde aponta expectativas das elites locais em relação à produção e ao comércio internacional de laranjas e as consequências para a escolarização, visando uma expansão de seus horizontes, de modo a desviar-se de condições limitantes que a baixa escolaridade poderia imprimir, como por exemplo, condições restritivas de saúde e de urbanidade. Também em função da amplitude do tema, algumas lacunas nos estudos em relação ao mesmo podem ser percebidas, não determinando a sua incompletude, mas aspectos distintos abordados para pesquisas específicas. Além disso, trabalhos com panoramas diferenciados associam-se ao tema por meio de aspectos que podem envolver características que compreendam estudos sobre peculiaridades de população, modernização, pesquisas estatísticas e outros.

Cynthia Greive Veiga indica relações entre o desenvolvimento das cidades e os aspectos que contribuem para o mesmo, evidenciando um vínculo com objetivos futuros:

Dessa forma, os pressupostos dos projetos de urbanização da cidade se constituem juntamente com os outros, tais como a organização policial e os presídios, a sanitização e a escolarização das populações: o objetivo é preparar o terreno para as novas realizações (VEIGA, 1994, p.15-16).

No excerto, percebe-se a relação intrínseca entre a escolarização e a urbanização, o que remete a perceber a importância da relação da história da cidade e a história da educação da mesma. E, além disso, pode-se perceber imbricada a indissociabilidade da historiografia de um município da história da educação. Tende a ser uma articulação complexa e repleta de riqueza no sentido de experiências, realizações e frustrações, que é fundamental porque incorpora dois fatores muito vinculados, pois a história da cidade, por exemplo, aponta os problemas urbanísticos, e a educação da população invariavelmente está entre eles.

Mais uma vez pode ser apontada a diacronia da escola em relação ao espaço da cidade. Com o passar do tempo, os espaços da cidade de Porto Alegre foram sendo ocupados por instituições escolares e as mesmas realizaram adaptações em função do crescimento da cidade: com a ampliação da área ocupada pelo município, por exemplo, a demanda por escola para habitantes locais cresceu, o que motivou as que ofereciam somente regime de internato a passar a ofertar externato também e aquelas exclusivas por gênero, a aceitar ambos.

Quanto ao aporte teórico da história cultural, este contribuiu para o desenvolvimento do texto também em razão da amplitude das fontes das possibilidades de articulação entre os temas. Isto se faz possível em função da “[...] renovação das correntes da história e dos campos de pesquisa, multiplicando o universo temático e os objetos, bem como a utilização de uma multiplicidade de novas fontes” (PESAVENTO, 2005, p. 69).

### **3 ASPECTOS CARACTERIZANTES DE ESCOLARIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO EM PORTO ALEGRE : TEMPO, ESPAÇO E CIDADE**

Neste capítulo será apontado um conjunto de elementos que caracterizam a cidade de Porto Alegre envolvendo escolarização e urbanização, com características de tempo, espaço e cidade entrelaçadas entre si. Um breve histórico de Porto Alegre será apresentado, além de aspectos teóricos quanto ao estudo da cidade, do espaço e do tempo com base em autores como Milton Santos, Sandra Pesavento, Cynthia Greive Veiga, Luciano Faria Filho, Diana Vidal e outros. Por fim, é exposta uma incursão sobre a escolarização no estado do Rio Grande do Sul, e outra sobre urbanização, buscando situar Porto Alegre nesses dois processos no período proposto por este estudo.

#### **3.1 A HISTÓRIA DE PORTO ALEGRE**

A história de Porto Alegre, por diversas vezes, está intrincada com a do Rio Grande do Sul, não só por se tornar sua capital, mas também por estar entre os primeiros territórios a serem ocupados por imigrantes na região. Por estar no caminho entre Rio Grande (a primeira cidade constituída no estado) e Santa Catarina, também era um ponto de referência. O mapa abaixo expõe a distribuição e a área ocupada por cada um dos quatro municípios que compunham o estado em 1809:

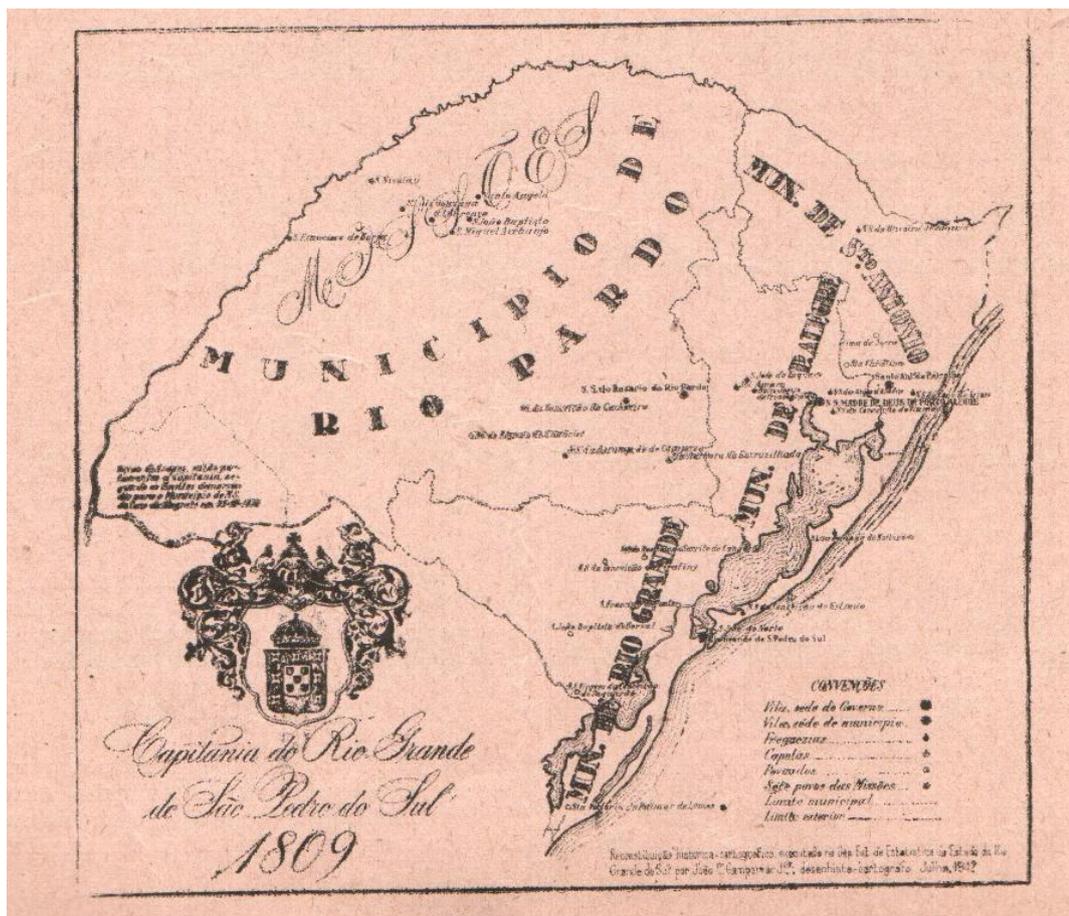


Figura 2: Mapa da Capitania do Rio Grande do Sul -1809

Fonte: Pimentel, 1945

A história de Porto Alegre inicia-se, oficialmente em 1772. Nesse ano, a pequena povoação que habitava o território foi separada da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, e tornou-se freguesia também, recebendo o nome de São Francisco do Porto dos Casais. O edital eclesiástico que oficializou essa separação datava o dia 26 de março de 1772, data considerada como aniversário de fundação da cidade.

Macedo afirma:

Na década de 40 era comum afirmar-se que teria sido em 5 de novembro de 1740, data em que Jerônimo de Ornellas recebera a carta de confirmação de sua sesmaria, ocupada desde o ano de 1732. Na verdade não havia nenhuma intenção de criar ali uma povoação e mesmo depois, em 1752, quando chegaram os primeiros colonos açorianos, a intenção era transportá-los logo a

seguir para Rio Pardo a fim de firmar a posse das Missões, o que não aconteceu em virtude do fracasso da Comissão de Demarcação que resultara do Tratado de Madri. Quando a cidade foi traçada, em 1772, Jerônimo de Ornellas não era mais proprietário da área e não fosse a fuga do Rio Grande, tomado pelos espanhóis nove anos antes, o quadro de distribuição da população do Rio Grande do Sul, possivelmente teria sido bem diferente (1968, p. 10).

Observando o aspecto de ocupação territorial, a imagem abaixo remete ao que seria a primeira planta da atual capital. Pode-se perceber o início da organização urbanística pela ponta da península.

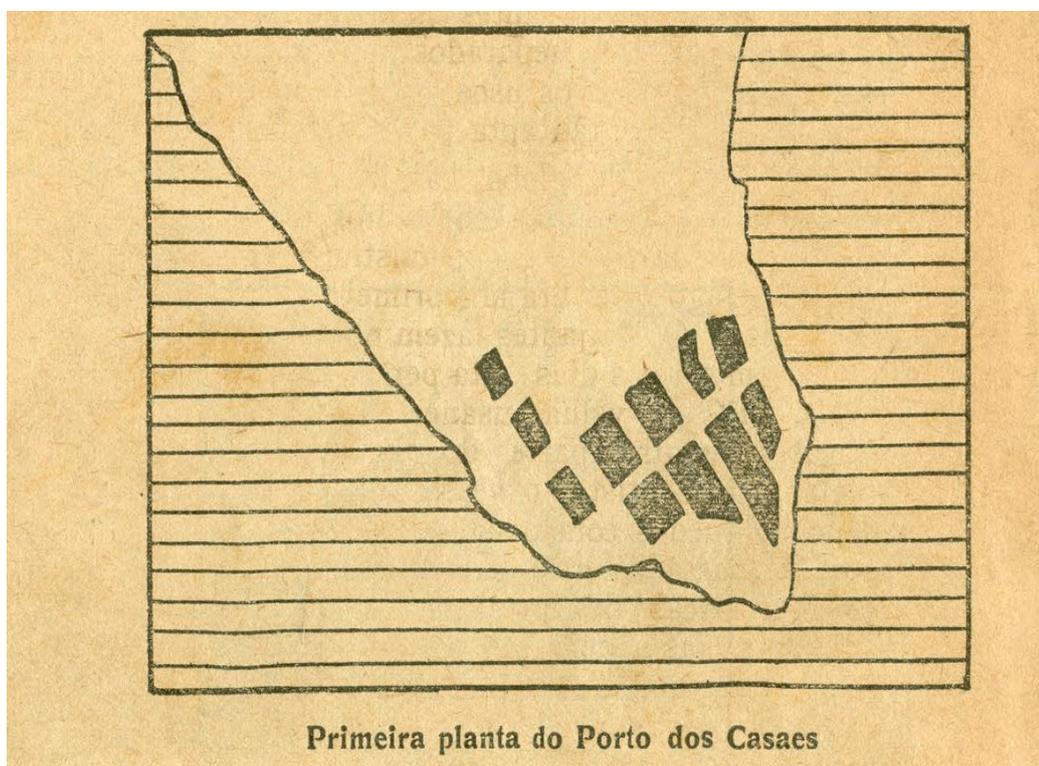


Figura 3: Primeira planta do Porto dos Casaes s/d

Fonte: Lima, 1916

O território era originalmente habitado por indígenas, há bastante tempo. Depois, com as navegações europeias, que visavam à África, às Índias e ao Brasil, desde o século XIII, espanhóis e portugueses, em sua maioria, passaram a colonizar a costa leste

sul-americana. Para que essas navegações chegassem ao seu destino, alguns lugares passaram a ser pontos de referência/apoio para os navegadores.

Citamos o conjunto de nove ilhas que compõem o arquipélago Açores. Uma região, que por proximidade, os portugueses passaram a colonizar em 1432 (MONTEIRO, 2012). A população dessas ilhas crescia rapidamente e passou a enfrentar problemas também com a limitação na produção de alimentos. As famílias açorianas, então, passaram a ser estimuladas para a emigração para as terras das Américas. D. João V, rei de Portugal, após a definição de limites entre as terras portuguesas e espanholas através do Tratado de Madrid, de 1742, autorizou a concessão de alguns benefícios para os emigrantes:

[...] a cada mulher de mais de 12 anos e menos de 25, casada ou solteira, se darão 2.400 réis de ajuda de custo [...] e aos casais que levarem filhos se lhes darão para a ajuda de os vestir mil réis por cada filho, e logo que chegarem ao sítio que hão de habitar, uma enxada, um martelo, um facção, duas facas, duas tesouras, duas verrumas e uma serra com sualima e travadora, dois alqueires de sementes, duas vacas e uma égua. No primeiro ano se lhes dará farinha que baste para o sustento, que são três quartas de alqueire da terra, por mês para cada pessoa, homens e mulheres, mas não às crianças, que não tiverem sete anos, e aos que os tiveres até os 14 anos, se lhes dará quantia e meia por cada mês (MACIEL BARROSO, 1993, p. 48).

Estes são alguns dos itens integrantes do pacote de benefícios assinado pelo rei de Portugal, D. João V, para os moradores do Arquipélago dos Açores que desejassem começar vida nova no Brasil.

Pelas informações contidas no livro de Lima (1916), as construções na cidade começaram irregularmente, em diversos lugares. Alguns desses locais são assim definidos na mesma obra:

[...] é chamado Riachinho ou rua João Alfredo, conforme a placa municipal. A casaria modestíssima dos primeiros habitantes de Porto Alegre tornava-se mais abundante, no pedaço de terra acima chamado praia do Arsenal; d'ahi em diante a edificação via-se mesquinha mais e mais, tão rara era exibindo-se pela rua dos Ferreiros (outr'ora existente nas imediações da rua 7 de Setembro cujos limites findavam onde está agora a banca do peixe), seguindo até o Caminho Novo, lugar em que haviam os negócios de toda a espécie, que fora d'elle a principio existiam sómente na praça que por isso chamou-se da Quitanda [...] (LIMA, 1916).

Através da citação nota-se que a ocupação foi acontecendo em várias direções. Na imagem a seguir, com a planta de Porto Alegre, datada de 1772, alguns locais já podem ser melhor identificados e, através da indicação da localização do “portão”, percebe-se o tamanho que a cidade tinha naquele período e o limítrofe com o município de Viamão. Também estão indicados o “Caminho Novo” e o “Caminho do Meio”, vias terrestres que se tornaram referências para o desenvolvimento e urbanização da cidade. Nessa imagem, a indicação de primeira planta também é apontada, levando à reflexão acerca da variedade de estudos e divulgação precária dos mesmos, realizados não só à época, mas também nos períodos seguintes.

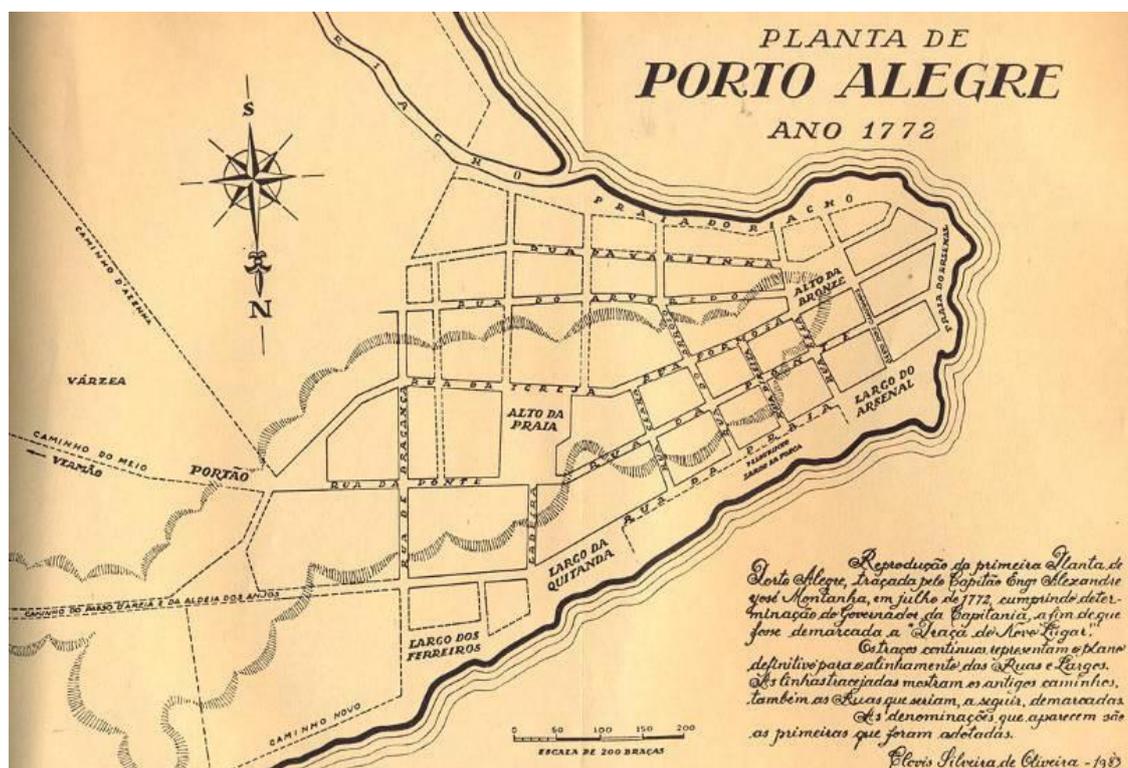


Figura 4: Planta de Porto Alegre - 1772

Fonte: Museu Joaquim José Felizardo

Na primeira metade do século XVIII, na área onde futuramente seria a cidade de Porto Alegre, os portugueses Sebastião F. Chaves, Dionysio R. Mendes e Jerônimo de

Ornellas recebem sesmarias de terras como incentivo para garantir o povoamento da região e o domínio sobre estas terras para Portugal (MONTEIRO, 2012).

Em janeiro de 1752, chegaram sessenta casais açorianos ao antigo Porto do Dornelles, localizado na sesmaria de Jerônimo de Ornellas. Esses primeiros casais passaram a dar suporte aos novos migrantes que vinham dos Açores para se instalar em distintas regiões do Rio Grande do Sul (MONTEIRO, 2012).

A imagem abaixo aponta a divisão das sesmarias que ocupavam o território da cidade quando de sua formação. Percebe-se a comparação aproximada com a atual área do município.



Figura 5: Sesmarias no território de Porto Alegre s/d

Fonte: Museu Joaquim José Felizardo

Naquela época, o lugarejo que deu origem a Porto Alegre, situado na ponta da península às margens do Guaíba, contava com 400 habitantes e, em referência aos primeiros imigrantes açorianos, tornou-se conhecido como Porto dos Casais.

A freguesia, a menor divisão administrativo-religiosa portuguesa, era vinculada a uma paróquia onde se registravam nascimentos, batismos, casamentos e mortes. Em janeiro de 1773, “o povoado passou a ser chamado de Freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre” (COMISSOLI, 2008, p. 44). Ainda nesse ano, foi elevada à capital da Capitania de São Pedro do Rio Grande. Em 23 de agosto de 1808, passa à categoria de Vila, chamando-se Vila de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre. Essa denominação autorizava definição de território, autonomia administrativa e instalação da Câmara (legislativo). No entanto, o alvará não surte efeito e uma provisão real, de 7 de outubro de 1809, divide a capitania, novamente, em quatro municípios, recriando a vila de Porto Alegre. Essa provisão, entretanto, chegou a Porto Alegre somente no ano seguinte e coube ao então governador da Capitania D. Diogo de Souza a instalação solene da vila em reunião pública de 11 de dezembro de 1810, erguendo-se o respectivo pelourinho, símbolo da autoridade municipal, conforme documento chamado Auto da Criação desta Vila de Porto Alegre. Na Carta de Lei assinada pelo Imperador D. Pedro I, a Vila de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre é elevada à categoria de cidade no dia 14 de novembro de 1821. Assim, nas primeiras décadas do século XIX, na singela colônia açoriana, já com 12 mil habitantes, estavam o centro administrativo, a área militar e a sede do poder político do Estado. Em 1822, passa a chamar-se somente Porto Alegre (MONTEIRO, 2012).

A evolução e o desenvolvimento da cidade passaram por diversos momentos, tendo um em especial como marco: “Em Porto Alegre, o instrumento de pensar a cidade como uma ‘questão urbana’ a fazer frente e de projetar uma possibilidade de vivência cidadina alternativa se dava com o advento da República” (PESAVENTO, 1999, p. 262).

Em relação à modernidade, a autora ainda aponta: “Há uma dimensão cultural e simbólica no projeto de modernidade que implica a transformação da existência num mundo em mudança e que encontra a sua forma de realização no meio urbano” (PESAVENTO, 1999, p. 263).

### 3.2 A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO, AMPLIAÇÃO DO ACESSO À ESCOLA E INICIATIVAS DE ENSINO EM PORTO ALEGRE

A organização do espaço urbano de Porto Alegre exibe características típicas das cidades portuguesas; localizadas em lugares altos ou junto aos cursos d'água, com a chamada “cidade alta” e a “cidade baixa”. O traçado das ruas, sem um planejamento prévio, não produz um desenho regular e as construções ficam alinhadas junto às calçadas. Por isso, assim se ocupavam os espaços:

- *Cidade Alta*, com a praça, a sede do governo, a igreja e as casas mais abastadas;
- *Cidade Baixa*, com o mercado, a alfândega e o casario das famílias mais pobres.

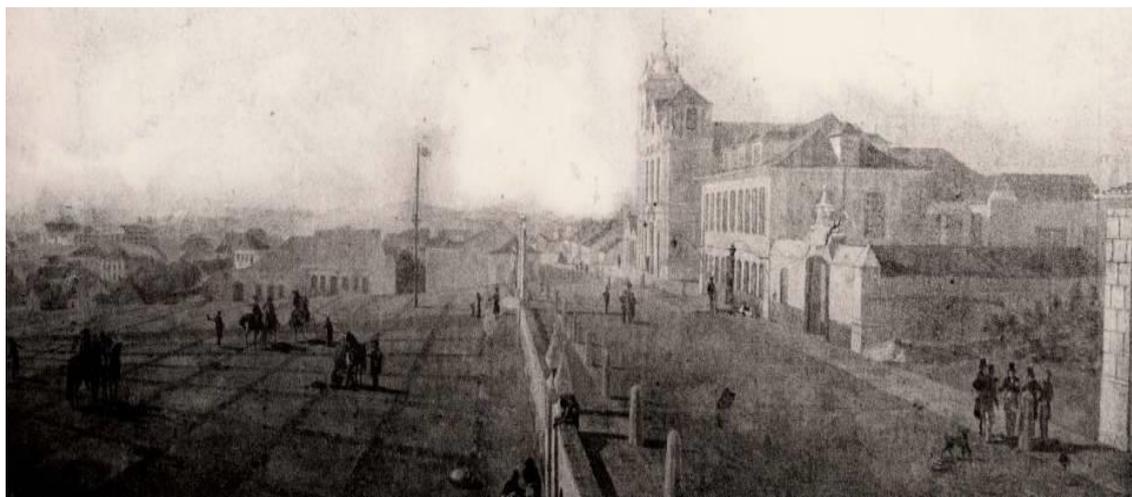


Figura 6: Cidade Alta (vista da atual Praça da Matriz) s/d

Fonte: Museu Joaquim José Felizardo



Figura 7: Cidade Baixa (vista da atual Rua Washington Luiz) s/d

Fonte: Museu Joaquim José Felizardo



Figura 8: Vista da cidade pelo Guaíba s/d

Fonte: Museu Joaquim José Felizardo

As casas eram térreas ou com dois pavimentos - os sobrados - alguns com comércio ao rés do chão e moradia no andar de cima. Na periferia da cidade, em terrenos maiores, ficavam as chácaras com grandes edificações, os solares, entre os quais o Solar Lopo Gonçalves é um bom exemplo. Essas características proporcionavam que aulas acontecessem na parte superior de algumas edificações.

Com o passar dos anos, Porto Alegre foi evoluindo populacional e economicamente, alterando a nomenclatura das ruas, crescendo para diferentes direções, tendo suas edificações públicas e particulares sendo demolidas para a construção de novas, ou sendo reformadas, sofrendo incêndios e assim ocasionando alterações. Com forte influência política, diferentes prédios e áreas foram sendo utilizados para instituições escolares, muito em função do desenvolvimento populacional e econômico da cidade.

Schneider (1993) expõe as diversas tentativas dos governadores que assumiam a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul no sentido de amenizar a precariedade da instrução do povo. A criação de aulas de primeiras letras, gramática latina, filosofia, retórica, aritmética são propostas em diversos momentos, mas essas iniciativas não surtiam efeito. Uma das razões seriam os custos envolvidos, no sentido de não existirem recursos específicos direcionados para a educação no início do século XIX.

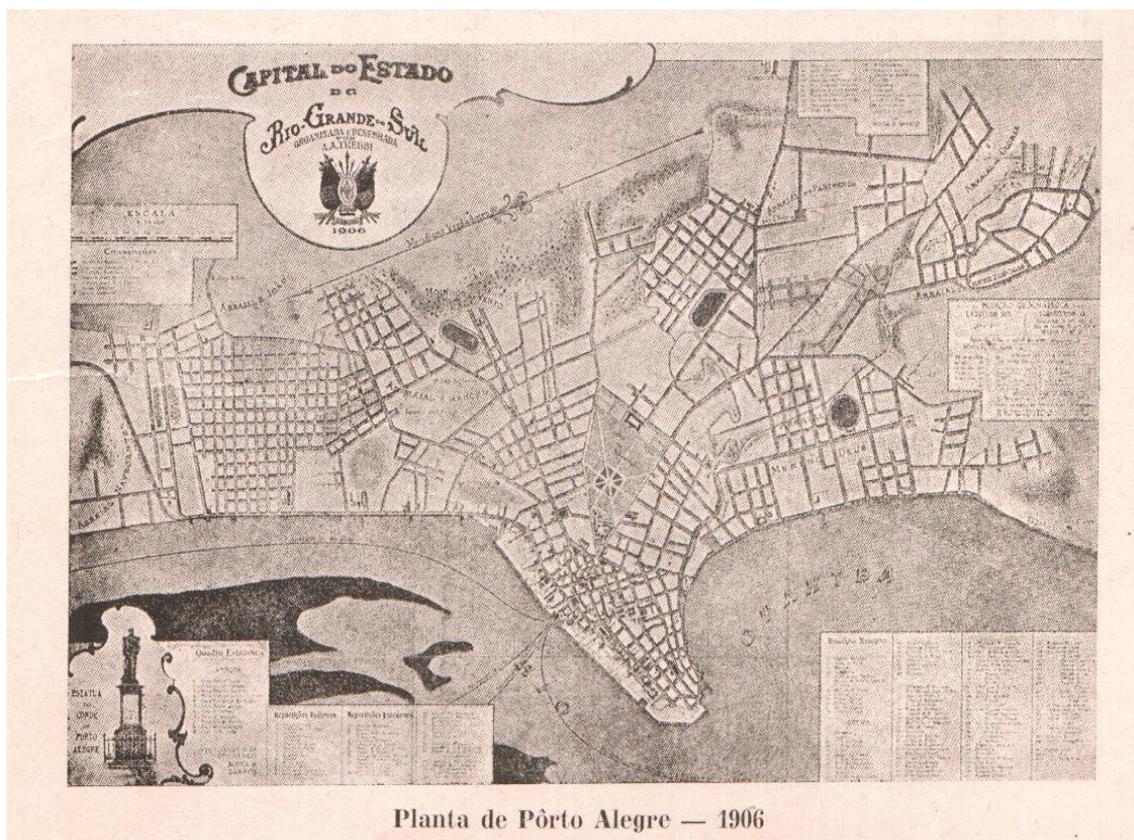


Figura 9: Planta de Pôrto Alegre - 1906

Fonte: Pimentel, 1945

A expansão na ocupação territorial, pela população que crescia constantemente pode ser observada quando do comparativo dos mapas de 1772 (Fig.4) e 1906 (Fig.9). Conforme Pimentel, (1945, p. 475) “a quantidade de habitantes da capital sul-riograndense era de 400 pessoas em 1742, passando para 3.927 em 1803 e chegando a 73.274 habitantes no ano de 1900”. A partir da Proclamação da República, segundo Monteiro (2012, p. 30) “[...] as principais cidades brasileiras, especialmente as capitais, passaram por processos de reorganização social e espacial baseados em novos paradigmas de higienização e embelezamentos, seguindo modelos urbanísticos europeus”.

Em 1914, o engenheiro-arquiteto João Moreira Maciel apresentou o “Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre”, a partir do qual, segundo Souza (2010, p. 69), “[...] conseguiu-se implantar uma série de obras e mudanças, [...] de forma disciplinada e ordenada”. Porto Alegre seguiu essa tendência e até o final da década de 1920 teve significativa reurbanização e aumento populacional, renomeou as ruas e assumiu a liderança industrial, ultrapassando Rio Grande e Pelotas (MONTEIRO, 2012). Os jornais da época dirigiam críticas aos moradores dos territórios negros da capital e às formas de sociabilidade desses espaços. Explica Monteiro (2012, p.38) “O Areal da Baronesa e a Colônia Africana foram estigmatizados no contexto de uma sociedade que se modernizava, aburguesava e procurava apagar as marcas de um passado escravista recente e indesejado”. Nas proximidades dessas regiões também se iniciava a construção de escolas e como exemplo podemos citar o Colégio Americano, que se situava na parte alta da colina onde na baixada e arredores estava a Colônia Africana.

A década de 1930 trouxe avanços, mesmo com resquícios de problemas políticos e na pecuária gaúcha da década anterior. As formas de sociabilidade expandiram, através das confeitarias, cafés, cinema, livrarias, jornais, alfaiatarias, comércio. Em 1935, a Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha apresentou uma concentração de iniciativas políticas e culturais, visando projetar a capital no contexto nacional. (MONTEIRO, 2012)

O crescimento demográfico e habitacional de Porto Alegre continua nas décadas de 1940 e 1950, principalmente com empreendimentos imobiliários nas zonas sul e oeste. Em 1941, a capital enfrenta uma das maiores enchentes de sua história. Assim, a

retificação do leito e a canalização do arroio Dilúvio foram as obras públicas mais importantes daquela época. Um processo acelerado de urbanização, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo, também aconteceu na capital gaúcha, com expansões verticalizadas pelos “arranha-céus”. Com o crescimento populacional, problemas relativos ao abastecimento de água, luz, transporte e moradia para partes da população menos providas “passaram a assombrar o município” (MONTEIRO, 2012, p. 83)

Considerando o ano de 1920, pelos dados da publicação<sup>5</sup> da Fundação de Economia e Estatística (FEE), Porto Alegre contava com 9.018 homens e 8.830 mulheres na faixa etária dos 0 aos 14 anos que sabiam ler e escrever. Dos que não sabiam eram 20.483 homens e 21.169 mulheres.

Para o censo de 1940, o critério adotado foi ‘pessoas de 5 anos e mais de instrução declarada’, sendo 93.910 homens e 93.121 mulheres que sabem ler e escrever. E que não sabem nem ler e nem escrever eram 23.475 homens e 32.425 mulheres. A população da faixa etária dos 0 aos 19 anos era de 112.933 pessoas.

Em relação ao levantamento realizado em 1950, seguindo os mesmos critérios do censo de 1940, Porto Alegre tinha 135.725 homens e 142.680 mulheres que sabiam ler e escrever e 29.201 homens e 41.877 mulheres que não sabiam ler e escrever.

O aumento da população pode ser observado através dos levantamentos dos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde Porto Alegre conta, em 1920, com uma população de 179.263 habitantes, sendo 75.734 homens e 82.231 mulheres. Uma nota explicativa do censo aponta que: no total geral, não estão computados os dados referentes aos estrangeiros e os de nacionalidade ignorada; por este motivo existe a diferença na quantidade de pessoas. No ano de 1940 eram 272.232 pessoas. Dessas, 132.206 eram homens e 140.026 mulheres. Uma década mais tarde a cidade contava com 394.151 habitantes, sendo 187.414 homens e 206.737 mulheres e no ano de 1960 o censo registrou 641.173 habitantes. Essas informações colaboram para o dimensionamento do contingente da população no município e conseqüente a utilização dos espaços territoriais porto-alegrenses.

---

<sup>5</sup> Fundação de Economia e Estatística. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul-Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981.

A história das cidades quanto à sua escolarização está vinculada à cultura da população, atividades política, econômica e social e, especialmente nos municípios mais antigos, com características étnico-religiosas. A colonização de exploração e povoamento acaba por impor algumas raízes, que tendem a ser as primeiras características do lugar. Também por isso acabam influenciando a forma como a escolarização acontece. O questionamento acerca da dinâmica urbana podendo impactar na ampliação do acesso à escola vem de leituras que apontam características da própria área educacional quanto à distribuição da população no território abrangido por uma cidade. Com o tempo, essas características tendem a mudar em função de diversos fatores; sejam eles econômicos, naturais, políticos, sociais etc.

No final do século XIX e início do XX, em escala mundial, nota-se a ampliação do acesso ao ensino público primário e a afirmação do modelo de escola seriada. Eliane Peres afirma acerca dos colégios elementares:

[...] é durante o século XIX, com o fenômeno da estatização da escolarização, da obrigatoriedade e da expansão do ensino, que o modelo escolar cujas características principais eram a organização de grupos homogêneos em classes graduadas, o ensino simultâneo, a graduação dos estudos e a organização rígida e controlada do tempo, tornou-se, como afirma António Nóvoa, o único sistema imaginável ou aceitável de organização pedagógica (2000, p.78-79).

No Brasil, esse modelo de escola seria implantado primeiramente em São Paulo, em 1893, por iniciativa dos republicanos. Durante o início do século XX outros estados brasileiros também aderiram a esse tipo de escola. Gil aponta:

Reputadas como “templos de luz”, dessas escolas, frequentemente funcionando em prédios imponentes construídos especificamente para essa função nos núcleos urbanos mais destacados das diversas regiões, esperava-se que livrassem o país da ignorância e do analfabetismo, vistos como herança turva do período imperial e potencial impedimento para o progresso do Brasil republicano [...] (2013. p.2).

Segundo Schneider, no caso específico do Rio Grande do Sul:

O estado da instrução pública Provincial era de atraso, mostrando-se completamente desorganizada em vista do movimento revolucionário iniciado em 1835. Influía no atraso em que se achava [...] o fato de grande parte da população provincial estar espalhada pelo território, morando os habitantes a grandes distâncias uns dos outros e dos lugares em que se achavam estabelecidas as aulas (1993, p. 59).

Essa autora ressalta, ainda que: “Neste período não tinha como precisar o número de escolas, número de alunos e professores no ensino particular. ‘A Província contava com 51 escolas de instrução primária, sendo 36 para meninos e 15 para meninas’ [...]” (SCHNEIDER, 1993, p.75).

A maioria das características da escolarização do estado do Rio Grande do Sul foram também vivenciadas em Porto Alegre, que passou a ser capital do Estado em 1773. Para Pesavento (1999, p. 11) “a cidade fascina e ao mesmo tempo intriga, devido a esta complexidade que nos abre possibilidades para a compreensão desta subjetividade, seja em seu imaginário, no patrimônio cultural, nos lugares de memórias ou seu espaço urbano”.

O estudo das relações/implicações entre o espaço urbano e as instituições escolares pode estabelecer aproximações entre a cidade, sua população e as formas de escolarização. Em busca desta compreensão, buscou-se como base os pressupostos de Sandra Pesavento acerca do imaginário da cidade. A esse respeito, a autora revela que:

...se a cidade se impõe como problema e, portanto, como tema de reflexão e objeto de estudo, ela se oferece como um campo de abordagem para os estudos recentes sobre o imaginário social. Nossa contemporaneidade é atravessada pelo domínio das imagens, pela criação de uma realidade virtual, pela expansão da mídia e pela constituição de “um mundo que se parece”. Em suma, o imaginário, como sistema de ideias e imagens de representação coletiva, teria a capacidade de criar o real (PESAVENTO, 1999, p. 8).

No Rio Grande do Sul a educação, anteriormente chamada instrução, era por vezes tida com muita preocupação, como menciona Schneider (1993). Em outros momentos também era negligenciada, gerando desagrado por parte da população, sendo deixada em segundo plano tanto por parte do governo estadual quanto municipal. Independentemente dos investimentos e das ações, mesmo que limitados, segundo Faria Filho:

Os recentes estudos a respeito da educação brasileira no século XIX, particularmente no período imperial, têm demonstrado que havia, em várias Províncias, uma intensa discussão acerca da necessidade de escolarização da população, sobretudo das chamadas “camadas inferiores da sociedade”. Questões como a necessidade e a pertinência ou não da instrução dos negros (livres, libertos ou escravos), índios e mulheres eram amplamente debatidas e intensa foi a atividade legislativa das Assembleias Provinciais em busca do ordenamento legal da educação escolar (2000, p.135).

O autor ainda comenta a respeito da própria legitimidade da escola e do lugar social em relação ao papel e presença do Estado na área da instrução. Nesse sentido, percebe-se que a escola como se conhece hoje fez parte de diversas discussões e de um processo de afirmação e conscientização da sociedade como um todo acerca da importância das instituições escolares; seja para a população da época seja para a formação de novas gerações. Ao enfatizar essa sucessão de mudanças, o autor afirma:

Os defensores da escola e de sua importância no processo de civilização do povo tiveram de, lentamente, apropriar, remodelar, ou recusar tempos, espaços, conhecimentos, sensibilidades e valores próprios de tradicionais instituições de educação. Mas não apenas isso: a escola teve também de inventar, de produzir o seu lugar próprio, e o fez, também, em íntimo diálogo com outras esferas e instituições da vida social (FARIA FILHO, 2000, p. 136).

Uma das situações vivenciadas estava ligada à divisão de opiniões das elites: uma parte apoiava a escolarização das classes inferiores como forma de controle, enquanto outra parte tinha receio, pois poderia gerar a auto-organização destas classes. Outro fator preponderante apontava sobre a diferenciação de gênero:

Como era padrão no Brasil, no Rio Grande do Sul, o primeiro processo de discriminação sexual na escola era o físico-espacial. Havia aulas diferenciadas para os meninos e para as meninas. Este processo de segregação somente começou a diminuir em meados do século XIX. [...] Além disso, parece nítido que havia uma ideologia que encorajava mais o menino para a instrução formal, entendendo que à menina bastava uma boa formação em prendas domésticas, o que poderia ser adquirido no recinto do lar. [...] Este processo, num segundo momento, passou pela base curricular das escolas, defendendo-se, então a idéia de que deveria haver um currículo para os meninos e outro diferente para as meninas. [...] De maneira que, formalmente, o sistema de ensino estabelecia diferenças no processo de formação do menino e da menina em decorrência a idéia que se tinha de suas diferentes funções sociais na estrutura organizacional da sociedade no futuro (TAMBARA, 1998, p.37-38).

Cabe ressaltar que a cultura liga-se ao comportamento que é transmitido socialmente, não geneticamente, por esse motivo também vale salientar que não há como pensar a identidade individual fora de um grupo social, isto porque a própria interpelação só é possível quando o indivíduo se confronta com outros indivíduos.

Segundo Veiga-Neto (2004), o processo de identificação é radicalmente contingente, o simples fato de o ser humano estar vivendo faz dele sujeitos/identidades abertas, inacabadas. O fechamento seria a morte. Ainda sobre o viver em sociedade, o autor evidencia que seria “viver de modo que seja possível a alguns agirem sobre a ação dos outros” (VEIGA-NETO, 2004, p. 58). E ainda afirma que uma sociedade sem relações de poder seria uma abstração, especialmente quando expõe que as relações de poder se dão de modo cada vez mais sutil e eficiente quanto mais livres forem os sujeitos. Dessa forma também pode-se explicar diversas atitudes dos sujeitos que, influenciam outros, implicando no seu modo de pensar, agir, gerando consequências também culturais.

Nesta abordagem, pensando nas relações étnico-raciais, os aspectos citados acima contribuem consideravelmente, na medida em que tratam também da educação, dos sujeitos, dos grupos, da sociedade, das relações de poder, dos modos de viver, de pensar, de agir, da história, do tempo, do capital simbólico, da escola, das identidades, da modernidade, da cidadania, das classes sociais e suas práticas: sociais, econômicas, culturais, políticas. São diversas as perspectivas que colaboram nas reflexões acerca dos temas propostos. Quanto à instrução da infância, no estado de Minas Gerais, por exemplo, Cynthia Greive Veiga escreve:

[...] é provável que a proibição constitucional de frequência de escravos às aulas públicas faça parte da estruturação da monarquia constitucional na previsão e afirmação da produção do cidadão. Nesse caso à condição de escravo enquanto mercadoria se agregou um novo valor, o de não cidadão. Ou seja, a sua interdição à escola esteve associada a uma nova organização social que reconhecia os direitos da população à escola, desde que livre, enquanto uma nova postura de gestão do público (2005, p.94).

Buscando ressaltar a presença dos negros na escola, a autora aponta também que nos mapas de alunos e de frequência várias análises são possíveis e ela observa a condição jurídica de escravo e a ausência do dado “cor”, este último não aparecendo nos modelos de mapas de frequência a partir da lei provincial de 1835. A autora reitera:

Já os dados relativos à frequência de meninos escravos a aulas nas décadas de 1920 e 1930, destaca-se que se encontrou maior registro de sua frequência em mapas de aulas particulares que públicas, portanto os senhores pagavam pelos estudos de seus escravos. Não obstante, na Constituição e em toda legislação posterior não há nenhuma menção de proibição de escravos frequentarem mestres particulares. O que foi reiterado permanentemente é a proibição de sua frequência a aulas públicas de professores providos pelo Estado (VEIGA, 2005, p. 95).

Pode-se perceber no estado mineiro o registro em alguns momentos da presença dos negros na escola. Um dos possíveis motivos para que não aparecessem registros em outros períodos poderia ser em função da não obrigatoriedade de elaboração dos mapas de frequência por parte dos professores particulares, pois estes mapas não eram condição para o recebimento de seus salários. No caso dos professores públicos, a exigência era acentuada. A falta de informação das aulas particulares era também uma das reclamações dos presidentes e delegados. Dessa forma, a autora afirma que haveria possibilidade de que crianças escravas tenham tido acesso à instrução elementar, desde que de forma particular ou do ensino doméstico, sendo que nestes não havia prescrição normativa, considerando-se ensino livre e sem necessidade de inspeção.

Ainda sobre o registro da cor, Veiga reitera que em função da ausência dessa informação a partir de 1835, existe a possibilidade de se pensar numa dimensão oposta à interdição das crianças escravas às escolas públicas. Assim sendo, “na produção do imaginário de uma nação civilizada esteve a necessidade de inserção, via escolarização, de todos na sociedade, independente das cores” (VEIGA, 2005, p. 96 ). Nesse sentido, remete-se à historiografia da educação que discute que, pelos mais variados motivos, as iniciativas de educação não estiveram sempre registradas por diversos períodos e por diversas limitações. Dessa forma, buscando documentações que não as escriturações oficiais, obtêm-se dados de crianças recebendo aulas em vários locais e sem registros dessas ações.

Sobre a legislação, Veiga faz uma análise parcial em algumas províncias e constata que no Rio de Janeiro houve a proibição de frequência na educação pública do “preto africano”, que seria o “não-brasileiro”. No caso de São Pedro do Rio Grande do Sul, havia registro expresso da proibição de frequência de “pretos”:

Portanto, excetuando essa província, é possível afirmar que no processo de institucionalização da instrução elementar no Brasil houve uma distinção entre cor (qualidade) e condição jurídica (ser livre/ser escravo) na previsão da gratuidade escolar e frequência obrigatória. [...] Para ampliarmos essa discussão penso ser necessário trazer a questão relativa ao grau de mestiçagem da população brasileira, o que não ocorreu em países como os EUA, originando escolas segregadas para brancos e negros (VEIGA, 2005, p. 96).

Segundo Gil e Hawat, no século XIX, no Brasil, a escola era normalmente constituída por uma sala de aula, somente com um professor, que atendia estudantes de várias idades e adiantamentos. Desde o início do século XIX, ainda nas aulas régias, eram elaborados documentos, chamados de mapas, para registrar informações a respeito dos alunos. Dados como o número de alunos, sua proveniência, condição social, grau de adiantamento, faixa etária faziam parte desses mapas. Também através desses dados era possível identificar características desse público. Além disso, os mapas permitiam averiguar a assiduidade dos docentes, que estava atrelada à manutenção da escola e ao pagamento do próprio professor. No caso das escolas particulares essa documentação pode não ter sido elaborada ou arquivada, pelo menos até os anos de 1930 (GIL e HAWAT, 2015).

Ainda sobre escolas no Rio Grande do Sul, Gil e Hawat (2015, p.27) apontam: “Entre as escolas isoladas havia o que se chamava de ‘aulas públicas’, ou seja, escolas de apenas uma sala, providas de um único professor, funcionando em prédios adaptados e sob responsabilidade direta da administração do governo estadual.”

Em relação ao estudo das instituições, Bressan (2013, p. 32) afirma: “implica em conhecer novas maneiras teóricas e metodológicas de compreender o papel da escola em determinados contextos históricos, estabelecendo um diálogo entre os âmbitos que constituem a estrutura social”.

A busca por informações sobre o ensino em Porto Alegre, desde o seu início, foi apresentando-se como algo com várias descobertas. E uma dessas experiências remete-se a um dos materiais encontrados na Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães é o livro: *Aspectos Gerais de Pôrto Alegre*, de Fortunato Pimentel, editado em 1945 pela “Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial” composto por dois volumes. A obra completa possui 648 páginas, sendo o primeiro volume com 464 páginas e o segundo com as restantes. Trata-se de uma edição comemorativa ao cinquentenário do Jornal Correio do Povo.

Segundo Pimentel (1945), em 1778 se instalou a primeira aula primária em Porto Alegre, sob a direção do professor Manoel Simões Xavier. O ensino público acentuou-se a partir de 1860-1880, quando foram organizados o Ateneu Rio Grandense a Escola Normal e a Escola Militar. Em julho de 1928, foi oficializado o primeiro Ginásio Estadual. Em 1937, a cidade tinha 252 aulas primárias. Em 1941, eram 280 escolas.

Naquele ano, além da Universidade de Porto Alegre, funcionavam a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, a Faculdade Católica de Filosofia, o Instituto de Belas Artes, o Instituto de Educação, vários institutos técnicos, colégios, ginásios masculinos e femininos, escolas de professores (inclusive rurais), escolas experimentais, grupos escolares, muitas unidades isoladas de ensino primário, diversos cursos noturnos para o ensino comercial, secundário e primário.

O Liceu D. Afonso teve sua pedra fundamental lançada em 1º de fevereiro de 1845, pelo imperador. O artigo 1º, da lei nº 777, de 4 de maio de 1871 deu ao prédio, ainda em construção, a denominação de Ateneo Rio Grandense e aí se estabeleceu uma instituição de ensino secundário com internato e externato e um curso de estudos feito em 4 anos, constando ensino clássico e profissional, devendo as cadeiras ser providas por meio de concurso anunciado com antecedência de seis meses. Em 31 de dezembro de 1871 fechou-se a casa onde funcionava, desde 1º de maio de 1859, o Liceu D. Afonso e, em 3 de fevereiro de 1872, as lições passaram a ser ministradas no Ateneo Rio Grandense. Nesse prédio, na parte considerada como externato, havia salas onde também funcionaram a Diretoria de Instrução Pública, as aulas de Instrução Secundária, a Escola Normal para ambos os sexos e a escola de primeiras letras. Anexa à Escola Normal funcionava uma aula prática dirigida pela professora Josefina Tereza de Barros e auxiliares habilitadas com o curso da Escola Normal e educadas no Asilo Santa Tereza. Nesta escola os cursos eram frequentados por alunos que terminavam o elementar e passavam para o normal.

Como se pôde constatar, algumas instituições de ensino mudaram de nome com o passar dos anos pelos mais variados motivos. Nesse caso, o prédio continuava no mesmo lugar, mudava-se o nome e em algumas situações também o nível e modalidade de ensino ofertados. Porém, como afirma Bakos (1996), em determinados períodos, as aulas públicas mudavam de lugar em função da baixa quantidade de estudantes; porém, mantinham sua nomenclatura, mudando de endereço, visando locais onde a demanda por aulas fosse maior em função da quantidade de alunos.

Pesavento (1999, p. 265) expõe que o primeiro ato do primeiro intendente de Porto Alegre, que permaneceu no poder entre 1892 e 1896: “foi dotar a cidade da sua Lei Orgânica do Município. Cabia à intendência a organização do sistema viário, da assistência pública, de regular e inspecionar a educação e o serviço de higiene, etc.”.

Pimentel (1945) também traz informações mais específicas, como a criação, em 1800, das tradicionais escolas Antônio d'Ávila, conhecido como "amansa burros" e Antônio Paraízo Mariano, o "tico-tico". Em 1827, o professor Antônio Alves Pereira Coruja instalou na cidade uma aula de ensino mútuo. As aulas públicas foram criadas por lei provincial em 1837, lei nº 14, de 22 de dezembro. A Escola Normal foi criada em 5 de abril de 1869. A Delegacia da Instrução Pública foi criada pelo decreto nº 5.429, de 2 de outubro de 1873. A Escola Militar, que também já se chamou Escola Preparatória de Porto Alegre, teve sua origem através do decreto nº 634, de 20 de setembro de 1851. Em substituição à Escola Normal, foi criado, pelo decreto nº 373, de 14 de março de 1901, um Colégio Industrial. A Escola Complementar foi criada em Porto Alegre pelo decreto nº 907, de 16 de maio de 1906. Em 1875, Porto Alegre tinha 16 colégios, sendo nove de ensino secundário. O Ginásio Estadual, instituído em 1928, a princípio era formado pelos ginásios municipais Anchieta e Nossa Senhora do Bom Conselho, estadualizados pelo decreto nº 4.087, de julho do mesmo ano. Em 1931, através do decreto nº 4.823, de 28 de julho, é estadualizado o Ginásio de Santa Maria. Mais tarde acontece o mesmo com o Ginásio N. S. do Rosário de Porto Alegre.

Em 1940, o mesmo autor contabiliza no município 149 unidades escolares primárias gratuitas e 93 remuneradas, totalizando 242. No ensino secundário, doze. No ensino doméstico, sete. No industrial, três. No comercial, quinze. No artístico, 44. No pedagógico, quatro. No ensino superior, treze e em outros ensinos, vinte e nove; totalizando 127 unidades educacionais. Os estabelecimentos de ensino profissional e técnico estavam assim listados: Técnico-profissional (técnicos rurais e técnicos artífices), Escola de Comércio, Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, Instituto de Comércio de Pôrto Alegre, Instituto Pôrto Alegre (curso de contador de três anos), Escola de Comércio (anexa à Faculdade de Direito), Faculdade de Direito, Escola de Engenharia (civil, mecânico eletricitas, curso de química industrial), Escola de Agronomia e Veterinária, Faculdade de Medicina (cursos de medicina, farmácia, odontologia, enfermagem e obstetrícia).

Verificando as iniciativas ocorridas no município, vale lembrar que os locais, sejam salas ou prédios para a oferta de ensino tendem a evoluir, conforme demonstram Ermel; Jacques:

As variações dos espaços destinados às atividades de ensino e aprendizagem de crianças são inúmeras, englobam tanto os improvisados como os projetados unicamente para serem escola. Essa passagem dos espaços adaptados, nas residências dos alunos, em casas alugadas ou nas casas dos professores para um edifício próprio, projetado e construído para a finalidade de ser escola, marca um importante momento da História da Educação (2013, p.94).

Ainda, as mesmas autoras reiteram acerca da criação de escolas e vários passos que esse processo tende a seguir:

Dos primeiros movimentos relacionados à organização de uma escola até a construção do prédio escolar, uma situação era recorrente na História da Educação brasileira, tanto para as instituições públicas como privadas. As aulas funcionavam em espaços adaptados, geralmente em salas anexas às igrejas ou na residência do professor. Quando a demanda aumentava, geralmente a instituição mantenedora alugava uma casa, que no melhor dos casos possuía banheiro e possibilitava a divisão entre meninos e meninas. Essa alternativa foi utilizada ao longo do século XX, mesmo após os apontamentos da necessidade e das vantagens das construções dos edifícios escolares (ERMEL; JACQUES, 2013, p.95).

Dessa forma, pode-se perceber também que muitos são os fatores que envolvem a concepção das instituições escolares, e as influências que as mesmas tendem a receber, seja por sua ação educacional e/ou social e até certa medida, identitária. E, a materialidade da escola acaba por fazer parte desse processo. Pode-se esclarecer esse aspecto e seu entendimento quando Werle afirma:

No caso de instituições educativas a materialidade de seus prédios localiza frente às demais escolas e no espaço da cidade como um todo. A institucionalidade material da escola não é um aspecto circunscrito à comunidade escolar - alunos, professores, administradores, funcionários, pais-, mas ampliado para a cidade. A materialidade da escola tem significado não apenas para a própria instituição, mas para os moradores e instituições das cercanias, mesmo que não tenham estudado, trabalhado ou enviado seus filhos ou netos para aquela escola (2001, p. 120-121).

Portanto, retomando aspectos da história da cidade de Porto Alegre, características de sua ocupação inicial, bem como da população e das iniciativas para a oferta de ensino, nota-se que houve esforços, não necessariamente organizados e focados o suficiente para o atingimento dos propósitos no tempo imaginado.

### 3.3 PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO

A escolarização é tratada por autores da área de educação, bem como da sociologia, psicologia, história, filosofia e outras. Diferencialmente de um processo simplificado, ela é composta por um conjunto de relações que envolvem distintos atores, o que a torna complexa e tal complexidade permite diferentes perspectivas. Ela abarca dimensões que são mobilizadas nas análises propostas neste trabalho. Podem ser destacadas as seguintes: tempo e espaço escolar, diferentes níveis de ensino e lugares e história da escolarização (como compreensão das inter-relações entre as instituições escolares e a cidade).

Segundo Moraes (2015, *apud* FARIA FILHO, 2002, p.16), duas acepções do termo escolarização estão “intimamente relacionadas”:

Num primeiro, escolarização pretende designar o estabelecimento de processos e políticas concernentes à “organização” de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião, seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais aprofundados. Em outra acepção, estamos entendendo por escolarização o processo e a paulatina produção de referências sociais tendo a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articulador de seus sentidos e significados. Neste caso, nossa atenção está voltada para o que temos chamado de “consequências” sociais, culturais e políticas da escolarização, abrangendo questões relacionadas ao letramento, ao reconhecimento ou não de competências culturais e políticas dos diversos sujeitos sociais e à emergência da profissão docente no Brasil.

O primeiro aspecto envolvido diz respeito ao tempo e espaço escolares. Ambos são analisados por autores do campo, em alguns momentos, conjuntamente, em outros, distintamente em função da pesquisa e dos objetivos a que eles se propõem. A seguir serão apresentadas reflexões a respeito desses aspectos com base em estudos desenvolvidos sobre escolarização, em especial na sua relação com as cidades e, alguns destes, em parceria com a urbanização.

Faria Filho e Vidal (2000, p.19) retomam Escolano e Viñao para ressaltar que “[...] nem o espaço, nem o tempo escolares são dimensões neutras do ensino, simples

esquemas formais ou estruturas vazias de educação”. Desse modo, cabe destacar a centralidade das categorias tempo e espaço nos estudos de História da Educação, destacadamente aqueles que se debruçam sobre as instituições educativas e os processos de escolarização. Assim, como mencionam os autores, “como pedagogias, tanto o espaço quanto o tempo escolar ensinam, permitindo a interiorização de comportamentos e de representações sociais” (2000, p. 20).

Para Pessanha e Silva (2006, p. 116), “o lugar da escola no tempo da cidade indica um projeto de sociedade em que espaço e tempo estão entrelaçados em uma e outra, através de práticas sociais em que se definem e redefinem mutuamente”. A sociedade possui regras, tanto dentro da escola quanto fora dela. Tais regras dialogam entre si, a escola não possui nem tempo, nem espaço alheios à sociedade, pelo contrário: a escola está ligada não só às regras da sociedade na qual está inserida bem como ao momento histórico, político, econômico e cultural experienciado por ambas. Nesse sentido, “[...] a história somente se transforma devido a uma mudança nos valores, nos objetivos, nos conceitos, etc., que são compartilhados entre as pessoas.” (BRESSAN, 2013, p.34).

Referindo-se ao início do século XIX, Faria Filho destaca que:

Com o progressivo fortalecimento do estado imperial e com a discussão cada vez maior acerca da importância da instrução escolar, vai-se estruturando uma representação de que a construção de espaços específicos para a escola era imprescindível para uma ação eficaz junto às crianças, [...] (2000, p.145).

Antes desse fortalecimento, as aulas aconteciam em espaços cedidos, tanto por pais quanto por professores. O autor também aponta que as primeiras construções públicas para oferta de instrução primária, os grupos escolares, só surgiram no país a partir da metade da última década do século XIX. Esses grupos escolares abarcavam “[...] a um só tempo, todo um conjunto de saberes, de projetos político-educativos, e punham em articulação o modelo definitivo da educação do século XIX: o das escolas seriadas” (FARIA FILHO, 2000. p.147).

Mesmo com o passar do tempo, percebe-se que muitos espaços mantiveram-se improvisados. Como exemplo, referindo-se ao século XX, temos a afirmação de Luchese e Kreutz:

Em se tratando da Região Colonial Italiana, as escolas públicas ou permaneceram em salas/casas particulares alugadas, ou, preponderantemente, foram construídas pelas comunidades. Nas zonas rurais, foi em torno da capela, aglutinadora das sociabilidades, que as escolas foram erigidas (2012, p.51).

Os mesmos autores exemplificam uma situação que perdurou por muitos anos no município de Bento Gonçalves, interior do Rio Grande do Sul:

O Colégio Elementar de Bento Gonçalves esteve localizado no térreo da Prefeitura Municipal (que abrigava a parte administrativa da intendência, o tribunal e, aos fundos, a cadeia) durante mais de duas décadas. As aulas eram suspensas quando havia julgamentos e faltava espaço adequado para o recreio e as diferentes atividades pedagógicas (LUCHESE E KREUTZ, 2012, p. 62).

A precariedade dos espaços das aulas era comum, percebida pelos pais e reclamada pelos professores. As providências para implementação de melhorias precisavam partir também da comunidade, visto que os custos com aluguel aumentavam e impactavam na manutenção dos prédios escolares. Mesmo as reclamações e demandas dos professores sendo percebidas pela comunidade, seria necessária a ação do poder público, que também possuía restrições, como se percebe no seguinte excerto de Luchese e Kreutz (2012, p.53): “As medidas para atender às demandas e aos melhoramentos considerados importantes e necessários pelos professores esbarravam, geralmente, na questão orçamentária dos municípios”.

A análise dos processos de escolarização remete também a pensar a categoria espaço correspondendo ao local onde estão instaladas as escolas. Ao final da década de 1940, a ampliação da escolarização para o interior, zonas de fronteira e áreas de imigração necessitava de atenção mais específica para seu desenvolvimento. Essa era uma visão do governo brasileiro a respeito do ensino, já que a população não escolarizada encontrava-se em grande parte nas zonas rurais. Dessa forma, percebia-se a tendência de dividir o ensino entre urbano e rural. “A edificação de prédios para escolas

localizadas na zona rural tinha como ideia uma construção simples, que seria adaptada a alguns aspectos locais, além de requisitos como sala de aula, pátio coberto, banheiro e casa para o professor” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 31).

As crescentes simplicidade e economia nas construções escolares propostas, seja para a cidade, seja para o campo, disseminadas mais amplamente sobretudo nos anos 50 e 60, indicavam que se alteravam as concepções acerca dos espaços escolares e, portanto, do lugar da escola no meio social brasileiro (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 31).

Um dos possíveis motivos que levaram as escolas a mudanças de localização tende a ser um entendimento sobre os tempos escolares que fica evidenciado na seguinte afirmação: “Os tempos escolares também progressivamente se dilatavam, seja verticalmente (duração do curso), seja horizontalmente (na grade de horário e na permanência do aluno (a) na escola” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 32). Observa-se que outras demandas foram surgindo conforme a democratização da escola podia ser notada tanto através de prédios funcionalistas como pela forma que o ensino era conduzido quando se visava a educação primária em tempo integral e também conforme a legislação trazia alterações que impactavam nos tempos da escola. Na impossibilidade de atender aos alunos que a ampliação dos tempos escolares trouxe para a escola, a mesma viu-se diante da inevitável necessidade de mudança de prédio no território dentro da cidade.

A tendência explica-se pelo fato de que as crianças permanecendo mais anos na escola ou o curso tendo uma maior durabilidade, menos crianças poderiam usar aquele mesmo espaço. Quando se visava à educação primária era mais um fator porque se havia apenas um grupo de alunos pela manhã e outro à tarde, visando atender a ampliação do público, as escolas começaram a pensar em espaços maiores e isso envolvia a mudança de prédios e de local na cidade.

As mudanças ocasionadas pela expansão das cidades e pelo aumento do número de crianças atendidas pela escola tiveram repercussão na organização dos horários de funcionamento das instituições. Desse modo,

num meio onde a escola até então era uma instituição que se adaptava à vida das pessoas – daí as escolas isoladas insistirem em ter seus espaços e horários próprios organizados de acordo com a conveniência da professora, dos(as) alunos(as) e levando em conta os costumes locais –, era preciso mais que produzir e legitimar um novo espaço para a educação. Era preciso também que novas referências de tempos e novos ritmos fossem construídos e legitimados (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 25).

Os tempos escolares das disciplinas, do trabalho, dos professores e da gestão da escola seguiam o regimento da instituição, o que Faria Filho e Vidal (2000) apontam como motivo para que o tempo tenha uma característica artificial e também por isso esse processo ocorre dentro de um movimento social que racionaliza o tempo e por isso é próprio às relações capitalistas. O tempo escolar também encontrou resistências socioeconômicas e procurou alinhar-se aos atores envolvidos:

Apesar de a ação de professoras, alunos (as), diretoras e, mesmo, inspetores nunca ter sido somente de submissão à ordem escolar que se impunha, não podemos deixar de reconhecer que mais e mais a escola foi se constituindo como instituição específica, com seu tempo e espaços próprios, apesar dos costumes, da saúde, da higiene e da cultura daqueles (as) que a frequentavam (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 27).

As alterações na legislação, como por exemplo, na constituição de 1834, onde houve a divisão entre os poderes provincial e imperial e as reformas de ensino que apresentavam uma variedade de propostas e diferentes possibilidades de aplicação, tenderam a ressignificar tempos e espaços escolares. Nas décadas de 1920 e 1930 as reformas estavam referenciadas em ideais da escola nova, principalmente em São Paulo e Minas Gerais (FARIA FILHO; VIDAL, 2000).

Outro aspecto que cabe aqui destacar envolve a história da escolarização no intuito de compreender as inter-relações entre as instituições escolares e a cidade. Bressan (2013, p.38) retoma Júnior e Pessanha quando aponta que: “O ciclo de vida de uma instituição escolar é caracterizado por sua cultura escolar. Ou seja, pelo prédio escolar, pelo corpo docente, pelos alunos, pelo saber veiculado na instituição”.

Werle ressalta:

Este saber, ao lado da separação do mundo adulto e definição de um estatuto da infância; da escola como espaço institucional separado da vida e local de isolamento das crianças do mundo adulto, e da substituição de outros espaços sociais envolvidos com propostas formativas e de socialização, colabora para a constituição da escola na forma como hoje temos (obrigatória, universal e gratuita) (2004, p. 111).

Os aspectos que envolvem a escola e fazem dela um espaço de interações sociais contribuem para a escolarização a qual pode acontecer de diversas formas, recebendo influências de vários agentes. Além disso, objetivando o ensinamento/aprendizagem como primordial, métodos e técnicas precisam ser incorporados para que a escola cumpra um dos seus principais papéis, qual seja a transmissão de conhecimento. Dessa forma:

Na escola, a emergência de um corpo de conhecimentos sistemáticos caracterizador de sua função, resulta também na base de gestão e material. Estratégias de diferenciação, disciplinamento e coesão estão de alguma forma impressa nos prédios, disposição de espaços e equipamentos, nos projetos de formação, normas e regulamentos. As instituições são lugares de ação social e, como tal, marcadas pelo tempo, espaços e pessoas, são formas sociais dotadas de organização jurídica e material, cujo estudo envolve a análise de suas origens, gênese, estabilidade, rupturas e processos de formação. Elas são o espaço real, tanto objetivo como subjetivo, no qual vivenciamos relações, valores, normas, poder, experiências de lideranças, rivalidades, conflitos e competição (WERLE, 2004, p. 111).

Também, sendo assim, as características da instituição escolar e da cidade são preponderantes no intuito de compreender como a cidade que abriga a escola enxerga a educação. Ao se observar minuciosamente a história da instituição escolar, contempla-se tanto os detalhes de desenvolvimento da instituição quanto às características do período histórico da cidade. Bressan aponta que para quem estuda uma instituição, é importante considerar as formas de escolarização num determinado momento.

Segundo Bressan,

Alguns trabalhos (PESSANHA; GATTI JÚNIOR, 2012) recentemente mostraram que a relação entre o tempo cidadão e o espaço escolar é uma das maneiras mais apropriadas para compreender os processos educativos de uma determinada cidade, bem como os anseios colocados socialmente ao processo de escolarização de seus alunos; e explicaram, por sua vez, o papel que a instituição escolar ocupou num determinado momento naquele ambiente (2013, p.40).

A presente Dissertação centra a atenção nos processos educativos de uma determinada cidade e não na história de uma instituição escolar em específico. Ou seja,

interessa aqui compreender a potencialidade de, partindo da história do espaço de Porto Alegre e de sua urbanização, investigar a presença das instituições escolares e de elementos distintos da acessibilidade da população a elas.

Colaborando nessa argumentação, Werle afirma:

Na cidade situa-se e pertence o prédio escolar. Analisar instituições escolares implica atentar ao ambiente no qual a escola se insere, às ruas e demais prédios, à vizinhança, bairro, cidade, às demais escolas, aos cidadãos da cidade. Memória institucional não é apenas memória da instituição escolar, de seus agentes, e das demais instituições educativas com que manteve relacionamentos, mas é memória da cidade.

Por outro lado, o espaço objetivo de demarcação das instituições frente às demais são também suas propostas. A capacidade de formulação de propostas, planos e projetos, de expressão e operacionalização de intenções, que respondem a funções sociais e a traços culturais importantes para a comunidade em um certo tempo e lugar, constitui uma força impulsionadora relevante para situar a instituição escolar frente às demais e no contexto da cidade (2004, p.112).

Além disso, as instituições também tendem a ocupar os espaços da cidade conforme o movimento da população e seu crescimento, mas também atentando para os lugares onde a cidade cresce, como por exemplo, primeiro uma região e depois outra, considerando aspectos imobiliários e econômicos.

O último aspecto que se pretende aqui destacar refere-se aos diferentes níveis de ensino ocupando diferentes lugares. No início do século XX há mais escolas primárias do que secundárias que de outros níveis, tanto em Porto Alegre como em outras cidades.

Após a proclamação da República, as escolas primárias integraram de forma mais intensa o cotidiano citadino e, em função das características republicanas, vinculavam-se à ideia de templos do saber. Em geral ficava em local de evidência, quase sempre nos centros das cidades. A maior parte da população pobre não tinha o acesso facilitado já pela localização geográfica dos estabelecimentos, a frequência às aulas acabava se tornando um sonho para esses grupos:

Os diferentes níveis de ensino ocupam, na memória da cidade, espaços e significados bastante peculiares. Na cidade de São Paulo, por exemplo, desde a chegada em massa de imigrantes, que passaram a residir no espaço urbano, foram construídas inúmeras instituições escolares particulares e estrangeiras. A cidade foi se desenvolvendo demograficamente pela ocupação de espaços distantes um do outro e com grande concentração de pessoas de uma mesma origem étnica. Geralmente longe do centro, esses lugares – bairros – tiveram, por meio de seus próprios moradores – trabalhadores industriais, comerciantes, liberais –, os ingredientes necessários para sua arcaica urbanização. Construíram, por si sós, hospitais; abriram ruas; e instituíram suas escolas (BRESSAN, 2013, p.45).

Com a expansão da industrialização entre os anos de 1910 e 1950, é necessária a criação de mão de obra para a expansão e o desenvolvimento das cidades. Também por isso,

certamente, nesse momento do processo, industrialização e urbanização não tornam o crescimento populacional e o econômico sinônimos de desenvolvimento social, pois a industrialização atua de forma negativa no primeiro estágio de crescimento de uma cidade, na medida em que a torna um simples receptáculo de trabalhadores (BRESSAN, 2013, p.43).

Percebendo essa diferenciação que gera hierarquia econômica e social, os recursos necessários se tornam acessíveis para a parte da população que tinha as condições econômicas suficientes para usufruí-los.

Milton Santos expõe algumas características da cidade, especialmente a “grande” e uma das razões para o contraste entre as zonas centrais e periféricas:

Graças à sua configuração geográfica, a cidade, sobretudo a grande, aparece como diversidade socioespacial a comparar vantajosamente com a biodiversidade hoje tão prezada pelo movimento ecológico. Palco da atividade de todos os capitais e de todos os trabalhos ela pode atrair e acolher as multidões de pobres expulsos do campo e das cidades médias pela modernização da agricultura e dos serviços. E a presença dos pobres aumenta e enriquece a diversidade socioespacial, que tanto se manifesta pela produção da materialidade em bairros e sítios tão contrastantes, quanto pelas formas de trabalho e de vida. Com isso, aliás, tanto se ampliam a necessidade e as formas da divisão do trabalho, como as possibilidades e as vias da intersubjetividade e da interação. É por aí que a cidade encontra o seu caminho para o futuro (SANTOS, 1999, p. 259).

Dessa forma, a cidade vai dividir-se entre o centro e a periferia, fixando-se no centro em geral a classe alta e para as classes populares restando a periferia. Nesta última, geralmente os lugares de socialização, politização e educação demoram a chegar e muitas vezes continuam bastante restritos:

O espaço urbano é dotado de significados socialmente compartilhados. Residir no centro das relações sociais que ocorrem numa cidade em desenvolvimento constante, com possibilidades de diversão e entretenimento, como, por exemplo, teatros e cinemas, é estar pronto para beneficiar-se dos produtos de uma sociedade moderna, mesmo que estes sejam direcionados para apenas uma parcela da população. Nas regiões periféricas, a falta de transportes públicos e de espaços de promoção cultural que permitam o trabalho intelectual e cultural fora do âmbito escolar, até estão restrito à alfabetização e à moralização do sujeito, incitou o surgimento de estratégias sociais que lutassem pela diminuição dos abismos sociais e culturais (BRESSAN, 2013, p.47-48).

O mesmo autor aponta tensões em relação à escolarização de uma sociedade e a urbanização de uma cidade:

Assim, ao mesmo tempo em que os estudos das trajetórias históricas de instituições escolares exigem uma análise pormenorizada dos processos de urbanização e escolarização de um determinado tempo histórico, a sua apreciação possibilita melhor compreensão de como as cidades e seu peculiar desenvolvimento político e econômico produzem e impõem distintos significados sociais às escolas e aos seus processos de escolarização. Assim, fica plenamente claro que “o lugar da escola no tempo da cidade indica um projeto de sociedade em que espaço e tempo estão entrelaçados em uma e outra, através de práticas sociais em que se definem e redefinem mutuamente” (PESSANHA; SILVA, 2006, p. 116 *apud* BRESSAN, 2013, p.48).

Conforme sublinha Cynthia Greive Veiga, pode-se perceber que as características das classes menos abastadas são próximas não só intermunicipalmente como fazem parte de uma cultura mais ampla que atinge boa parte do Brasil. Ou seja, “a forma de assentamento material e cultural das classes pobres e trabalhadoras não foram típicas de Belo Horizonte, mas se inserem na trajetória de constituição dessas camadas a partir do século XVII no mundo ocidental” (VEIGA, 1994, p.15).

Em relação a Porto Alegre, sendo esta a sede do governo estadual e capital do Rio Grande do Sul, a administração seguia os ideais positivistas, em especial em um

período de quatro décadas que se iniciou em 1897 (SCHERER, 2015). Como boa parte do estado sofrera as mesmas influências, a concentração dos poderes influenciava o município de Porto Alegre de forma mais intensa. Segundo Scherer,

a política administrativa positivista vigente à época orientava para a municipalização de serviços públicos, entre os quais se incluía a educação, o que produziu efeitos imediatos: há decretos da intendência municipal de Porto Alegre municipalizando algumas instituições de ensino particulares, entre os anos de 1926 e 1928 (2015, p.44).

Os decretos aos quais a autora se refere dizem respeito à municipalização, mesmo que temporária, dos colégios Seigné, Rosário e Anchieta. E sobre a falta de alguns tipos de documentação, ela aponta:

A ausência de Relatórios e legislação no âmbito municipal que aponte para a criação formal dessas instituições também permite pensar que a relação entre o Estado e o Município não contribuía para que o município assumisse iniciativas mais arrojadas no âmbito da educação neste período que vai até os anos de 1920 (SCHERER, 2015, p.44).

Seguindo as informações do relatório de 1º de setembro de 1927 - elaborado por um fiscal de escolas -, foi possível registrar informações a respeito da educação que envolvia custos ao município de Porto Alegre. Dentre as informações localizadas, uma das primordiais diz respeito à localização de escolas; a mesma poderia mudar de endereço em função da frequência dos alunos. Outro aspecto que aponta o desalinho entre as administrações públicas, municipal e estadual no município de Porto Alegre pode ser confirmada pela informação de uma lei que previa desconto nos tributos àquelas instituições que oferecessem uma parcela de matrículas gratuitas. Uma das interpretações possíveis é que em função dessa falta de clareza, a tendência é de que tenham sido criadas mais escolas particulares que públicas durante o período.

Outro apontamento que pode ser comprovado através do excerto de Scherer diz respeito à precariedade da guarda e conservação de documentação:

Considerando o material circunscrito à educação que integra o acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre, catalogado como Relatório, este documento é muito importante, pois não há outros registros neste formato até a década de 1950 (SCHERER, 2015, p.44).

Pode-se perceber que aspectos de interesse político influenciaram algumas tomadas de decisão e, também por este motivo, algumas destas decisões ou não ficaram registradas ou não podem ser acessadas devido à inexistência de documentação em determinados períodos, como se depreende da seguinte citação:

A ausência desse tipo de documento, com apontamentos do período em questão, é associada, sobretudo, à perda ou danificação de documentos por problemas na conservação e guarda dos mesmos, até porque nem sempre essa tarefa de guarda e preservação era valorizada. Há inclusive relatos orais que teriam sido feitos aos servidores do Arquivo Histórico da destruição de documentos nos momentos de transição política pelo acirramento das disputas eleitorais (SCHERER, 2015, p.46).

Flávia Werle também aponta situações quanto à guarda de documentos das instituições:

Não é incomum encontrar instituições sem registros de seu passado, desprezando-o; com lapsos de documentação referentes a longos períodos ou nas quais uma ou outra pessoa domina a documentação apropriando-se da memória institucional como se fosse proprietária do passado institucional do qual muitas vezes nem foi ator ativo (2004, p. 110).

Como tentativa de amenizar as condições de desorganização do sistema educacional do município, a legislação da década de 1930 visava à criação de órgãos públicos para o acompanhamento e organização dos assuntos relacionados à educação no país e no estado:

A partir dos anos 1930, a organização da educação no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, ganha um suporte de peso, como decorrência da criação do Ministério da Saúde e Educação em 1930: a Secretaria de Educação e Saúde Pública, criada em 1935. Além disso, a estrutura educacional no Estado foi ampliada em 1938, com a criação das chamadas Delegacias Regionais de Ensino, que tinham dentre suas atribuições fiscalizar o ensino nas escolas (SCHERER, 2015, p.49-50).

Especificamente sobre Porto Alegre, percebe-se mais uma vez a parceria estabelecida entre estado e município em função de um convênio assinado entre ambos e que torna a relação ainda mais estreita:

Trata-se de um Termo de Convênio pertencente ao Arquivo Histórico de Porto Alegre datado de 05 de setembro de 1949, celebrado entre a administração municipal de Porto Alegre e o governo do Estado do Rio Grande do Sul. Em linhas gerais, o convênio estipula que o município de Porto Alegre se responsabiliza por aplicar anualmente vinte por cento do dinheiro arrecadado com impostos, na aquisição e construção de imóveis para o então ensino primário. A duração prevista para a manutenção do convênio estava vinculada a um posicionamento da Câmara dos Vereadores, que avaliaria a suficiência do atendimento dessa etapa educacional, podendo aí o município passar a ofertar o Ensino Técnico. Também estipulava que no caso de novos loteamentos habitacionais, deveria ser reservada área para a construção de escolas. Após a construção dos prédios pela municipalidade, estes seriam entregues de maneira gratuita para a Secretaria Estadual de Educação (SCHERER, 2015, p.51).

No sentido de oficializar a organização pública da educação em Porto Alegre, foram criadas as secretarias conforme as nomenclaturas expostas:

[...] foi criado o Departamento de Assistência e Instrução de Porto Alegre por meio da Lei nº 1.413, de 11 de junho de 1955. Em 02 de dezembro do mesmo ano, por efeito da Lei nº 1.516, o Departamento se transformou na Secretaria Municipal de Instrução e Assistência. No ano seguinte, em 17 de julho, nova mudança ocorreu, passando a ser Secretaria Municipal de Educação e Assistência (SCHERER, 2015, p.52).

Com a criação da Secretaria Municipal de Educação e Assistência, a educação de Porto Alegre passa a contar com uma estrutura mais direcionada, desenvolvendo posteriormente uma Rede Municipal, um Sistema Municipal de Ensino e um Conselho Municipal de Educação. Mesmo com a evolução que o ramo educacional apresentou, é importante ressaltar sobre os momentos em que houve alguma inquietação quanto à normatização dos processos que envolvem a escolarização e como eram tratados. Em função da complexidade envolvida para tratar o assunto do surgimento de instituições escolares, um dos aspectos a mencionar diz respeito ao momento em que se torna obrigatório o ensino no país. A preocupação inicial abrangia o público infantil, pois este apresenta-se como primordial para os processos educativos dentro da legislação oficial.

A educação para adultos demora muito mais tempo para se tornar uma inquietação governamental a ponto de elaborar normatização a respeito.

Dessa forma, Vidal (2013, p. 12), referencia que a obrigatoriedade escolar por meio de lei é apontada por Cynthia Greive Veiga, no ano de 1828, para a cidade de Mariana / MG e ainda:

Em termos de legislação provincial, as primeiras peças legais datam de 1835 e foram proclamadas por Minas Gerais e Goiás, seguidas do Ceará (1837) e Piauí (1845). O município neutro da Corte encerra em 1849 o movimento restrito à primeira metade do século XIX. Os anos 1850, entretanto, emergem como pródigos na legislação sobre o ensino compulsório. O dispositivo aparece nas leis provinciais do Grão Pará (1851), Paraná, Rio de Janeiro e Maranhão (1854), Pernambuco (1855), Amazonas e Sergipe (1858). Novo surto vamos encontrar na década de 1880 para as províncias do Rio Grande do Sul (1871), Espírito Santo (1873), Santa Catarina e São Paulo (1874), Alagoas (1876) e Mato Grosso (1880). Do conjunto, destoa o Rio Grande do Norte que apresenta sua primeira lei de obrigatoriedade escolar em 1916 [...] (VIDAL, 2013, p. 12).

Vidal (2013) ainda menciona que o primeiro núcleo temporal apontado nas datas de legislação situa-se nas décadas iniciais do Império, isto porque, segundo ela, o Ato Adicional à Constituição de 1824, proclamado em 1834, incitava a criação das Assembleias Provinciais, as quais eram responsáveis pela administração da instrução pública elementar.

Mesmo com a existência da legislação a respeito da obrigatoriedade escolar, não necessariamente ela era seguida. Sob um ponto de vista de temporalidade mais amplo, pode-se dizer que de 1827, até a década de 1930, o país passou por praticamente um século de gestação, preparação em termos do processo de escolarização no Brasil, pois a expansão se deu com mais efetividade a partir da década de 1930. Algumas das restrições citadas pela autora apontam a idade, a cor, o sexo dos estudantes, sua condição de saúde e também a econômica. Esta última impactava na possibilidade de ser ou não ser eleitor, e esse quesito também era apontado em algumas leis. A condição de escravos ou indivíduos livres também era fator para a obrigação de estudar ou não naquele período. E a última restrição quanto à imposição de frequentar a escola era a distância a ser percorrida entre a moradia e a instituição escolar. Vidal destaca:

No Rio Grande do Sul limitava-se o alcance da obrigatoriedade ao raio de 1km em torno da escola. Se não havia consenso na medida do perímetro escolar, a discussão revelava a contrapelo a dificuldade das Assembleias Provinciais em criar e prover escolas públicas, ao mesmo tempo indiciava a desigual dispersão populacional no território (2013, p. 18).

Para o Rio Grande do Sul, Terciane Luchese (2013) lista algumas particularidades para compreender as discussões tardias sobre a obrigatoriedade no estado: diversos conflitos, desde 1817 a 1895, a dinâmica de transição do trabalho escravo para o livre, a economia das charqueadas/pastoril para latifúndios, colonização europeia em minifúndios policultores, progressivo avanço da urbanização, crescimento das atividades artesanais e manufactureiras. Também por estes aspectos, no período imperial a legislação a respeito da obrigatoriedade escolar não foi seguida.

Os republicanos que assumiram a administração do estado após a Proclamação da República eram fortemente influenciados pelo positivismo. Assim, “a Constituição estadual de 1891, afirmava a laicidade, a liberdade e a gratuidade para o ensino primário ofertado em instituições do Estado” (LUCHESE, 2013, p. 284-285).

Mesmo os republicanos afirmando que o estudo público é gratuito, sabe-se que o mesmo não atendia a toda população e também no final da década de 1920, escolas são municipalizadas. Ou seja, o particular torna-se público, imbricando as relações entre público e privado. Uma das demonstrações disso pode ser constatada no excerto de Corsetti (1998), quando aponta acerca da ação do governo gaúcho quando opta pela utilização da educação como um instrumento de política de modernização do estado influenciada pelos positivistas, realizada através de:

Expansão do ensino público primário, como ação fundamental do Estado; Estímulo e apoio, inclusive com verbas públicas, ao ensino técnico-profissional e superior privados; Nacionalização do ensino, especialmente nas regiões coloniais; Utilização da escola como instrumento de política de saúde preventiva, através da formação da "consciência sanitária da população", bem como de assistência social; Contenção de despesas com a expansão do ensino, através dos mecanismos das subvenções escolares e do envolvimento das municipalidades; Centralização administrativa e uniformização pedagógica; Controle pleno do ensino público e liberdade à iniciativa privada; Utilização da escola pública para a formação da mentalidade adequada ao processo de modernização conservadora promovido pelo Estado; entre outros (CORSETTI, 1998, p.59-60).

Uma das comprovações de que os recursos públicos são utilizados em parceria com instituições privadas se dá através da emissão de decretos municipais como por exemplo, o de número 143/1928, que municipaliza e anexa ao ginásio municipal, como seção feminina, o Colégio Sevigné e o decreto número 142/1928, que municipaliza o Ginásio Nossa Senhora do Rosário.

Percebe-se então a gama de fatores que tendem a influenciar os processos de escolarização, o que o torna complexo e amplo e indissociável de traços sociais, culturais e econômicos. Elencar aspectos que impactam seja positiva ou negativamente nos processos de escolarização é fundamental para a compreensão de elementos que venham a traçar as decisões de uma comunidade ou da sociedade. Pode-se notar a importância que a escola passa a representar, em diversas épocas e com objetivos específicos no sentido de formar cidadãos e conseqüentemente influenciar suas decisões grupais ou individuais.

Além da escolarização, outro fator que direciona a forma como a população faz adequações ao cotidiano, inclusive para estudar, diz respeito à urbanização. Desde as questões de tempo, deslocamento e facilidades nos caminhos percorridos diariamente tende a impactar nas tomadas de decisão que influenciam o aspecto educacional e a trajetória de formação do indivíduo.

Levando em consideração que urbanização “é o processo pelo qual os valores e práticas urbanas ganham importância e são disseminados para o conjunto da sociedade” (Dorfman 2015, p.14), percebe-se que Porto Alegre teve um processo de urbanização mais acentuado no início do século XX, o que também pode ser aferido através do Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre. Além disso:

Também são observados a difusão dos hábitos urbanos e os fluxos de acumulação e concentração - onde se aplica a riqueza e se instala o poder político. Outro uso da expressão “urbanização” refere-se à construção de benfeitorias, especialmente arruamento, redes de luz, água e esgoto em terrenos, inserindo-os no mercado de terras urbanas ou regularizando assentamentos irregulares (DORFMAN 2015, p.14).

Em relação à cidade e suas características:

A geógrafa Sandra Lencioni afirma que uma cidade pode ser conceituada a partir da ideia de aglomeração: concentração de casas, de pessoas, geralmente desenvolvendo atividades não agrícolas, mercados para circulação de produtos, levando à centralização da riqueza e das decisões estratégicas. Segundo ela, o que realmente não pode faltar a uma cidade é este último elemento, a centralização de poder político e econômico, com certo grau de autonomia na organização do espaço delimitado (DORFMAN, 2015 *apud* LENCIONI, 2008, p.14).

Assim sendo, uma das características de alteração do território de Porto Alegre diz respeito aos aterros realizados entre os séculos XIX e XX. A figura abaixo demonstra essas diferenças.

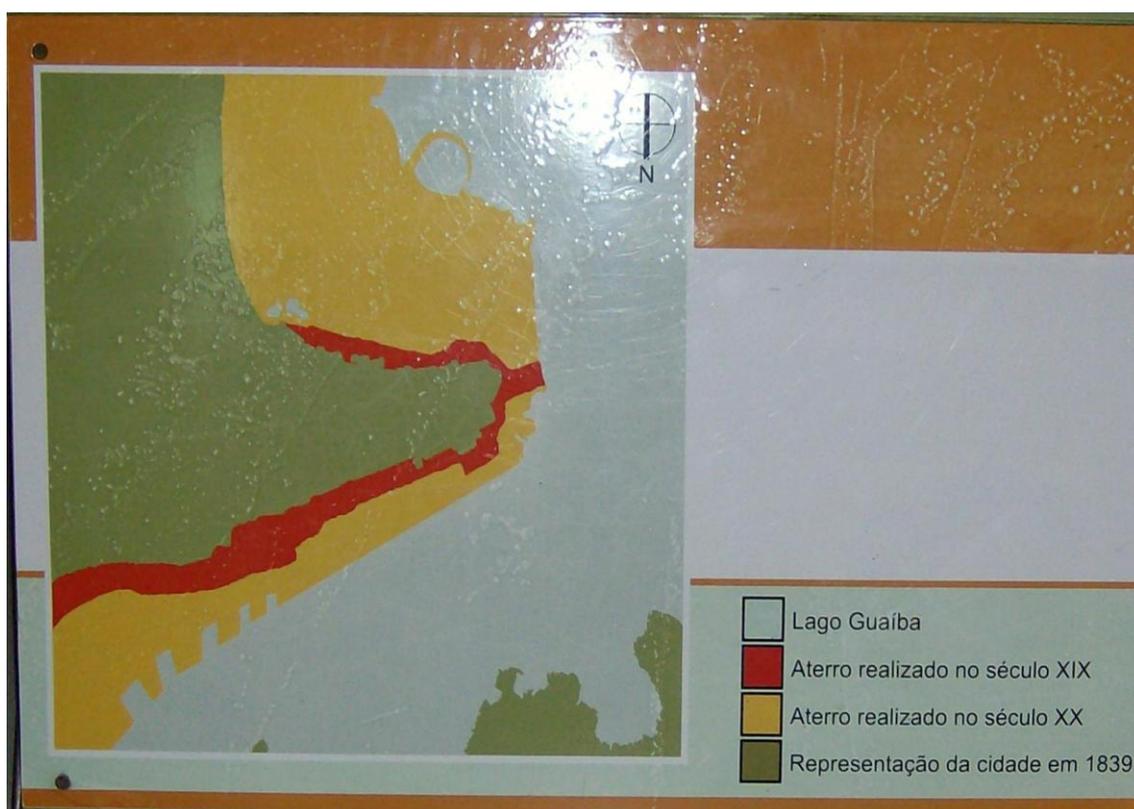


Figura 10: Recorte da maquete: Porto Alegre - Expansão da Cidade s/d

Fonte: Museu Joaquim José Felizardo

Conforme a figura demonstra, Porto Alegre sofreu alterações, sendo a primeira realizada no século XIX e a outra no século XX, fazendo um comparativo com a cidade em 1839. Na primeira metade do século XIX, a área central correspondia a um terço do que é atualmente. Os aterros proporcionaram espaço para a ampliação dos setores comercial e portuário, além da expansão da malha viária, parques, escolas, edifícios e outros aparatos urbanos que se fazem necessários para o desenvolvimento das cidades. No caso específico, em parte do aterramento efetuado no século XX, como aponta a maquete<sup>6</sup>, foi construído o Centro Administrativo Fernando Ferrari, que abriga grande parte das secretarias e órgãos de gestão do governo do estado do Rio Grande do Sul.

Em virtude de Porto Alegre situar-se às margens do Lago Guaíba, onde desembocam cinco rios, logo se tornou referência de comunicação com outras regiões do estado do Rio Grande do Sul, bem como de expedição para o transporte de mercadorias. O porto era indispensável e em função da geografia peninsular, obras de ampliação foram necessárias para impulsionar o comércio e a evolução urbana (Souza, 2010, p.14.)

Em algumas situações, modernização e urbanização podem estar relacionadas e, no conceito de Souza (2010, p.17), a “modernização é entendida neste contexto como a transformação física da cidade voltada ao progresso e aos avanços tecnológicos de uma época”. Sobre a busca pelo progresso para Porto Alegre, esta foi:

[...] permeada pela lógica positivista, levou os governos do Partido Republicano Riograndense (PRR), no seu continuísmo administrativo (O PRR dominou as administrações estadual do Rio Grande do Sul e municipal de Porto Alegre durante toda a República Velha.), a assumirem outras responsabilidades, como educação, saúde e policiamento, em nome do município, reduzindo os investimentos que teriam de ser feitos na reformulação da cidade. Optou-se, assim, pela realização de um Plano que permitisse ao governo implantar paulatinamente as obras na cidade, de acordo com as suas disponibilidades financeiras (SOUZA, 2010, p.14).

A Comissão de Melhoramentos e Embelezamento da Capital foi criada em 1912 e era composta por engenheiros civis, sanitaristas e arquitetos. O intendente municipal José Montauray de Aguiar Leitão criou essa comissão e que a mesma “[...] tinha a incumbência de propor soluções para os problemas de saneamento da cidade, buscando

---

<sup>6</sup> A imagem completa da maquete pode ser consultada no anexo D.

a higiene e a modernização dos serviços públicos” (LEMOS, 2009, p.36). Tal grupo foi incumbido de produzir um Plano Geral e em 1914 o *Relatorio do Projecto de Melhoramentos e Orçamentos* foi apresentado por João Moreira Maciel. A implantação do Plano de Melhoramentos foi realizada em diversos “tempos” desde a “década de 1920 até a de 1990” (Souza, 2010, p.23).

A planta que faz parte do plano de Melhoramentos de Porto Alegre mostrava as intenções de melhorar a cidades através de prolongamentos e alargamentos de vias, criação de novas avenidas, canalização do riacho e projetos de parques e jardins (SOUZA, 2010, p.118).

Baseando-se no exemplo dos aterros que Porto Alegre sofreu, percebe-se que a relação existente entre espaço, tempo e a população vai modificando os lugares e o cotidiano das pessoas. Para clarear os entendimentos sobre tempo e espaço, Santos reitera:

A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações podemos reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo (1999, p. 19).

O autor também vai explicitar sobre a relação tempo e espaço como indissociáveis:

Um outro tema de nossa insatisfação é a famosa união espaço - tempo, mediante a consideração da inseparabilidade das duas categorias. A verdade, porém, é que, frequentemente, após a listagem de um rosário de intenções, o tempo aparece na prática separado do espaço, mesmo quando é o contrário que se afirma (SANTOS, 1999, p. 16).

Assim sendo, percebe-se a complexidade em que estão inseridas as reflexões que envolvem tempo e espaço. Em se tratando da dinâmica urbana, isso é notório, pois vários processos como urbanização e industrialização alteram o espaço das cidades, promovendo consequências nem sempre satisfatórias. Além disso, esses processos podem durar um determinado período, como podem ser constantes, o que obriga a

adequações e tomadas de decisão dos atores envolvidos em cada parte do processo. A influência do espaço sobre o tempo e vice-versa pode ser observada:

[...] pois não há nenhum espaço em que o uso do tempo seja idêntico para todos os homens, empresas e instituições. [...] Poderíamos mesmo dizer, com certa ênfase, que o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto já que é o tempo da vida de todos. O espaço é que reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades, que são possibilidades diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo (SANTOS, 1999, p. 127).

Para colaborar com a compreensão acerca da influência do movimento histórico em relação ao lugar, o autor destaca:

A região e o lugar não têm existência própria. Nada mais são que uma abstração, se os considerarmos à parte da totalidade. Os recursos totais do mundo ou de um país, quer seja o capital, a população, a força de trabalho, o excedente etc., dividem-se pelo movimento da totalidade, através da divisão do trabalho e na forma de eventos. A cada momento histórico, tais recursos são distribuídos de diferentes maneiras e localmente combinados, o que acarreta uma diferenciação no interior do espaço total e confere a cada região ou lugar sua especificidade e definição particular. Sua significação é dada pela totalidade de recursos e muda conforme o movimento histórico (SANTOS, 1999, p. 131).

Mesmo “se consideramos o espaço tal como existe em dado momento, como uma realidade objetiva, e o tempo como as ações que nele se vão inserir, então é o tempo que depende do espaço e não o contrário.” (Santos, 1999, p. 162), pode-se perceber que as ações inseridas em um espaço, como por exemplo, a construção de uma instituição escolar em um novo local, estas tendem a transformar o espaço e, conseqüentemente, algumas de suas características.

A urbanização está intrinsecamente ligada às considerações acerca de espaço e tempo e que Santos afirma poderem variar conforme a época. “Sendo o espaço geográfico um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, sua definição varia com as épocas, isto é, com a natureza dos objetos e a natureza das ações presentes em cada momento histórico” (Santos, 1999, p.267). Este excerto demonstra que o espaço sofre variações em função do tempo e das ações. As escolas também podem suportar variações pela mesma razão, pois precisam adaptar-se e remodelar-se

não só em função do espaço geográfico como também de situações econômicas, sociais, culturais e de legislação.

A escala do município como posição de análise para investigar os processos de escolarização evidencia a função social da escola como produtora de identidades sociais e organizadora da cultura (para além da escola), num contexto histórico específico (não necessariamente homogêneo), em que é possível encontrar a construção de práticas importantes de intercâmbio entre cidade, campo e escola, entre política e educação (DIAS, 2014, p. 372).

Dias reitera as funções sociais que a escola desempenha principalmente onde está localizada e as influências que pode exercer como também receber da comunidade onde está inserida: “A instrução também foi uma ferramenta nos esforços em desenvolver novas concepções e usos do espaço do município e das formas como os diferentes grupos sociais experimentavam esse espaço” (DIAS, 2014, p. 314).

Outros fatores, também por se tratar de uma sociedade em processo de modernização, integram o conjunto de atributos que impactam no cotidiano da população:

[...] tanto na escala da política e economias nacionais, quanto na escala regional do município de Iguazu , rural e urbano, campo e cidade, ruralismo e urbanização, agricultura e industrialização , integravam as disputas pelo uso dos territórios e da população, as políticas educacionais e as reflexões sobre a construção da nação (DIAS, 2014, p. 296).

Mais um exemplo das consequências das transformações de uma cidade diz respeito às classes sociais que nela são formadas e Veiga nos aponta em seu estudo sobre Belo Horizonte:

A análise de construção da cidade possibilitou o acompanhamento próximo do processo de formação de uma elite proprietária com peso político nas definições dos rumos da capital bem como de uma classe trabalhadora, estabelecida nas cercanias da cidade, mas não necessariamente sujeita às novas regras disciplinares da modernidade (VEIGA, 1994, p.15).

Para a mesma autora, “a transformação do antigo arraial em cidade-capital se revela na produção de significado do novo tempo. Onde se edifica a cidade se constroem novas relações de propriedade, novos parâmetros culturais e vão se produzindo também outras relações sociais” (VEIGA, 1994, p.13). Em função da nova tipificação como capital, as transformações tomam outros níveis de proporção que podem trazer benefícios como também restrições, dependendo do objetivo e das regras que se impõem com os processos de modernização. Um exemplo são as relações que se criam devido aos arranjos que são formados por grupos de alunos com afinidades comuns.

Uma situação já apontada por Souza (2010) concorda com Nunes quanto aos problemas nas primeiras décadas do século XX:

A escola foi sujeito e produto desse processo de construção da modernidade e, por isso, esteve alinhada aos temas da civilidade, da urbanização, da cultura letrada. Mas esse alinhamento não adveio sem conflitos. Por vezes, o próprio processo de institucionalização da rede de escolas evidenciava as defasagens entre programas e realizações. As reformas da instrução pública dos anos de 1920 e 1930 representam esse movimento, em que os problemas de funcionamento das escolas espelhavam os problemas urbanos de habitação, transporte, insalubridade, doenças e falta de estrutura. As reformas e as novas arquiteturas escolares adotadas eram o investimento em promover a profilaxia e homogeneizar os comportamentos sociais (DIAS, 2014 *apud* NUNES, 2007, p.297 ).

Assim sendo, processos de urbanização e escolarização aparecem mais uma vez imbricados, influenciando um ao outro também na definição de características das cidades, da população que ali habita, conseqüentemente colaborando com a cultura do local e a reputação da sociedade que ali convive.

#### **4 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARTICULARES EM PORTO ALEGRE ENTRE 1927 E 1957**

No processo de escolarização de Porto Alegre coexistem iniciativas públicas e privadas para criação de escolas voltadas ao atendimento da população infantil residente no município. Neste capítulo, pretende-se apresentar as instituições criadas por iniciativa de diversos grupos sociais, religiosos, étnicos que vislumbraram participar do processo de formação da juventude porto alegreense. Ao final, serão apresentados aspectos relativos à localização das escolas pesquisadas em dois mapas: um do ano de 1928 e o outro do ano de 1952.

Ainda que a obrigatoriedade escolar tenha sido regulamentada pelo Ato nº 219, de 16 de março de 1888, sabe-se das dificuldades em torná-lo plenamente praticável. O Ato impunha a obrigatoriedade da instrução primária nas cidades, vilas, freguesias e povoações para os meninos de sete a quinze anos e para as meninas dos sete aos treze anos, válida para os residentes dentro do perímetro marcado pelas câmaras municipais, não excedendo um quilômetro de distância da escola. Embora a obrigatoriedade escolar existisse com determinação de idade conforme o sexo e até mesmo com demarcação de área indicadora da população atendida, as resoluções do Ato não necessariamente eram seguidas, pois esbarravam nas peculiaridades, no nível de desenvolvimento econômico-cultural e em diversas outras particularidades das localidades. O detalhamento do Ato ainda abrangia regras para professores particulares e criava conselhos, sendo uma forma do Estado adentrar nas esferas privadas, sendo que estas eram de livre escolha dos cidadãos (LUCHESE, 2013).

Em especial no Rio Grande do Sul, os políticos republicanos eram favoráveis à liberdade de frequência. As políticas públicas educacionais do período republicano sofriam influência do positivismo. Assim, a liberdade era considerada fundamental, sem interferência do Estado. Os positivistas acreditavam na educação como âncora para a evolução do Estado:

[...] seja pela iniciativa do estado, dos municípios, das igrejas, associações diversas e mesmo de particulares. A defesa das liberdades de ensino e profissional para a atuação da igreja na educação, especialmente no secundário [onde era praticamente a única] e o investimento no ensino público primário pelo estado e municípios propiciou crescentes condições de frequência escolar (LUCHESE, 2013, p. 288).

Mesmo com os estímulos da esfera pública, a criação de escolas ainda era necessária e nesse sentido a sociedade buscou organizar-se para suprir esta demanda. Assim, as escolas particulares advêm de igrejas, de associações de imigrantes, de grupos com interesses comuns e também de pessoas (empresários, por exemplo) que fundaram instituições escolares conforme suas intenções. Contudo, as escolas particulares acabam assumindo características diversas em função de seus fundadores e idealizadores e, com o passar do tempo e a promulgação de legislações em todos os níveis (estadual, municipal e federal), as instituições passam por adequações. Nas falas e mensagens dos governantes, ainda na década de 1930, estava o discurso da precariedade da instrução pública, agravado em áreas rurais pela distância, pela falta de profissionais e pela ausência de políticas públicas que atendessem às demandas locais de escolarização. Também por isso, no início da década de 1960, uma das propostas para a expansão do ensino primário estava no projeto de Leonel Brizola, criando as brizoletas.

Os dados coletados para este capítulo dizem respeito principalmente ao ano de criação das instituições, onde estavam instaladas e quem poderia frequentar a escola quando de sua fundação. Dependendo da disponibilidade das informações, e da relevância dessas para este trabalho, algumas instituições têm um maior detalhamento exposto. Para todas, foram apresentados dados básicos necessários para a proposta de pesquisa, no intuito de apontar situações e características que podem ter impactado no local de funcionamento e caracterizar a oferta de diferentes níveis de ensino, conseqüentemente podendo alterar o público atingido por determinado educandário.

Para o levantamento das instituições, alguns aspectos foram levados em consideração com o intuito de buscar uma profundidade e refinamento das informações. Dessa forma, não foram contempladas as instituições extintas antes de 1927, as que oportunizaram o ensino de nível superior, as que ofertavam somente o ensino técnico, as consideradas somente para crianças especiais (na época nomeadas deficientes físicas ou mentais), os orfanatos, e as escolas que serviam para formação de um grupo específico,

tais como militares, seminários e conventos. Além de considerar o período proposto para a pesquisa, algumas instituições em que não se obteve informação quando do encerramento de suas atividades não constam no levantamento. É preciso dizer que provavelmente algumas escolas ficaram de fora da listagem, seja por terem sido extintas e não estarem mencionadas na documentação examinada seja por não existir informações suficientes sobre elas. Em função disso também, algumas acabaram não fazendo parte do levantamento, pois poderiam não estar dentro do período abrangido pela pesquisa. Em algumas situações, quando a fonte de informações era escassa, não permitindo uma credibilidade suficiente, também optou-se por não incluir no levantamento. Vale aqui lembrar que no intervalo apresentado pelo estudo, muitos materiais se perderam, foram destruídos por incêndios ou enchentes, ou até mesmo eliminados por interesses determinados em função de características da época. Na listagem de escolas feita inicialmente apenas com o nome da instituição, a quantidade de instituições era maior. Em função da periodização assumida, não entraram no levantamento aquelas que tiveram sua fundação a partir do ano de 1958.

As informações apresentadas seguem uma ordem cronológica baseada na fundação das instituições, conforme os dados encontrados em diversas fontes. A maior parte das informações foi obtida na própria instituição ou em trabalhos acadêmicos já desenvolvidos cujo foco era a história das instituições. Em algumas situações, porém, foi difícil encontrar dados precisos, pela falta ou inacessibilidade aos documentos. A nomenclatura utilizada remete ao título mais conhecido ou ao mais recente das instituições, não sendo destaque para esse levantamento a sua razão social, todas as nomenclaturas já utilizadas ou a instituição mantenedora. Estas mantenedoras são indicadas quando as suas alterações modificaram características do ensino proporcionado pela instituição. Na sequência são apresentadas as instituições que ofertavam atividades educacionais em Porto Alegre que compõe o levantamento, em função dos critérios estabelecidos para este estudo.

## Vittorio Emanuele II

A Sociedade Vittorio Emanuele II foi fundada em 1877, mesmo ano em que iniciou suas atividades escolares. Sofreu algumas interrupções e retomou suas atividades em 1933. Esteve em atividade até maio de 1938.

Afora a menção à escola da Società Vittorio Emanuele II, a primeira notícia de outra escola étnica italiana foi encontrada no relatório do cônsul Pascale Corte, em 1882, e, ao que parece, não surgiu por conta do consulado, mas por iniciativa particular de uma professora (RECH, 2015, p. 117).

O autor ainda pondera que em outras fontes a criação da escola da referida sociedade acontece em 1886 ou em 1887, mas aponta a Rua dos Andradas, número 262 como o endereço desse começo. A sede da sociedade, no entanto, localizava-se na Rua Sete de Setembro.

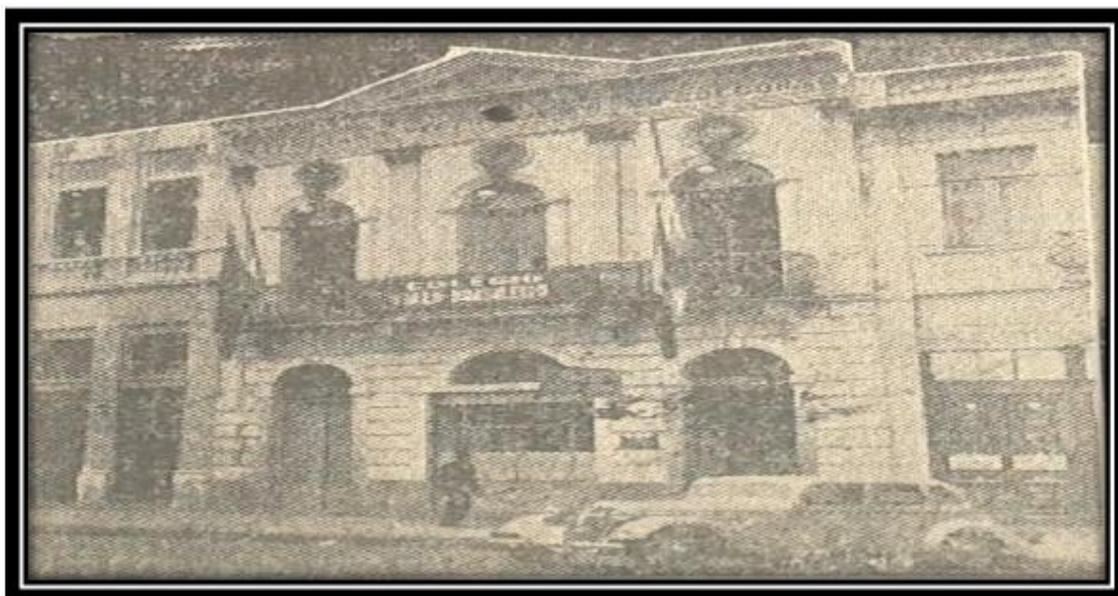


Figura 11: Fachada do prédio da Sociedade Italiana Vittorio Emanuele II em 1938 com a inscrição: “Colégio Ítalo-Brasileiro”

Fonte: Jornal Correio do Povo (26/05/1938, p. 10) in Rech (2015)

Colégio Americano
-------------------

Criado em 1885, tinha inicialmente a denominação de Colégio Evangélico Misto Número 1 e funcionava em um edifício no centro de Porto Alegre alugado para essa função. Em 1889, a escola passou a ser gerida pela Divisão de Mulheres da Igreja Episcopal do Sul, dos Estados Unidos. Por essa razão, ficou conhecida como “Colégio das Americanas”, recebendo então o nome de Colégio Americano<sup>7</sup>. Inicialmente, era uma instituição destinada apenas à educação de meninas. Entre 1926 e 1945, a instituição passou a oferecer também os cursos Clássico e Científico. Em 1974, o ensino de 1º Grau passou a ter turmas mistas e, em 1975, também as turmas de 2º grau.

Em 1921, a instituição funcionava tanto em regime de internato quanto externato, localizando-se na avenida Independência. Em 1926, foi adquirido um amplo terreno no bairro Petrópolis onde foi construída a nova sede que passou a abrigar o colégio em 1945. Em 1955, ofertava Jardim de Infância, Curso Primário e Admissão, Ginásial e Científico, Curso de Formação de Professores Primários, além de cursos profissionalizantes direcionados ao público feminino, considerando costumes e cultura da época.

No ano de 1973, foi criado o Instituto Metodista de Educação e Cultura (IMEC), que passou a ser a entidade mantenedora do Colégio Americano e da futura faculdade. Com o passar dos anos, tanto o IPA (Instituto Porto Alegre) quanto o Colégio Americano ofertavam cursos superiores na área da saúde, isso na década de 1970. Assim, na primeira década do século XXI, é criado o Centro Universitário Metodista - IPA, que teve sua origem no também no Colégio Americano. O deslocamento dos cursos superiores do IMEC para a mantenedora IPA possibilitou que as faculdades se tornassem Centro Universitário.

---

<sup>7</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <<http://colegiometodista.g12.br/americano/sobre-o-colegio/historia>>. Acesso em: 12 set. 2016.

Em 2002, o Colégio Americano é integrado à Rede Metodista de Educação IPA, junto com o Colégio e Faculdade IPA e Colégio Metodista União de Uruguaiana. No ano de 2003, as Séries Iniciais e o Ensino Fundamental do antigo Colégio IPA foram integrados ao Americano. Em 2004, o IPA passa a abrigar apenas os cursos de graduação da rede e os estudantes do Ensino Médio do antigo colégio passam a estudar no Americano. O colégio atende no Bairro Rio Branco, rua Dr. Lauro de Oliveira, 71.



Figura 12: Colégio Americano em 1926

Fonte: Acervo fotográfico do Museu Bispo Isaac Aço (MMEBI) in Grimaldi (2014)

### Colégio Farroupilha

O interesse pela educação é demonstrado quando da oferta de bolsas de estudo em classes onde havia professores alemães no município, ainda em 1875. Iniciou-se como Colégio de Meninos da Associação Beneficente Alemã (*Knabenschule des Deutschen Hilfsverein*), em 1886, em salas alugadas da Comunidade Evangélica, na atual Rua Senhor dos Passos, destinando-se aos meninos da comunidade alemã. Em 1895 a escola passou a funcionar em sede própria na atual avenida Alberto Bins, denominada antes como Rua São Raphael, no centro da cidade. Ofertava o curso Ginásial e o Primário (ERMEL; JACQUES, 2013).

Em 1904 foi instalada a Escola de Meninas e foi considerada pioneira na Educação Infantil, pois estava oferecendo o primeiro Jardim de Infância do Rio Grande do Sul. As escolas de meninos e meninas foram fundidas em 1929.

Devido aos desdobramentos da 2ª Guerra Mundial, em 1944, o colégio sofreu mudanças, sendo proibido o ensino em língua alemã e tendo seu nome alterado para Colégio Farroupilha<sup>8</sup>.

Em 1962 a instituição foi transferida para um novo prédio, na Rua Carlos Huber, número 425, bairro Três Figueiras, onde continua até hoje. Isso se deu em função da interdição do governo municipal para o projeto de construção de um novo prédio para o colégio na área central da cidade e o crescente número de alunos, que já não recebia apenas filhos de alemães. A ideia inicial era que a construção fosse na avenida Osvaldo Aranha, mas em função das alterações propostas pela municipalidade e a quantidade de estudantes, o bairro mais afastado foi a opção. Nessa época, poucas eram as construções no bairro, sem ruas, e o terreno foi comprado para construir casas para alemães sem-teto. Depois é que veio a decisão de construir ali a instituição escolar. Desde a década de 1940 as famílias e estudantes utilizavam o terreno para passeios de final de semana, por se tratar também de um lugar afastado da cidade, mais calmo e tranquilo (ERMEL; JACQUES, 2013).



Figura 13: Velho Casarão – Primeira sede própria do Colégio Farroupilha na década de 1950

Fonte: Memorial do Colégio Farroupilha in Bastos; Jacques; Almeida (2015)

---

<sup>8</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <[http://colegiofarroupilha.com.br/quem\\_somos/see/2](http://colegiofarroupilha.com.br/quem_somos/see/2)>. Acesso em: 11 set. 2016.

Colégio Anchieta
------------------

Criado em 1890, o “Colégio dos Padres”, como era conhecido foi criado pelo padre jesuíta Francisco Trappe após autorização de Roma para comprar a casa da Família Fialho, na rua da Igreja (atual Duque de Caxias). No início, destinava-se somente a meninos entre 9 e 12 anos, desde que soubessem ler. Em 1897, teve o nome alterado para Colégio São José e, depois, em 1901, Ginásio Anchieta.

Em 1911 passou a oferecer um curso noturno, gratuito, para os jovens menos favorecidos. Diversos prédios foram construídos entre 1917 e 1929, em função da ampliação do número de alunos tanto em regime de internato quanto de externato e da oferta de melhores locais para esportes, reuniões e apresentações. Em 1942, o nome muda para Colégio Anchieta,<sup>9</sup> e possuía os dois ciclos do curso secundário e, em 1952, o internato é extinto.

Com a ampliação do número de estudantes, foi preciso mudar a sede da escola. Em 1954 foi escolhido o terreno situado na avenida Nilo Peçanha, número 1.521 onde a escola encontra-se instalada atualmente. As obras levaram treze anos para serem concluídas, de modo que a inauguração deu-se apenas em 1967.

Para atender à comunidade carente que residia próximo ao colégio, em 1968 foi criada a Escola Anexa Gratuita, que encerrou as atividades em 1984. No ano de 1963, a primeira professora começou a dar aulas no Curso Primário e, em 1972, as meninas começam a ser admitidas na instituição.

---

<sup>9</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <<http://www.colegioanchieta.g12.br/historia/>>. Acesso em: 11 set. 2016.



Figura 14: Colégio Anchieta em construção no Bairro Três Figueiras 1957

Fonte: Memória Anchieta, 2005 in Grimaldi (2014)

#### Elena di Montenegro

A Società Italiana di Beneficenza e Istruzione Principessa Elena di Montenegro foi fundada em 1893 sob o nome de Bella Aurora no bairro Bom Fim. Serviu como albergue, escola para os filhos de imigrantes e como centro cultural desde a sua criação. A partir de 1899, passou a funcionar como escola para italianos, seus descendentes e brasileiros que a demandassem, funcionando em modesta sala, mas em sede própria. Sua atividade escolar encerrou em maio de 1938 (RECH, 2015).

A escola funcionava juntamente com a sede, que estava localizada inicialmente em uma casa na Rua Coronel Carvalho, número 1, “D”. Posteriormente mudou para a rua João Telles, 317, onde permanece até hoje.

#### Umberto I

A Società di Beneficenza ed Istruzione Umberto I foi criada em 1900, mesmo ano que passou a oferecer atividades de ensino. Além de ensino, tinha como objetivos a

instrução e o mútuo socorro. Encerrou as mesmas em cinco de maio de 1938. Situava-se no 4º distrito da capital. A nova sede foi inaugurada em 17 de janeiro de 1904, e localizava-se na rua Visconde do Rio Branco, esquina com a avenida Eduardo.

Inicialmente o acesso era para filhos de imigrantes, e dessa forma mantinham vivo o idioma italiano. Quando de sua fundação, a maioria dos frequentadores eram filhos de sócios trabalhadores industriais dos bairros São João e Navegantes. Mais tarde, passou a aceitar crianças de famílias pobres.

Vê-se, na capital gaúcha no início do século XX, que a realidade era de poucos alunos nas escolas italianas e de muitos obstáculos.

O artigo *Il grave problema delle scuole italiane*, de 08/01/1903, do Jornal *Stella*, apontou algumas dificuldades, como: poucos alunos (nessa data, frequentavam somente 161 alunos nas escolas da capital, considerando-se em atividade somente a *Scuola Principessa Elena e Umberto I*), havia pouco apoio do governo italiano, mestres com formação deficiente, carência de material didático e falta de inspetores escolares idôneos e capazes (RECH, 2015, p. 100).



Figura 15: Sede da Sociedade Umberto I 1938

Fonte: Jornal Correio do Povo (26/05/1938, p. 26) in Rech (2015)

Escola Águia Branca
---------------------

A Sociedade Águia Branca de Porto Alegre surgiu da união de outras duas e perdurou até 1930. Uma delas era a Sociedade Zgoda, que criara uma escola em 1897. Malikoski (2014, p.105) aponta que: “as comunidades se formaram por meio de um sentido de religiosidade e de solidariedade, configurados pela ajuda mútua de sobrevivência nas colônias e formação dos assentamentos, [...]”.

Ainda segundo o mesmo autor, também existia a preocupação de que pessoas ditas ‘inteligentes’ fossem as líderes dos núcleos étnicos, também por que: “A fundação de sociedades, segundo os estatutos das mesmas, objetivava a organização de escolas” (MALIKOSKI, 2014, p. 106).

Quanto aos frequentadores das escolas, o autor expõe que: “Nas escolas étnicas polonesas, em alguns casos, não somente estudavam crianças pertencentes ao grupo étnico polonês, a escola também era utilizada por imigrantes de outras etnias.” (MALIKOSKI, 2014, p. 113).

No início do século XX, as sociedades e, conseqüentemente, as escolas étnicas polonesas eram mantidas somente por seus associados e frequentadores, o que resultava em diversos momentos de restrições financeiras. O valor arrecadado sequer cobria as despesas com os professores. Tal dificuldade foi atenuada na década de 1920, quando os governos municipais e estaduais passaram a colaborar com as instituições escolares através de professores subvencionados (MALIKOSKI, 2014).

O autor afirma a alteração nos objetivos e nomenclatura de algumas sociedades após o processo de nacionalização do ensino determinado pelo presidente Getúlio Vargas, e do Decreto Federal nº 383 de 1938. Esse decreto regulava as atividades das sociedades étnicas e a utilização de línguas não vernáculas. Assim:

As finalidades e ações não estavam exclusivamente voltadas para a promoção do ensino nas comunidades étnicas, mas para a organização e desenvolvimento de comunidades religiosas baseadas no catolicismo, congregando entidades e pessoas católicas (MALIKOSKI, 2014, p. 183).

Uma das características que levou as etnias a cuidarem do ensino primário de seus imigrantes diz respeito à utilização de sua língua vernácula, pois a administração pública, além de precária, no estado do Rio Grande do Sul, não tinha como atender a diversidade de etnias e suas línguas, pois os professores precisavam entender as línguas e dialetos para depois poderem ensinar (SCHNEIDER, 1993).

Desde as décadas de 1920 e 1930, em função das restrições de oferta na instrução pública “[...] tanto de imigrantes poloneses como de outros grupos, eles começavam a admitir a iniciativa privada nos assuntos escolares” (MALIKOSKI, 2014, p. 116).



Figura 16: Escola Águia Branca, Porto Alegre, 1926

Fonte: Acervo Sociedade Polônia - Porto Alegre, RS in Malikoski (2014)

As sociedades Águia Branca e Tadeusz Kosciusko se fundiram em 1930, formando a Sociedade Polônia, que até hoje promove a tradição polonesa. A escola cessou suas atividades quando da fusão das sociedades.

Quanto à localização das escolas Águia Branca e Tadeusz Kosciusko, por serem das respectivas sociedades e terem atuação muito próxima, foi informado que as mesmas funcionaram em prédios nas proximidades de onde atualmente está localizada a Sociedade Polônia de Porto Alegre, na avenida São Pedro, número 778, bairro São Geraldo.

### Escola Tadeusz Kosciusko

A Sociedade Tadeusz Kosciusko era uma sociedade polonesa existente em Porto Alegre e mantinha uma escola de mesmo nome, criada em 1900. As sociedades escolares geralmente eram desvinculadas de atividades religiosas. As sociedades Águia Branca e Tadeusz Kosciusko se fundiram em 1930, formando a Sociedade Polônia, que até hoje promove a cultura polonesa.

Como descrito em relação às sociedades polonesas, as mesmas tinham a prioridade educacional quando de sua criação e, posteriormente, sofreram adequações devido ao desenvolvimento das comunidades e também da legislação nacional.

### Colégio Sevigné

Foi fundado em 1900 por Emmeline Courteih, esposa do agente consular da França em Porto Alegre. Conduziu a instituição até 1906, quando adoeceu e as Irmãs de São José assumiram o educandário. O nome Sevigné refere-se à escritora francesa Marie de Rabutin-Chantal, conhecida como Marquesa de Sevigné. Apenas meninas eram aceitas na escola.

O Curso Complementar para formação de professores foi aberto em 1927 e, no ano seguinte, um decreto municipal transformou a escola em Ginásio Municipal Feminino Sevigné. Em 1930 passou a Ginásio Estadual.

A partir de 1931 passou a oferecer educação infantil, em turmas mistas, sendo a primeira instituição de Porto Alegre nessa modalidade. O Colégio Sevigné<sup>10</sup> passou a compor a Rede Educacional São José em 2008 e no seguinte a rede foi incorporada pelo Grupo Bom Jesus.

---

<sup>10</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Col%C3%A9gio\\_S%C3%A9vign%C3%A9](https://pt.wikipedia.org/wiki/Col%C3%A9gio_S%C3%A9vign%C3%A9)>. Acesso em: 11 set. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/402>>. Acesso em: 11 set. 2016.

Sempre esteve localizado na atual rua Duque de Caxias, número 1.475, centro da capital gaúcha.



Figura 17: Fachada do Colégio Seigné s/d

Fonte: Sítio eletrônico da instituição

## Colégio Concórdia

O Reverendo Wilhelm Mahler viajava pelo interior do Rio Grande do Sul e também à capital. Como perdeu o ‘vapor’ para Pelotas, hospedou-se em um hotel e soube por um garçom que diversas famílias luteranas moravam no bairro Navegantes e precisavam de atendimento educacional e religioso. Isto em 1901.

No ano de 1902, o reverendo e sua família chegam de mudança e em outubro iniciaram-se as aulas, com dez alunos, em uma fábrica desativada na rua Voluntários da Pátria, esquina com a avenida Brasil, pagando aluguel. Em dezembro, houve a fundação da Comunidade Evangélica Cristo.

Atualmente o Colégio Concórdia<sup>11</sup> está localizado na avenida Presidente F. Roosevelt, número 770, no bairro São Geraldo.

Colégio Marista Rosário
-------------------------

Criado em 1904 pelos Irmãos Maristas que inicialmente davam aulas em duas salas da Igreja Nossa Senhora do Rosário, localizada no centro de Porto Alegre. Em 1908 a escola passou para a rua Riachuelo e em 1913 foi para o prédio do antigo Seminário, localizado atrás da Catedral Metropolitana. Foi em 1927 que as edificações na avenida Independência foram inauguradas e ali funcionam até a atualidade. As instalações foram sendo ampliadas com o passar dos anos e 1948 marca a inauguração do prédio onde era ofertado o Curso Colegial do Rosário. Em 1967 a instituição denominava-se Colégio Marista Nossa Senhora do Rosário<sup>12</sup>.

O colégio atendia alunos em regime de internato, oriundos do interior gaúcho até os anos 1960 e até essa década os estudantes tinham uniformes ao estilo militar e depois os trajes tinham estilo mais esportista. As primeiras mulheres foram matriculadas no Ensino Médio em 1969. Em 1974, a escola possuía diversos cursos profissionalizantes e nos anos 1980 voltou-se para a formação integral de crianças e jovens, da pré-escola ao atual ensino médio.

---

<sup>11</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <[http://www.colegioconcordia.com.br/novo/index.php?option=com\\_content&view=article&id=106&Itemid=655](http://www.colegioconcordia.com.br/novo/index.php?option=com_content&view=article&id=106&Itemid=655)>. Acesso em: 10 set. 2016.

<sup>12</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <<http://colegiomarista.org.br/rosario/sobre/uma-historia-centenaria>>. Acesso em: 12 set. 2016.



Figura 18: Imagem antiga da fachada do Colégio Rosário, da Praça Dom Sebastião s/d

Fonte: Sítio eletrônico da instituição

### Colégio Bom Conselho

As Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã criaram o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho<sup>13</sup>. Elas saíam do centro de Porto Alegre, desde 1900, para ministrar aulas no bairro Moinhos de Vento. ‘A escolinha’, como era chamada, funcionava em casa alugada. Como a população aumentava, a Superiora Geral da congregação comprou um terreno para a construção do educandário, visando evitar que as irmãs e uma auxiliar se deslocassem de bonde, ‘até um bairro tão distante’, conforme cita o sítio eletrônico da escola. Assim, em 1905 o prédio na rua Ramiro Barcelos, número 996 foi inaugurado, recebendo três classes de ensino em alemão e duas em português; somente para meninas e em regime de internato. Até 1960, assim funcionou a instituição.

---

<sup>13</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <[http://www.bomconselho.com.br/submenu\\_single.php?idSubMenu=28&nmMenu=INSTITUCIONAL](http://www.bomconselho.com.br/submenu_single.php?idSubMenu=28&nmMenu=INSTITUCIONAL)>. Acesso em: 12 set. 2016.



Figura 19: Prédio do Colégio Bom Conselho s/d

Fonte: Sítio eletrônico da instituição

### Instituto São Francisco – Santa Família

As Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, em 1907, iniciaram as atividades com sessenta crianças das famílias operárias no bairro Navegantes. No ano de 1911 iniciou-se a construção do primeiro prédio da escola, que abriga o Instituto São Francisco – Santa Família<sup>14</sup> até hoje. A construção dos demais espaços iniciou em 1924.

---

<sup>14</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <[http://www.institutosaofrancisco.com.br/site/modelo\\_01.php?formulario\\_id=143&&escola\\_id=0](http://www.institutosaofrancisco.com.br/site/modelo_01.php?formulario_id=143&&escola_id=0)>. Acesso em: 12 set. 2016.



Figura 20: Prédio do Colégio São Francisco Santa Família s/d

Fonte: Sítio eletrônico da instituição

### Colégio La Salle - Dores

Os Irmãos Lassalistas chegaram ao Brasil em 1907, a convite da Arquidiocese de Porto Alegre, onde iniciaram seus trabalhos de educação e evangelização. Seguem a obra e o pensamento de São João Batista de La Salle, que fundou o Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs, na França.

Em 1908 criaram a primeira escola, o Nossa Senhora das Dores<sup>15</sup>. Localiza-se na rua Riachuelo, 800 no centro de Porto Alegre.

---

<sup>15</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <<http://lasalle.edu.br/sobre-a-instituicao/historia>>. Acesso em: 12 set. 2016.



Figura 21: Prédio da escola La Salle Dores s/d

Fonte: Sítio eletrônico da instituição

## Colégio Cruzeiro do Sul

Fundado em 1912, por um grupo de missionários norte-americanos da Igreja Episcopal Anglicana, no bairro Partenon, na rua Luiz de Camões, numa modesta casa. No final da década de 1920 e início da década de 1930, em área quase rural, com chácaras e sítios, foram construídos os prédios onde a escola funcionou até o ano de 2003 e que localizavam-se na rua Arnaldo Bohrer, bairro Teresópolis. Ofertava internato masculino, e grande parte de seus estudantes vinha do interior do Rio Grande do Sul. O Colégio Cruzeiro do Sul<sup>16</sup> oferecia atividades escolares durante a manhã e à tarde sempre foi aberto à comunidade. Findou as atividades em 2003, alegando graves problemas financeiros.

<sup>16</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <<http://anossaturma-cruzeiristas.blogspot.com.br/2009/07/aos-91-anos-o-triste-fim-do-colegio.html>>. Acesso em: 12 set. 2016.

As informações também foram obtidas no sítio da igreja anglicana.. Disponível em: <<http://sn.ieab.org.br/2003/08/19/palavra-da-direcao-do-colegio-cruzeiro-do-sul/>>. Acesso em: 12 set. 2016.



Figura 22: Prédio do Colégio Cruzeiro do Sul s/d

Fonte: Sítio eletrônico da instituição

### Colégio La Salle Santo Antônio

Em 1913, no bairro Partenon, foi fundada uma pequena escola, pelos Irmãos Lassalistas, a pedido dos Freis Capuchinhos. Em homenagem a eles e à Igreja Santo Antônio, esse foi o nome escolhido para a instituição. A casa de madeira que servia como sede ficava na esquina da antiga estrada Mato Grosso (hoje avenida Bento Gonçalves) com a rua Luiz de Camões. Iniciou com oito alunos e findou o ano com vinte e cinco. O Colégio Santo Antônio<sup>17</sup> permaneceu neste endereço por dezoito meses e depois mudou-se para o atual, próximo dali, na rua Luiz de Camões, 372, em 1915. Uma das informações aponta este endereço como o local do antigo Colégio Cruzeiro do Sul, porém não foi possível confirmar esse detalhe.

<sup>17</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <<http://lasalle.edu.br/santoantonio/sobre-o-colegio/historia-santoantonio>>. Acesso em: 12 set. 2016.



Figura 23: Primeiro prédio da escola La Salle Santo Antônio s/d

Fonte: Sítio eletrônico da instituição

### Pão dos Pobres

Em 1895 o Cônego José Marcelino de Souza Bitencourt criou a Fundação Pia do Pão dos Pobres de Santo Antônio, buscando amparar viúvas e filhos<sup>18</sup>, vítimas da Revolução Federalista. Em 1900 foi comprado o terreno que abrigaria os prédios da fundação, que são utilizados até hoje, na rua da República, número 801, no bairro Cidade Baixa. Em 1910, pela primeira vez, a fundação oferece educação formal para meninos com a Escola Dom Feliciano e para meninas com a Escola Dom Sebastião. Em 1916 os irmãos Lassalistas passam a atuar na instituição. Em 1928, foi juridicamente reconhecida como Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio.

Em 1930 o prédio do internato foi concluído e passou a ofertar 300 vagas para órfãos. Desde o início tinha como objetivo a formação de crianças, jovens e adolescentes órfãos e ofertava ensino profissionalizante.

---

<sup>18</sup> Essa instituição também funcionava como orfanato, mas por receber crianças que não eram órfãs, foi considerada para o levantamento a que se propôs esse estudo.

Em 2008 a rede La Salle incorporou a escola, tornando-se Escola de Ensino Fundamental La Salle Pão dos Pobres<sup>19</sup>. Neste ano também iniciou a transição gradativa visando o fechamento do internato e implantação do acolhimento institucional, via convênio público, concluído em 2012.



Figura 24: Prédio da escola Pão dos Pobres s/d

Fonte: Sítio eletrônico da instituição

### Colégio Bom Jesus São Luiz

As irmãs de São José assumiram a direção da Escola Paroquial do bairro Teresópolis em 1917. Esta escola foi criada pelo Monsenhor André Frank, junto da Paróquia Nossa Senhora da Saúde.

No ano de 1922 foi iniciada a construção de uma escola para meninos, ao lado da praça Guia Lopes, localizada nos arredores da igreja. Esta instituição foi inaugurada em 1923 e se chamava Colégio São Luiz. Encerrou suas atividades em 1926, por ordem do bispo Dom João Becker, em função de dificuldades financeiras e redução do alunado. Os que restaram foram conduzidos para a Escola Paroquial. No ano de 1933 a

<sup>19</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <<http://www.paodospobres.org.br/site/timeline/>>. Acesso em: 11 set. 2016.

Escola Paroquial ocupou o prédio da praça Guia Lopes e tornou-se então oficialmente Colégio São Luiz<sup>20</sup>.

No ano de 1955, mesmo com dificuldades financeiras, e também em função das reformas educacionais, as irmãs começaram a construção das instalações do Ginásio Misto São Luiz.

A inauguração foi em 1956, oferecendo a primeira e a segunda séries ginasiais. No ano de 1957 todos os cursos foram transferidos para o prédio localizado na avenida Teresópolis, número 2.805, onde oferta as atividades educacionais até hoje.



Figura 25: Prédio do Colégio Bom Jesus São Luiz s/d

Fonte: Sítio eletrônico da instituição

## Colégio Champagnat

Localiza-se, desde sua fundação, na avenida Bento Gonçalves, número 4.314, no bairro Partenon de Porto Alegre. Dessa forma, na atualidade, está dentro do *campus* da PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul).

<sup>20</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <<http://asguriasdosl.blogspot.com.br/p/sao-luiz-historico.html>>. Acesso em: 09 set. 2016.

A formação de Irmãos Maristas era o objetivo quando do início da instituição em 1920, pois ofertava as etapas intituladas: Juvenato, Postulado, Noviciado e Escolasticado.



Figura 26: Foto antiga do Instituto Champagnat s/d

Fonte: Sítio eletrônico da instituição

A autorização para início do Curso Ginásial foi deferida pelo Ministério da Educação em 1946. Assim, passou a chamar Colégio Champagnat<sup>21</sup>. Os Juvenistas (candidatos a irmãos maristas) e os jovens Irmãos Maristas frequentavam os cursos Científico e Clássico nessa época.

---

<sup>21</sup>As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <<http://colegiomarista.org.br/champagnat/sobre/historia>>. Acesso em: 09 set. 2016.



Figura 27: Foto do Instituto Champagnat s/d

Fonte: Sítio eletrônico da instituição

Em 1956 o colégio passou a aceitar alunos externos da cidade e em 1961 abriu as portas para toda a população estudantil.

#### Colégio Nossa Senhora da Glória

Em 1922 as Irmãs do Imaculado Coração de Maria lecionavam na Escola Coração de Maria, que funcionava na casa paroquial, sita à rua Cascata, número 24, no bairro Glória. No mesmo ano teve sua mudança para uma casa alugada, de frente onde se localiza atualmente o colégio, à avenida Prof. Oscar Pereira, número 3.052, no mesmo bairro. Neste endereço, em 1928 foi fundado com o nome de Colégio Santa Terezinha e mais tarde veio a se tornar Colégio Nossa Senhora da Glória, nome como é comumente conhecido.

O antigo Colégio Santa Terezinha se tornou Ginásio Nossa Senhora da Glória pela portaria do Ministério da Educação (MEC) número 626, de 20 de dezembro de 1945. A inauguração oficial foi em 1946. Em 1950 foi criado o Curso Normal visando à formação do professor primário. Em 1956 foi instaurado o Curso Colegial (clássico e científico). Dificuldades foram superadas quando da implantação da reforma do ensino

de 1º e 2º graus, no final da década de 1960. Com a adaptação, em 1972, a escola passou a chamar-se Colégio Nossa Senhora da Glória<sup>22</sup>.

No início do século XX, ainda quando os bairros eram chamados de “arraiais”, o Glória era tradicionalmente residencial, e cresceu muito estando na ligação com o bairro Belém Velho.



Figura 28: Prédio da escola Nossa Senhora da Glória s/d

Fonte: Sítio eletrônico da instituição

### Colégio Israelita Brasileiro

A Escola Israelita de nível primário teve sua mantenedora fundada em 1922 e funcionava em uma casa na rua Oswaldo Aranha. Em 1938, a sede passou a ser o Centro Israelita Porto-Alegrense, na rua Henrique Dias. Nas décadas de 1920 e 1930, mesmo com a perseguição a estrangeiros e judeus, a intenção era uma escola para todos, visando também aumentar o número de alunos. Depois da mudança para os prédios localizados na avenida Protásio Alves, aulas de dança e esporte passaram a ser ofertadas.

O curso ginasial iniciou-se ao final da década de 1940. O número de alunos cresceu e a escola foi ampliada, propiciando educação tanto para judeus, como para

<sup>22</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <<https://colegiogloria.com.br/about/>>. Acesso em: 09 set. 2016.

outros públicos. O Colégio Israelita Brasileiro<sup>23</sup> ainda continua instalado na avenida Protásio Alves, número 943 e oferta desde o ensino infantil até o ensino médio.

Instituto Porto Alegre - IPA
------------------------------

Visando ampliar a oferta educacional e das concepções confessionais, a expansão da rede metodista foi projetada, pretendendo também modernizar o ensino oferecido, em especial se comparado aos ensinamentos católicos predominantes no início do século XX. A princípio seriam destinados a filhos das famílias ligadas à Igreja Metodista e visando atingir a elite de dirigentes do país, para ampliar a crença protestante.

Foi inaugurado em 1923, num prédio alugado, na rua Marechal Floriano, esquina com a avenida Salgado Filho, no centro da cidade. Chamava-se Porto Alegre College, em função das influências norte americanas de seus fundadores. Um dos objetivos era que se tornasse instituição de ensino superior. Professores e alunos residiam na escola, em prédios separados. Em outra casa, vivia o reitor e sua família.

Em 1924, já em prédio próprio, os meninos, seja em regime de internato ou externato, recebiam o ensino primário, ginásio e bíblico. A construção, localizada no antigo Morro Milenar, hoje bairro Rio Branco, seguia características norte-americanas, no sentido de que ambientes universitários atuavam de forma quase independente da cidade onde se instalavam e distantes das mesmas. O endereço era a rua Cel. Joaquim Pedro Salgado, número 80.

O curso bíblico formava pastores para a Igreja Metodista. Entre 1935 e 1942, outros prédios foram construídos em função do crescimento da instituição. Também em função do nacionalismo, em 1937, o reitor brasileiro Oscar Machado concretizou a transferência para o nome Instituto Porto Alegre.

---

<sup>23</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <[http://www.colegioisraelita.com.br/index.php?option=com\\_k2&view=item&layout=item&id=29&Itemid=53](http://www.colegioisraelita.com.br/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=29&Itemid=53)>. Acesso em: 11 set. 2016.

Na década de 1970, tanto o IPA<sup>24</sup> quanto o Colégio Americano ofertavam cursos superiores na área da saúde, o que levou à criação do Centro Universitário Metodista – IPA, credenciado em 2004. Em 2003, as séries iniciais e o Ensino Fundamental do antigo Colégio IPA são repassados ao Colégio Americano. No ano de 2004, o IPA tem somente os cursos de graduação da rede metodista e os estudantes do Ensino Médio passaram a estudar no Americano também.



Figura 29: Prédio do Instituto Porto Alegre - IPA s/d

Fonte: Sítio eletrônico da instituição

#### Pia Instituição Pedro Chaves Barcellos

Em 1924 foi fundada a Pia Instituição Pedro Chaves Barcellos, pelas Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. Elas coordenaram a entidade até 2004, onde receberam crianças e jovens órfãos e carentes, em regime de internato e depois externato, oferecendo ensino fundamental. Estava localizada em um quarteirão no encontro dos bairros Rio Branco e Petrópolis, vizinha dos colégios IPA e Americano.

<sup>24</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <[http://www.metodistasul.edu.br/institucional/redeipa/historico\\_ipa.php](http://www.metodistasul.edu.br/institucional/redeipa/historico_ipa.php)>. Acesso em: 11 set. 2016.

Pedro Chaves Barcellos pertencia a uma grande família, com mais doze irmãos, sendo Antônio Chaves Barcellos o pai, que era tradicional importador e comerciante de tecidos no Rio Grande do Sul desde a década de 1860, seja em sociedade como posteriormente somente com a família. Na década de 1915, Pedro foi desafiado a montar uma indústria de tecidos em parceria com um italiano chamado Hércules Galló. Foi à Europa encomendar o maquinário, e como não tinha experiência com indústria, fez a promessa de que se o negócio desse certo faria a doação dos lucros para uma instituição beneficente, pois não tinha filhos. Assim, a viúva e os irmãos construíram um asilo para órfãos na Igreja da Piedade. A inauguração foi em 1923 e podia receber cerca de uma centena de meninas.

O decreto número 69.098, de dezoito de agosto de 1971, da Secretaria de Educação declarou de utilidade pública a Pia Instituição Pedro Chaves Barcellos<sup>25</sup> – Escola Franciscana de Ensino Fundamental e também solicitou ao Conselho a cessação da oferta do mesmo nível de ensino. O educandário localizava-se na rua Cabral, número 571.

Colégio Batista
-----------------

O casal de norte-americanos Harley e Alice Bagby Smith fundaram a escola em 1926, visando contribuir na área educacional e cristã. Na avenida Cristóvão Colombo, número 900 estava a primeira sede. Nesse local também foi aberto um internato para meninas, que abrigava as professoras, meninas do interior do estado e as que trabalhavam para custear os estudos. Mais tarde o internato passou para a rua General Neto, número 55. No final da década de 1920, retornou para a avenida Cristóvão Colombo, número 1.410, em três edifícios alugados para comportar a demanda.

Os custos para manter internato e externato preocupavam a direção e foi negociado um terreno. No ano de 1930 passou para o número 1.098, da mesma avenida, onde continua até a atualidade. Ali abrigava o externato, o internato e seus

---

<sup>25</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <[https://books.google.cl/books?id=-HH3Hkfo8o8C&pg=PA241&hl=pt-BR&source=gbs\\_selected\\_pages&cad=2#v=onepage&q=pia%20institui%C3%A7%C3%A3o&f=false](https://books.google.cl/books?id=-HH3Hkfo8o8C&pg=PA241&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=2#v=onepage&q=pia%20institui%C3%A7%C3%A3o&f=false)>. Acesso em: 11 set. 2016.

administradores de ambos, ofertando desde o Jardim de Infância (atual Educação Infantil) até o Ginásio (atual Ensino Fundamental II). Mais tarde ofereceu também o curso Comercial.

Durante a Ditadura Militar, a instituição antes chamada Collegio Baptista Americano Brasileiro passa a se chamar Instituto Batista, depois Ginásio Batista Americano e então Colégio Batista<sup>26</sup>. Em 1967 oferecia os cursos científico, normal e clássico. Em 1984 implanta o primeiro curso supletivo de 2º grau regularizado no estado do Rio Grande do Sul, o que ocupa todas as salas da escola no turno noturno.



Figura 30: Fachada do Colégio Batista nos anos 1950

Fonte: Sítio eletrônico da instituição

---

<sup>26</sup>As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <[https://issuu.com/colégiobatistapoa/docs/af\\_livro\\_90\\_anos](https://issuu.com/colégiobatistapoa/docs/af_livro_90_anos)>. Acesso em: 11 set. 2016.

Colégio Marista São Pedro
---------------------------

O Colégio Marista São Pedro<sup>27</sup> foi fundado em 1927. Integra a Rede Marista e está instalado no bairro Floresta, na rua Álvaro Chaves, número 625.

Colégio La Salle São João
---------------------------

O Colégio La Salle São João<sup>28</sup> iniciou as atividades em 1928, como escola paroquial. No ano de 1951 o Ginásio foi assumido integralmente pelos irmãos Lassalistas. Localiza-se na rua Honório Silveira Dias, número 645, bairro São João.

Colégio Pastor Dohms
----------------------

Em 1931, pela iniciativa de moradores do bairro Higienópolis, com a colaboração da Comunidade Evangélica de Porto Alegre e do Consulado Alemão, o Centro de Ensino Pastor Dohms foi criado. Denominado: *Deutsche Evangelische Gemeindeschule*, iniciou com uma turma de nove alunos. Os primeiros prédios foram na rua D. Pedro II, número 111.

Mudou de nome em 1934, passando a se chamar *Martin Luther Schule*, atendendo em salas embaixo da igreja, na mesma rua, D. Pedro II. Passou a se chamar Ginásio Evangélico Pastor Dohms em 1959, quando iniciou a oferta do curso ginásial. Em 1975, oferece o 2º grau, e, em função da legislação, altera o nome para Escola de 1º e 2º Graus Pastor Dohms. Em 1991, em paralelo ao currículo convencional, passa a ofertar o currículo bilíngue (português e alemão), atendendo a um grupo de famílias que

---

<sup>27</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <<http://colegiomarista.org.br/saopedro/sobre>>. Acesso em: 12 set. 2016.

<sup>28</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <<http://lasalle.edu.br/saojoao/sobre-o-colegio/quem-somos>>. Acesso em: 12 set. 2016.

buscava valorização da língua e da cultura. Novamente em função da lei, em 1999 altera a nomenclatura para Colégio Pastor Dohms<sup>29</sup>.



Foto de 1939

Figura 31: Estudantes do Colégio Pastor Dohms 1939

Fonte: Sítio eletrônico da instituição

### Escola São Francisco – Menino Deus

Em 1931 iniciaram as atividades como uma pequena Escola Paroquial, junto da igreja do bairro, onde se localiza até a atualidade, na praça Menino Deus, número 77. No ano de 1943, as irmãs Franciscanas Bernardinas passaram a conduzir a instituição. Em 2015 a Rede de Escolas São Francisco<sup>30</sup> assume a escola.

<sup>29</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <<http://www.dohms.org.br/SDE/Quem%20Somos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

<sup>30</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <[http://www.institutosaofrancisco.com.br/site/modelo\\_01.php?formulario\\_id=143&&escola\\_id=0](http://www.institutosaofrancisco.com.br/site/modelo_01.php?formulario_id=143&&escola_id=0)>. Acesso em: 12 set. 2016.

Dante Alighieri
-----------------

Outra sociedade italiana fundada em Porto Alegre foi a Società Dante Alighieri, no ano de 1914. A nova sede da Dante Alighieri, construída em 1929, localizava-se à rua Misericórdia, número 8, esquina com a rua General Vitorino. A escola da mesma foi fundada em 1933 e encerrou suas atividades cinco anos depois (RECH, 2015).

Outras sociedades ofereceram escolas, mas em períodos mais reduzidos, também em função de dificuldades como, por exemplo, a escassez de professores. Isso levava a um surgimento e desaparecimento de escolas.

Colégio Rainha do Brasil
--------------------------

A instituição é mantida pelas Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora Aparecida. Iniciou em 1935 quando as irmãs assumiram a Pia Fundação de Nossa Senhora Aparecida, que foi fundada por Heloisa e Paulino Chaves Barcellos. Objetivava atender meninas em regime de internato. Com o tempo, a comunidade solicitou às irmãs o atendimento ginásial feminino. O registro na Secretaria de Educação e Cultura foi em 1938 com a denominação de Escola Particular de Pia Fundação Nossa Senhora Aparecida.

Em 1954, a coletividade foi atendida na solicitação da abertura de turmas mistas. No ano de 1956, nas dependências da Pia Fundação, iniciaram as atividades do Ginásio Rainha do Brasil. Sessenta e quatro alunas entraram no primeiro ano da escola e, no ano seguinte, um pavilhão próprio foi inaugurado, com nove salas de aula, que logo estiveram lotadas. Na Pia Fundação continuava o ensino primário.

Em 1962 foram inaugurados os prédios que receberam em definitivo as alunas do curso ginásial. O segundo ciclo, clássico científico, iniciou em 1970. Este funcionou por dois anos, até a direção e conselho diretivo optarem por eliminá-lo e fortalecer a infraestrutura e o ensino de 1º grau. A fusão da Pia Fundação e do colégio ocorreu em

1976 e a nomenclatura passa para Escola de 1º Grau Rainha do Brasil. O Colégio Rainha do Brasil<sup>31</sup> está localizado na rua Paulino Chaves, número 262, no bairro Santo Antônio.



Figura 32: Prédio da escola Rainha do Brasil s/d

Fonte: Sítio eletrônico da instituição

### Colégio São Judas Tadeu

Foi fundado em 1946, por uma imigrante húngara. Iniciou com doze alunos, no bairro denominado à época de Passo da Mangueira. Em 1969 tornou-se sociedade civil, educacional, filantrópica, sem fins lucrativos para atender os diversos níveis de ensino.

O Colégio São Judas Tadeu<sup>32</sup> atualmente localiza-se na Rua Dom Diogo de Souza, número 100, no bairro Cristo Redentor.

---

<sup>31</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <<http://rainhadobrasil.g12.br/historico>>. Acesso em: 12 set. 2016.

<sup>32</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <<http://www.saojudastadeu.com.br/Sobre/Institucional/Historia.aspx?cdId=88>>. Acesso em: 13 set. 2016.

## Colégio Santa Inês

No ano de 1946, iniciaram as atividades da então chamada Escola São Sebastião, em função da Paróquia São Sebastião, do bairro Petrópolis. A escola tinha setenta e três alunos e era dirigida pela IENS (Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora). Neste ano também foi adquirido o terreno onde atualmente está localizado o Colégio Santa Inês, na avenida Protásio Alves, número 2.493. À época foi inaugurado como Instituto Santa Inês, ofertando já o jardim de infância.

O Ginásio Santa Inês foi inaugurado em 1954, apenas para meninas. O número de alunas aumentava e elas também desejavam dar continuidade aos estudos após o Ginásio. Assim, terrenos vizinhos eram adquiridos e em 1961 o curso científico foi fundado. No ano de 1971 o curso supletivo vespertino passa a ser ofertado no Colégio Santa Inês<sup>33</sup>.



Figura 33: Prédio do Colégio Santa Inês s/d

Fonte: Sítio eletrônico da instituição

<sup>33</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <<http://www.santainesrs.com.br/index.php/o-colegio/timeline>>. Acesso em: 12 set. 2016.

## Escola Nossa Senhora do Brasil

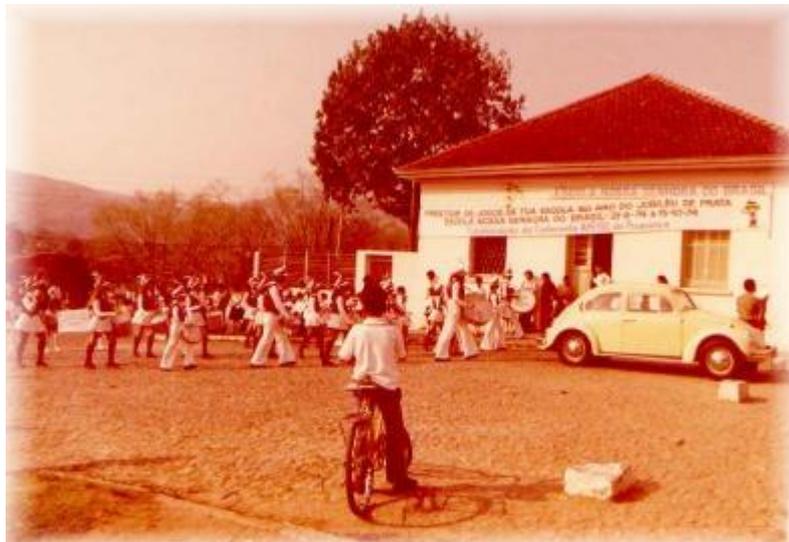


Figura 34: Vista da Escola Nossa Senhora do Brasil s/d

Fonte: Sítio eletrônico da instituição

Em 1949 foi fundada a Escola Paroquial Nossa Senhora do Brasil<sup>34</sup>. No primeiro ano foi dirigida por um frei e depois foi assumida por Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora Aparecida. Está localizada na rua Alarico Valença, número 160, no bairro Partenon.

## Colégio Assunção

A primeira comunidade de irmãos Maristas no bairro Glória foi criada em 1951 e com ela a Escola Marista Assunção<sup>35</sup>. Eram apoiados pela Paróquia Nossa Senhora da Glória e abrigavam cento e oitenta estudantes nos cursos primário e Admissão. Recebia apenas meninos nessa época. O colégio localiza-se na rua Dom Bosco, número 103.

<sup>34</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <<http://escolansbrasil.web753.kinghost.net/historia>>. Acesso em: 12 set. 2016.

<sup>35</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <<http://colegiomarista.org.br/assuncao/sobre>>. Acesso em: 10 set. 2016.



Figura 35: Construção do Colégio Assunção s/d

Fonte: Sítio eletrônico da instituição



Figura 36: Uma das primeiras turmas, somente masculina do Colégio Assunção s/d

Fonte: Sítio eletrônico da instituição

### Colégio Dom Bosco

A Casa do Pequeno Operário, como assim era chamado primeiramente o colégio Dom Bosco, foi fundada em 1943, pelo P. José Mássimi. Faz parte da Congregação Salesiana. A criação da escola aconteceu numa década (1940) onde o país

era ainda predominantemente rural e iniciava os passos da industrialização. Dessa forma as cidades tendiam ao aumento populacional e a parcela infanto-juvenil precisava de acolhimento evangelizador e educacional. As autoridades civis e eclesiásticas solicitaram auxílio, também para os salesianos.

Padre Mássini conseguiu um terreno na rua Eduardo Chartier, atualmente considerado número 360, bairro Higienópolis, com o prefeito Loureiro da Silva. As obras do Colégio Dom Bosco<sup>36</sup> começaram e a inauguração ocorreu em março de 1952. Cursos profissionalizantes também eram oferecidos aos 125 alunos, mesmo a obra não estando completa.

Colégio Santa Dorotéia
------------------------

O estabelecimento foi criado em 1957 pelas Irmãs de Santa Dorotéia do Brasil, que fundaram Comunidades Educativas. Por convite dos padres da Sagrada Família, as irmãs criaram a escola que teve por nome Externato Santa Dorotéia<sup>37</sup> e localização no bairro Cristo Redentor. O primeiro endereço foi a avenida Assis Brasil, número 3.172, ao lado da igreja Cristo Redentor, em uma casa cedida pela família Marconatto e ofertava o curso primário.

---

<sup>36</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <<http://www.colegiodombosco.net/novo/institucional-detalhes.php?id=8>>. Acesso em: 10 set. 2016.

<sup>37</sup> As informações desta escola também foram obtidas no sítio da instituição. Disponível em: <<http://www.santadoroteia-rs.com.br/colégio/historico/>>. Acesso em: 10 set. 2016.



Figura 37: Turma de estudantes da escola Santa Dorotéia s/d

Fonte: Sítio eletrônico da instituição

Em 1958, a instituição mudou para a rua Alberto Silva, número 440, no mesmo bairro. A moradia das irmãs era em prédio próprio e as salas de aula estavam em um pavilhão cedido pela Prefeitura de Porto Alegre. No ano de 1965 foi aprovado o funcionamento do curso ginásial e a demanda continuava crescendo e outros espaços foram sendo construídos. Atualmente encontra-se instalada na rua Mali, número 405, no bairro Cristo Redentor, zona Norte de Porto Alegre.

#### 4.1 ELEMENTOS DE SÍNTESE

O estudo das instituições escolares revela uma quantidade muito grande de informações, sejam históricas, pedagógicas, sociais, desde sua fundação, gerando algumas características próprias, que somente o tempo tende a promover alterações. Algumas das razões disso são expostas por Flávia Werle:

As instituições são lugares de ação social e como tal, marcadas pelo tempo, espaços e pessoas. Em geral, na origem das instituições há uma pessoa principal que lhes dá uma paternidade/maternidade à qual está vinculada a um saber fundador. Além de uma personalidade marcante, fundadora, as instituições como formas sociais, são dotadas de organização jurídica e material. Elas são o espaço real, tanto objetivo como subjetivo, no qual vivenciamos relações, valores, normas, poder, experiências de lideranças, rivalidades, conflitos e competição. Seu estudo envolve a análise de suas origens, gênese, estabilidade, rupturas e processos de formação (2001, p.117).

Após o levantamento das instituições, buscando saber as existentes entre 1927 e 1957, foi possível notar algumas características que também receberam influência da sociedade onde estavam inseridas e, sem dúvida, da situação econômica da cidade de Porto Alegre e também do estado do Rio Grande do Sul. As iniciativas públicas em alguns momentos visavam impactar também as escolas particulares, como por exemplo, no período em que alguns professores são subvencionados e no momento em que algumas escolas são municipalizadas ou estadualizadas (GIL; POPIOLEK, 2016).

Com as informações obtidas, pode-se perceber que algumas escolas foram concebidas para públicos específicos. Um dos exemplos diz respeito às congregações religiosas, onde algumas, em geral de freiras, educavam meninas e as voltadas para o público masculino vinham de congregações ou seminário de formação para padres. Um dos exemplos é o colégio Champagnat. Seguindo esse raciocínio, as associações de imigrantes preocupavam-se com a educação das crianças e, em função da língua vernácula, acabavam atendendo por este aspecto, mas não necessariamente restringiam o acesso de estudantes de outras etnias.

Nas instituições em regime de internato, percebe-se o recebimento de alunos oriundos do interior do estado, o que leva a crer que Porto Alegre acaba atendendo uma elite que vem do interior para estudar na capital. Em função deste aspecto, algumas destas instituições não necessariamente atendem apenas à população porto-alegrense. Outra característica que pode ser reforçada pela observação do mapa de 1928 (apresentado a seguir), onde percebe-se uma concentração de escolas em determinados locais da cidade, demonstra também a possibilidade de que alunos da capital ficassem internos nessas instituições, pois as mesmas estavam distantes de suas moradias. Em relação ao regime de externatos, o colégio Cruzeiro do Sul é um dos exemplos, pois também tinha essa possibilidade. Já o colégio Champagnat passou a aceitar alunos da comunidade apenas em 1956. O Colégio Israelita Brasileiro, desde as décadas de 1920-1930, tinha a intenção de ser uma escola para todos, mesmo com a perseguição a estrangeiros e judeus. Observando essas características, pode-se dizer que a escolarização de Porto Alegre não diz respeito somente a esse município, mas atende também às necessidades de outras cidades do estado.

Além disso, outro apontamento diz respeito à separação por gênero. Exemplos são o Colégio Americano, que inicialmente recebia apenas meninas, e o Colégio Anchieta, que recebia somente meninos. Outra situação recorrente encontrada em

relatos remete à tradição do colégio Rosário, administrado pelos Irmãos Maristas, receber meninos e o colégio Sevigné, gerido pelas Irmãs de São José, receber meninas e, por serem relativamente próximos e possuírem praças em suas proximidades, serviam como referência para os jovens da época socializarem.

Mais um aspecto a ser considerado nas instituições particulares de Porto Alegre nas décadas de 1920 a 1950 diz respeito à fundação de instituições escolares por moradores da cidade. A Pia Instituição Pedro Chaves Barcelos surgiu de uma promessa que um industrial fez quando realizou um grande investimento. O industrial Pedro faleceu e a viúva e os irmãos construíram a instituição e, em seguida, transferiram-na para as Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. Já o casal de norte americanos, Harley e Alice Bagby fundou a Escola Batista em 1926 visando contribuir com a área educacional e cristã, auxiliando na moradia das professoras e estudantes que trabalhavam para custear seus estudos. Uma imigrante húngara também fundou o colégio São Judas Tadeu. Um exemplo de cooperação para a criação de escola é o Colégio Pastor Dohms, que envolveu os moradores de um bairro, a comunidade evangélica e o consulado alemão da cidade de Porto Alegre.

Em relação às escolas étnicas, em especial as italianas, o seu fechamento em 1938, tem como motivo a política de nacionalização:

A extinção das escolas estrangeiras ocorreu em 1938, através do Decreto Federal nº 406 de 04, de maio conhecido como “Lei da Nacionalização”, que tinha no seu corpo legal a exigência de que: “todo o ensino fosse em língua portuguesa, que todos os professores e diretores fossem brasileiros natos, que nenhum livro de texto, revista ou jornal circulasse em língua estrangeira nos distritos rurais e que o currículo escolar deveria ter instrução adequada em História e Geografia do Brasil. Proibia o ensino de língua estrangeira a menores de 14 anos e ordenava que se desse lugar de destaque à bandeira nacional em dias festivos, rendendo-se homenagem à mesma.” (KREUTZ, 1991, p. 154).

No que tange a alguns processos de municipalização e estadualização, podemos citar como exemplo as alterações ocorridas com o Colégio Sevigné, registradas por Pimentel:

[...] no dia 19 de julho de 1928, o ensino ginásial do Colégio Sevigné foi oficialmente reconhecido. O governo do Rio Grande do Sul, houve por bem, em reconhecimento aos muitos serviços prestados pelas Irmãs de São José no Rio Grande do Sul, ao reorganizar o Ginásio Estadual, instituído por decreto nº 4.087, de onze de julho de 1928, integrar nele o Colégio Sevigné (1945, p. 65-66).

O mesmo autor cita também a municipalização do Ginásio Anchieta em 1926, como um ‘desejo expresso’ de Borges de Medeiros, governador do estado. Pela falta de um ginásio próprio para o Rio Grande do Sul, o presidente Getúlio Vargas juntamente com o intendente Alberto Bins, estadualizou o Anchieta juntamente com o Ginásio Bom Conselho em 30 de julho de 1928. A consequência dessa deliberação, já em trinta de novembro do mesmo ano, foi a equiparação com o Colégio Pedro II, ‘graças aos bons ofícios’ junto ao Ministério do Interior, do então senador General Flores da Cunha. Pimentel (1945), ainda afirma ter havido em 1929, uma reorganização dos principais educandários de Porto Alegre, e a equiparação do Anchieta e do Bom Conselho foi desdobrada, resultando no Ginásio do Estado do Rio Grande do Sul; um complexo em que ficaram incluídos os Ginásios Bom Conselho e Sevigné como departamentos do internato e externato femininos, e o Rosário e o Anchieta passaram a constituir os departamentos masculinos de internado e externato, respectivamente.

Notando as mudanças que ocorreram nas instituições com o passar do tempo, pode-se perceber também acerca da importância dos estudos dos primórdios das escolas, bem como de suas transformações e impactos para a sociedade que se envolve com as mesmas.

A dimensão tempo está conectada com espaço e lugar de vida institucional, grupal e individual. Percebemos a dimensão de tempo quando identificamos movimento, articulação, processos, mudanças nas instituições. É por considerar esta dimensão temporal da instituição, que se faz necessário identificar as características do “projeto primitivo”, caracterizar seus fundadores, questionar as origens da instituição e de seus enquadramentos mais amplos - escola, vila, cidade - localizar informações, tais como propostas e objetivos iniciais, desenvolvimento e dificuldades, bem como quais as histórias e mitos relacionados aos fundadores. O tempo, portanto, imprime marcas nas pessoas e em suas relações, nos prédios, na base material e de gestão e nas representações das instituições. Jornais, documentos, imagens, guardados, fontes complementares para a história das instituições educativas, registram fragmentos da vida institucional, datados no tempo. Sua preservação implica numa forma e em possibilidades de tomada de consciência da história institucional (WERLE, 2004, p. 113).

Através do levantamento da criação das instituições escolares particulares fundadas em Porto Alegre, algumas características foram identificadas. A grande maioria das escolas têm vínculos confessionais e étnicos: católicos, israelitas, judeus, luteranos, metodistas, anglicanos, alemães, poloneses, italianos e outros. Alguns com colaboração de instituições internacionais. Também em função disso, essas instituições

existiram para colocar em funcionamento os projetos educacionais de determinado grupo, atendendo aos objetivos apontados pelo mesmo. Não necessariamente as entidades visavam à comercialização do ensino, mas antes à possibilidade de oferta de educação para a população, que, notou-se, abrangia não só os moradores da cidade, mas também a população do estado do Rio Grande do Sul. As legislações do período estudado também impactaram de alguma forma as instituições, como, por exemplo, a Escola Batista, que inclusive na nomenclatura teve a exposição das adaptações realizadas ao longo do tempo.

Sobre as escolas: Collegio Parochial Nossa Senhora Auxiliadora e Collegio São José (Parthenon), citadas no trabalho como receptoras de auxílio financeiro municipal, não foram encontradas informações suficientes para que as mesmas pudessem fazer parte do conjunto de instituições analisadas.

Com os apontamentos elencados até então, nota-se que a escolarização mudou com o passar do século. A lógica que conhecemos atualmente somente se estabelece em 1988, quando da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, onde o artigo 6º aponta a educação como um direito social de todos. A evolução do ensino percebe-se em função das características dos anos iniciais do século, que remetem ainda ao período imperial, tais como a obrigatoriedade promulgada pelo Ato nº 219, que mesmo prescrita legalmente, não foi cumprida. Já a partir da República, as características positivistas<sup>38</sup>, a intenção da governança é de uma ampliação nos processos educativos, o que vai se solidificando através de políticas locais. Com a implantação das legislações, as escolas e os governos passam a adaptar-se tanto a estas quanto às transformações da sociedade onde estão respectivamente inseridos. Ressaltando esse aspecto, a escolarização articula-se também à urbanização, na medida em que atende à sociedade, seja em suas características econômicas, sociológicas ou culturais.

#### 4.2 AS ESCOLAS E SUA LOCALIZAÇÃO NOS MAPAS DE 1928 E 1952

Considerando que urbanização e escolarização são processos que tendem a existir concomitantemente, pode-se perceber nessa caminhada que, além das condições

---

<sup>38</sup> Sobre o tema, consultar: TAMBARA, Elomar. Positivismo e Educação: a educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo. Pelotas: Ed. Universitária / UFPel, 1995.

impostas pelo tempo e pelos fatores econômicos, sociais e culturais, que, junto com ele, provocam a criação de novos hábitos, e conseqüentemente de rotinas, que a evolução seja o objetivo mais almejado. Porém não necessariamente isso acontece, justamente também pela gama de fatores elencados nesse estudo.

Utilizando-se de algumas das proposições desta dissertação, que visou investigar a fundação das escolas e os locais onde foram instaladas, e buscando perceber a articulação entre as instituições escolares e o espaço urbano, a opção por apontar no mapa a localização dos educandários tornou-se um mecanismo muito importante para este entendimento. Esse instrumento também colaborou para a percepção do desenvolvimento educacional da capital, no que tange às escolas particulares do período proposto e abrangência da atuação das mesmas. Dias também traz alguns apontamentos na relação entre escola e cidade:

Contra a pretensão homogeneizadora da escola, a cidade se lhe apresenta continuamente como uma experiência do heterogêneo e do múltiplo. É assim, também, que a cidade se impõe à escola: como uma pluralidade de sujeitos, de culturas, de instituições, de estímulos, de sensibilidades..., ou seja, como experiência de aprendizagem muito diversificada e descontrolada para os padrões escolares, exigindo sempre e sempre a atualização dos mecanismos, das estratégias, de inclusão e exclusão, controle, os quais, por outro lado, dando lugar mais e mais a astúcias, a práticas, a táticas de subversão, apropriação e novos empregos das experiências, culturas e saberes compartilhados (FARIA FILHO, 2005 *apud* DIAS, 2014, p.36).

Para atingir o objetivo de mapeamento para comparação da relação da escola com o espaço da cidade, optou-se por demonstrar a localização aproximada das mesmas em mapas que representassem a cidade de Porto Alegre integralmente. Não foram seguidos critérios técnicos específicos, pois em função da análise objetivada, a localização simples seria suficiente. Uma das possibilidades retoma o fato de que pesquisadores da área da cartografia podem ocupar-se disso de forma mais aprofundada.

Trata-se aqui por instrumento a possibilidade de análise da disseminação da educação escolar através da localização dos educandários nos mapas. Para a “[...] cartografia, os mapas têm características específicas que os classificam, e representam elementos selecionados de um determinado espaço geográfico, de forma reduzida, utilizando simbologia e projeção cartográfica.” (ARCHELA E THÉRY, 2008, p.2). Os mesmos autores também apontam os mapas como canais de propagação de informações

e conhecimento, podendo ser desde o mais vasto e diverso, como o mais estreito e pontual, e cada um possui sua autoria, tema, critérios e abrangência.

Sobre a evolução na construção de mapas, Fialho relembra:

Os mapas, ao longo do tempo foram objetos de normatização. No Brasil, o colonizador, o Império, e a República criaram leis para a feitura dos mapas. Essas legislações e as estruturas ligadas à cartografia criadas no Brasil tinham relações com o que acontecia no resto do mundo, primeiramente em relação a Portugal, e depois foi se abrindo para outras conexões, conexões essas que traziam novidades em termos cartográficos (FIALHO, 2010, p.94).

Com os movimentos de urbanização e modernização, a cidade passa por alterações bem como os mapas que tendem a registrar seus diferentes momentos. Fialho afirma:

Ao longo do tempo, as cidades crescem e se transformam. Os mapas urbanos de uma determinada cidade têm o poder de mostrar e projetar essas mudanças, que não são, portanto, somente um desenvolvimento “natural” da cidade. O planejamento e a administração da cidade influenciam na sua forma e na sua distribuição espacial. Conforme a cidade vai crescendo, seus limites urbanos vão sendo ampliados e os mapas podem ou não mostrar essas mudanças dos limites. Nas questões administrativas, as cidades ganham subdivisões - arraiais, bairros, setores. O poder público gerencia essas questões e elas podem vir a ganhar uma representação espacial quase ao mesmo tempo em que o poder público legisla sobre elas (2010, p.96).

Inicialmente, buscavam-se mapas com a nomenclatura das ruas e que se aproximassem dos anos inicial e final propostos pela pesquisa. Devido à dificuldade de encontrá-los, optou-se pela definição de mapas a serem utilizados em função da disponibilidade daqueles relativos às décadas de 1920 e 1950. Também se procurou por imagens com melhor possibilidade de identificação dos endereços das instituições escolares. Por estes motivos, os mapas apresentados são os de 1928 e 1952.

Em relação ao mapa de 1928, são apresentadas vinte e seis instituições, conforme os critérios estabelecidos e já especificados. Considerou-se para localização o endereço relativo ao ano de criação das instituições e as que se mantiveram até o ano do referido mapa. No caso do mapa de 1952, foram adicionadas as escolas criadas após 1928 até 1957. No segundo mapa são trinta e seis instituições.

Os mapas são apresentados a seguir, em ordem cronológica de criação das instituições, e a identificação dos endereços das escolas nos mesmos, bem como a possível alteração que sofreram pode ser observada através da comparação entre os dois mapas. Após a construção de ambos, pode-se constatar que as escolas estavam concentradas na região central da cidade. Algumas, como explicado em capítulo específico, vislumbraram um crescimento considerável e, por isso, optaram pela construção de novos prédios em outros locais. O crescimento populacional e a mobilidade urbana contribuíram para tal decisão na época e, como exemplo disso, podemos citar o Colégio Americano. Para facilitar a visualização, a identificação desta escola aparece como “2” no mapa de 1928 e como “2A” no mapa de 1952. O outro exemplo de modificação de local refere-se ao Colégio Cruzeiro do Sul, apontado como item “15” em um mapa e como “15C” no outro. Ambas as escolas mudaram de endereço no período compreendido entre o mapa de 1928 e o de 1952. Sabe-se da alteração de endereço de outras escolas, em outros períodos.

Mesmo com variações, optou-se por deixar no mapa de 1952 as escolas identificadas no mapa de 1928 e que foram extintas até o ano de 1952 em função da possibilidade do exercício de comparação de localização das mesmas e assim propiciando a percepção e análise da quantidade de escolas e em que espaços se localizavam no período estudado. Como exemplo estão as escolas étnicas, que iniciaram as atividades de ensino no início do século XX e ao final da década de 1930 não existiam mais.

Outro apontamento diz respeito a pequenas mudanças que ocorreram nos endereços. Pequenas no sentido de que as escolas, mesmo atuando em locais diferentes, estes eram na vizinhança, dentro do mesmo bairro. Dessa forma, a localização das escolas num mapa e no outro se manteve muito próxima.

Portanto, após observações dos mapas elaborados, pode-se perceber que a urbanização colaborou com a escolarização, na medida que o crescimento e a expansão da cidade oportunizaram a criação de escolas em outros lugares, conforme comparação dos mapas. O fato de serem poucas escolas que estão dispersas, sem outras ao redor evidencia a escolarização enquanto fator que tende a influenciar a comunidade nas proximidades das instituições, bem como de toda a cidade.



Figura 38: Mapa de 1928 com localização das escolas

Fonte: Elaborado pela autora

## Legenda do Mapa de 1928:

- 1 - Vittorio Emanuele II
- 2 - Colégio Americano
- 3 - Colégio Farroupilha
- 4 - Colégio Anchieta
- 5 - Elena di Montenegro
- 6 - Umberto I
- 7 - Escola Águia Branca
- 8 - Escola Tadeusz Kosciusko
- 9 - Colégio Sevigné
- 10 - Colégio Concórdia
- 11 - Colégio Marisa Rosário
- 12 - Colégio Bom Conselho
- 13 - Instituto São Francisco - Santa Família
- 14 - Colégio La Salle Dores
- 15 - Colégio Cruzeiro do Sul
- 16 - Colégio La Salle Santo Antônio
- 17 - Pão dos Pobres
- 18 - Colégio Bom Jesus São Luiz
- 19 - Colégio Champagnat
- 20 - Colégio N.S. da Glória
- 21 - Colégio Israelita Brasileiro
- 22 - Instituto Porto Alegre
- 23 - Pia Instituição Pedro Chaves Barcellos
- 24 - Colégio Batista
- 25 - Colégio Marista São Pedro
- 26 - Colégio La Salle São João

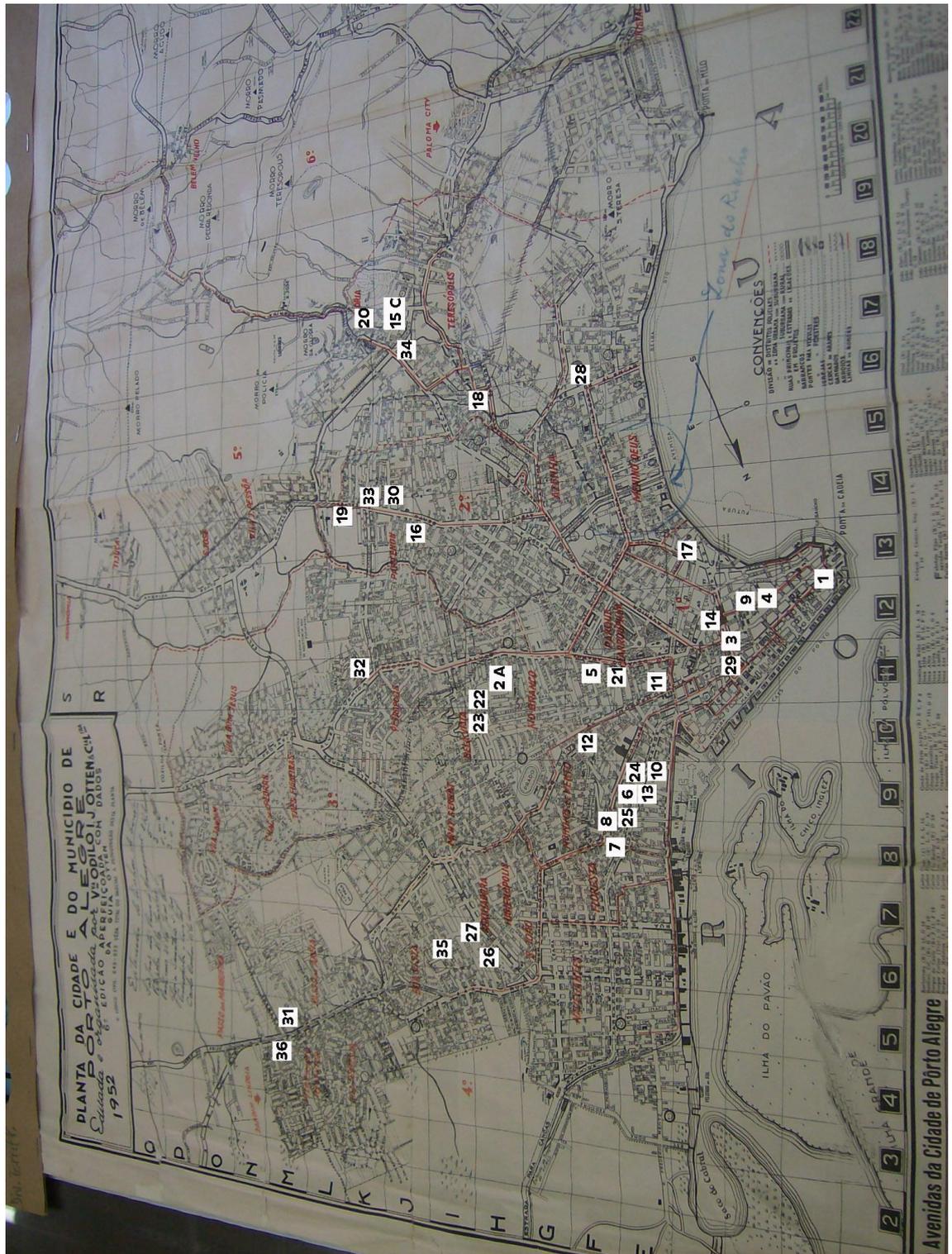


Figura39: Mapa de 1952 com localização das escolas

Fonte: Elaborado pela autora

## Legenda do Mapa de 1952:

- |  |   |
|--|---|
| 1 - Vittorio Emanuele II                     | 20 - Colégio N.S. da Glória                 |
| 2A - Colégio Americano                       | 21 - Colégio Israelita Brasileiro           |
| 3 - Colégio Farroupilha                      | 22 - Instituto Porto Alegre                 |
| 4 - Colégio Anchieta                         | 23 - Pia Instituição Pedro Chaves Barcellos |
| 5 - Elena di Montenegro                      | 24 - Colégio Batista                        |
| 6 - Umberto I                                | 25 - Colégio Marista São Pedro              |
| 7 - Escola Águia Branca                      | 26 - Colégio La Salle São João              |
| 8 - Escola Tadeusz Kosciusko                 | 27 - Colégio Pastor Dohms                   |
| 9 - Colégio Sevigné                          | 28 - Escola São Francisco - Menino Deus     |
| 10 - Colégio Concórdia                       | 29 - Dante Aligheri                         |
| 11 - Colégio Marisa Rosário                  | 30 - Colégio Rainha do Brasil               |
| 12 - Colégio Bom Conselho                    | 31 - Colégio São Judas Tadeu                |
| 13 - Instituto São Francisco - Santa Família | 32 - Colégio Santa Inês                     |
| 14 - Colégio La Salle Dores                  | 33 - Escola Nossa Senhora do Brasil         |
| 15C - Colégio Cruzeiro do Sul                | 34 - Colégio Assunção                       |
| 16 - Colégio La Salle Santo Antônio          | 35 - Colégio Dom Bosco                      |
| 17 - Pão dos Pobres                          | 36 - Colégio Santa Dorotéia                 |
| 18 - Colégio Bom Jesus São Luiz              |   |
| 19 - Colégio Champagnat                      |   |

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação apresentada teve como foco a criação de instituições escolares particulares na capital sul-rio-grandense e onde estiveram instaladas, no período compreendido entre 1927 e 1957, além de indicar algumas características dos frequentadores dessas instituições. As abordagens a respeito dos processos de escolarização que impactavam os educandários, bem como considerações acerca da modernização da cidade colaboraram com as análises realizadas. Variados espaços e acervos que guardam informações da história porto-alegrense foram fundamentais para a formação de um conjunto de dados que visavam à compreensão de aspectos da história da cidade no que tange a aspectos educacionais e citadinos. Os estudos individuais e com o grupo de pesquisa trouxeram a área da História da Educação para compor o entendimento das possíveis parcerias entre escolarização e urbanização.

Corsetti aponta:

A História da Educação trata, pois, de um objeto complexo e multidimensional, constituindo-se numa área do conhecimento que se apropria desse objeto – educação – a partir de uma abordagem historiográfica dos fenômenos educativos, que são reconstruídos e representados através de narrativas. Valendo-se dos avanços teórico-metodológicos da ciência histórica, bem como de sua abertura a novas fontes, a história da educação tem construído novas possibilidades analíticas ricas e promissoras (2006, p.02).

Após levantamento de dados, seja a respeito dos itens já apontados, como também dos educandários, procedeu-se a uma análise das informações, bem como o trabalho de localização das escolas em dois mapas da cidade de Porto Alegre. Com as investigações realizadas, foi possível perceber aspectos que impactaram na criação das instituições escolares, bem como alguns elementos de articulação e relação com o poder público. Werle relembra acerca da instituição:

Visitar variadas vezes os espaços subjetivos e objetivos da instituição possibilita diversificados e não necessariamente convergentes e completos entendimentos acerca da história institucional. Justamente pelo fato de que o tempo age, cada tempo constrói uma história, suas histórias acerca da escola (2004, p. 113).

Cabe aqui a observação em relação às situações que a pesquisa histórica pode proporcionar ao pesquisador, despertando sentimentos de satisfação e surpresa, como por exemplo: a informação sobre uma escola em uma igreja que foi encontrada somente quando do estudo da história de uma outra instituição específica. Em diversos documentos e materiais pesquisados não constava a Escola Nossa Senhora do Rosário, que funcionava em duas salas da respectiva igreja. Mesmo sabendo da histórica relação das igrejas e a fundação de escolas, as instituições de ensino não necessariamente constavam nos registros oficiais dos municípios, quando esses eram elaborados, mesmo se tratando de instituições particulares confessionais. Isto pode levar a crer que entidades com esses atributos colaboraram com a formação educacional da população, mas poderiam ser criadas e extintas conforme a gestão das congregações e situações econômicas, sociais, culturais de determinada época. Nesse trabalho, buscamos contemplar essa característica, também em função das diferentes nomenclaturas quando do surgimento das escolas. Isso trouxe algumas dificuldades, mas que fazem parte da pesquisa científica e tornam-se desafios a serem superados com determinação e criatividade na construção de hipóteses e na busca informações necessárias para o andamento do trabalho.

Importante registrar também o fato de que algumas instituições mudavam de mantenedoras, o que leva a crer que muita documentação pode ter sido guardada por esta, e quando de sua extinção, os materiais serem repassados para outras pessoas, entidades, ou mesmo descartados. Quando da troca de mantenedora, em especial no caso de entidades com parcerias internacionais, que possuíam locais em diferentes cidades para uma administração central, o transporte e guarda dos acervos também sofria impactos e se não repassados ou bem tratados, podiam cair no esquecimento. Outro fator observado foi a troca de denominação e/ou nomenclatura das instituições, diversas vezes também por motivos de legislação, que acabava fazendo com que parte do arquivo das escolas precisasse ser removido para locais não tão apropriados para sua conservação. Esses fatores também impactaram na profundidade da pesquisa e na não inserção de algumas instituições no levantamento da pesquisa.

De certa forma, é isso que fazemos: com a disponibilidade de dados coletados, definem-se critérios para a escolha de um modo de olhar para dar uma interpretação através de procedimento metodológico. Dias (2014, p. 360) colabora quando afirma: “Na pesquisa em história, ajustar as lentes para observar a experiência dos sujeitos é um meio de capturar como estrutura e processo se articulam”. O excerto contempla também no sentido da percepção que a escolarização e a urbanização são processos que andam juntos, vinculando particularidades, forças e fraquezas, ameaças e oportunidades.

Uma das possibilidades anunciada nesse trabalho diz respeito à relação público-privado em educação, como estão imbricadas entre si. Pode-se perceber que em vários momentos a ação pública, seja ela municipal, estadual e até mesmo federal ou conforme a época, da intendência, da província ou do império impactou nos processos de escolarização e de urbanização e modernização das cidades. Com a capital do Rio Grande do Sul não foi diferente, seja pelas legislações e seu cumprimento, ou não; seja pelas influências políticas, sociais e econômicas. Um exemplo disso são as municipalizações e depois estadualizações dos Ginásios Anchieta e Seigné (GIL; POPIOLEK, 2016).

Outra alternativa diz respeito às organizações, pessoas ou entidades que fundavam escolas. Algumas características, sendo uma delas o fato de que as finalidades exclusivamente comerciais não eram aparentes nos discursos, proporcionaram uma reflexão acerca dos interesses e motivações que podiam unir ou não pessoas e entidades com o poder público em prol da oferta de educação para a população do período estudado. Além disso, um estudo detalhado a respeito dos estudantes que frequentavam as escolas tende a ser um assunto relevante para pesquisa, envolvendo aspectos do alunado em si, sua frequência e resultados. A amplitude em relação à inserção das escolas públicas também pode ser de grande valia para estas questões.

Chegando ao final da caminhada no mestrado, muitas reflexões vêm à tona e Ginzburg (1990, p.261) colabora no entendimento e na externalização de algumas delas quando afirma: “Podemos interessar pessoas que não são profissionais se dividirmos com elas não apenas o resultado da pesquisa, mas também o caminho percorrido para chegar até ele. Às vezes a pesquisa pode ser mais fascinante do que o resultado”. Essa é uma das características desse trabalho. Todo o percurso significou muito aprendizado tanto pessoal e profissional quanto acadêmico. O mesmo autor aponta outro item, de

superação, em que essa pesquisa pode se considerar contemplada, e o faz com intensidade:

Sempre tento explicar aos meus alunos que o que existe de realmente excitante na pesquisa é o momento da ignorância absoluta. Penso que não se deve ter medo de ser ignorante, e sim procurar multiplicar esses momentos de ignorância, porque o que interessa é justamente a passagem da ignorância absoluta para a descoberta de algo novo (GINZBURG, 1990, p.257).

Enfim, esta dissertação trouxe aspectos com relação às instituições escolares particulares da cidade de Porto Alegre, entre 1927 e 1957. Buscou-se apontar características dessas escolas e as relações com o tempo, o espaço e a cidade. Sua localização foi apresentada em dois mapas, bem como reflexões acerca de processos de escolarização e urbanização. A pesquisa contribuiu para História da Educação e apontou discussões a serem aprofundadas, como por exemplo, a participação e parceria público-privada nos educandários das primeiras décadas do século XX.

## REFERÊNCIAS

ARCHELA, Rosely S.; THÉRY, Hervé. Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos. **Confins Revista Franco-brasileira de Geografia**, n.3, jul.out. 2008. Disponível em : <<http://confins.revues.org/index3483.html>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Eleomar. **Leis, atos e regulamentos sobre educação no período imperial na Província São Pedro do Rio Grande do Sul**. Brasília: Inep/SBHE, 2004.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendent**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

BASTOS, Maria Helena Câmara. A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida (1808-1827). **História da Educação**, v. 1, n. 1, p. 115-133, 1997.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRESSAN, Renan Gonçalves. Urbanização e escolarização nos estudos sobre instituições escolares. **Rev. Bras. Hist. Educ.**, Campinas-SP, v.13, n.3 (33), p. 29-56, set./dez. 2013.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Unesp, 1999.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A Escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista: Edusf, 2003. p.11-33.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Teoria & educação, v. 2, p. 177-229, 1990.

COMISSOLI, Adriano. **Os “homens-bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

CORSETTI, Berenice. **Controle e Ufanismo: a escola pública no Rio Grande do Sul (1889/1930)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria, 1998.

CORSETTI, Berenice. **Movimento Social e Escola no Rio Grande do Sul: um estudo no campo da história das instituições educativas**. Texto apresentado na 29ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Grupo de Trabalho 02 – História da Educação, Caxambu, 2006.

DIAS, Amália. **Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2014.

DORFMAN, Adriana. (Org.). **Território e Lugares da Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: Letra 1, Instituto de Geociências, UFRGS, 2015.

ERMEL, Tatiane de Freitas. **O “gigante do alto da bronze”**: um estudo sobre o espaço e arquitetura escolar do Colégio Elementar Fernando Gomes em Porto Alegre/RS (1913 – 1930). Porto Alegre: PUCRS, 2011. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ERMEL, Tatiane de Freitas,. JACQUES, Alice Rigoni. O velho casarão: um estudo sobre o Knabensechule des Deutsches Hilfsverein / Colégio Farroupilha (1895-1962). In: **Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha/RS: memórias e histórias (1858-2008)**. Orgs. Maria Helena Camara Bastos, Alice Rigoni Jacques, Dóris Bittencourt Almeida. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. 384 p.(pg. 92-110).

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A história da educação e os desafios das novas fontes: reflexões sobre uma trajetória de pesquisa. **Revista História da Educação**, v. 1, n. 2, p. 111-125, 1997.

\_\_\_\_\_. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 89-125, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução Elementar no Século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes de, VEIGA, Cyntia Greive (orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 135-150, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, Ago, p. 19-34, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

\_\_\_\_\_. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (Orgs.) **Disciplinas e integração curricular: história e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 13-36.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Cultura escolar e cultura urbana: perspectivas de pesquisa em história da educação. In: XAVIER, Libânia Nacif; CARVALHO, Marta Maria Chagas de; MENDONÇA, Ana Waleska; CUNHA, Jorge Luiz da (orgs.). **Escola, culturas e saberes**. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p.29-37.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; BERTUCCI, Liane Maria. Experiência e cultura: contribuições de E.P. Thompson para uma história social da escolarização. **Currículo sem fronteiras**, v.9, n.1, p.10-24, jan-jun. 2009. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/artigos.atm>. Acesso em: 22 jun. 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa dicionário**. 7º Ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

FIALHO, Daniela Marzola. **Cidades Visíveis: para uma história da cartografia como documento de identidade urbana**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Tese. (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FISCHER, Luís Augusto. Org. **A descoberta da cidade: memórias em Porto Alegre**. Porto Alegre: Dublinense, 2013.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Guia Histórico de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre / Secretaria Municipal da Cultura, 1ª ed., 1988.

\_\_\_\_\_. **Gente e espaços de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. **Porto Alegre Ano a Ano – Uma Cronologia Histórica 1732/1950**. Editora Letra e Vida, Porto Alegre. 2012.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul-Censos do RS 1803-1950**. Porto Alegre, 1981. 330p. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/publicacoes/digitalizacao/de-provincia-ide-sao-pedro-a-estado-do-rs-vol-1-1981.pdf>. Acesso em 02 dez.2016.

GATTI JR., Décio. Reflexões Teóricas sobre a História das Instituições Educacionais. **Ícone Educação**. v. 6, n. 2, p. 131-147, jul./dez. 2000.

\_\_\_\_\_.A História das Instituições Educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, J. C. e GATTI JR., D. (orgs.) **Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas/Uberlândia: Autores Associados/EDUFU, 2002. p. 03-24.

\_\_\_\_\_.A Situação da Pesquisa Histórica sobre as Instituições Educacionais Brasileiras. **Revista de Educação Pública**. v. 10, n. 17, p. 133-140, jan./jun. 2001 (2002).

GIL, Natália de Lacerda. **A dimensão da educação nacional: um estudo sócio-histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira**. São Paulo: USP, 2007. Tese. (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GIL, Natália de Lacerda. As escolas isoladas no período de implantação do modelo seriado no Rio Grande do Sul (1909-1942). **Anais do 19º Encontro da Associação Sul Rio-grandense de Pesquisadores em História da Educação**, Pelotas, 2013, p. 422-432.

GIL, Natália de Lacerda. **“Pequenos focos de luz”: as escolas isoladas no período de implantação do modelo escolar seriado no Rio Grande do Sul**. Texto apresentado no 19º encontro da Associação Sul Riograndense de Pesquisadores em História da Educação, Pelotas, 2013. (mimeo)

GIL, Natália; HAWAT, Joseane El. O tempo, a idade e a permanência na escola: um estudo a partir dos livros de matemática (Rio Grande do Sul, 1895-1919). **História da Educação**, v. 19, n. 45, p. 4, 2015.

GIL, Natália.; POPIOLEK, Carine I. **Instituições Públicas e Particulares na Escolarização de Porto Alegre**. Porto Alegre, 2016. (mimeo).

GINZBURG, Carlo. História e Cultura: Conversa com Carlo Ginzburg. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.3, n. 6, p. 254-263,1990.

GIOLO, Jaime. **Lança e grafite: a instrução no RS da primeira escola ao fim do Império**. Passo Fundo: Gráfica e Editora UPF, 1994.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes e LEAL, Elisabete (Orgs.). **Revisitando o Positivismo**. Canoas: La Salle, 1998.

GRIMALDI, L. C. **Espaço Urbano e Educação: o papel das instituições escolares na urbanização de Porto Alegre (1940-1970)**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

GRIMALDI, L. C. **Espaço Urbano e Educação: o papel das instituições escolares na urbanização de Porto Alegre (1940-1970)**. In: VIII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2015, Maringá. VIII Congresso Brasileiro de História da Educação: Matrizes interpretativas e internacionalização. Maringá: SBHE/UEM, 2015. v. 1. p. 452.

HAMEL, Thérésè. Pesquisa em educação no Canadá: estratégias de investigação interdisciplinar. **Revista Eccos**, São Paulo, v.7, n. 2, p. 397-426, jul./dez. 2005.

HÉBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. **Teoria & educação**. v. 2, p. 65-110, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

KRAEMER NETO, Nelson. **Nos tempos da velha escola**. Porto Alegre: Sulina, 1969.

KREUTZ, L. **O professor paroquial**. Porto Alegre: Ed UFRS/UFSC/EDUCS, 1991.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso Escolar nos Meios Populares: as razões do improvável**. São Paulo: Ática, 1997.

LEMOS, Marília Roennau. **O urbanismo em Porto Alegre: no jornal Correio do Povo, durante o estado novo.** Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

LEONARDI CRAVEIRO EL HAWAT, Joseane. **Os saberes elementares matemáticos nas escolas isoladas de Porto Alegre: avaliações, programas de ensino e livros escolares (1873-1919).** Porto Alegre: UFRGS, 2015. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LIMA, A. G. **Chronologia da Historia Rio-Grandense.** Porto Alegre e Santa Maria: Editores L.P. Barcellos & Comp. – Livraria do Globo, 1916.

LIMA, Valeska A. de. **Vozes que ecoam no Morro Milenar: um estudo sobre os discursos difundidos no anuário Colunas (1937-1954).** Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio. Das escolas de improviso às escolas planejadas: um olhar sobre os espaços escolares da Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas-SP, v. 12, n. 2 (29), p. 45-76, maio/ago. 2012.

LUCHESE, Terciane Ângela. História da Obrigatoriedade escolar no Rio Grande do Sul. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SÁ Elisabeth Figueiredo de; SILVA, Vera Lucia Gaspar da (Orgs.). **Obrigatoriedade escolar no Brasil.** Cuiabá/MT: EDUFMT, 2013. P. 275-302.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Porto Alegre: origem e crescimento.** Liv. Sulina, 1968.

\_\_\_\_\_. **História de Porto Alegre**, Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.

MACIEL BARROSO, Véra Lúcia, org. **Presença Açoriana.** Edições Est, Porto Alegre. 1993.

MAGUETA, Rita de C. de M. **Salve o dia entre todos o mais belo! Educação religiosa e fotografias de primeira comunhão na década de 1940.** Porto Alegre: UFRGS, 2015. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MALIKOSKI, Adriano. **Escolas étnicas dos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul (1875-1939).** Caxias do Sul: UCS, 2014. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2014.

MEINERZ, Carla Beatriz. **Adolescentes no pátio, outra maneira de viver a escola: um estudo sobre a sociabilidade a partir da inserção escolar na periferia urbana.** Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

MONTEIRO, Charles. **Breve História de Porto Alegre.** Editora da Cidade/Editora Letra e Vida, Porto Alegre. 2012.

MORAES, Fernanda. **O processo de escolarização pública na Vila de Cotia no contexto cultural caipira (1870-1885).** São Paulo: USP, 2015. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições Escolares: por que e como pesquisar.** São Paulo: Alinea, 2009.

NÓVOA, António. **Carta a um jovem historiador da educação.** Historia y Memoria de la Educación, 1 (2015): 23-58.

NUNES, Clarice. (Des)encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, Eliana; VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano. **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 371-398.

NUNES, Clarice. Caminhos da historiografia da educação: algumas reflexões. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo et al. (orgs.). **História da educação: desafios teóricos e empíricos.** Niterói: EDUFF, 2009, p. 41-50.

OLIVEIRA, Clovis S. de. **Porto Alegre - A Cidade e sua formação.** Porto Alegre: Gráfica e Editora Norma, 1985.

OLIVEIRA, Maria A. M. de. **Instituições e práticas escolares como representações de modernidade em Pelotas (1910-1930): imagens e imprensa.** Pelotas: UFPEL, 2012. Tese. (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

PERES, Eliane Teresinha. **Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir. A escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública primária gaúcha (1909-1959).** Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2000.

PERRENOUD, Philippe. **La construcción del éxito y del fracasso escolar: hacia um análisis del éxito, del fracasso y de las desigualdades como realidades construidas por el sistemas escolar.** Madrid: Ediciones Morata, 2—8. 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto. 1980.

\_\_\_\_\_. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre** : Ed. Universidade / UFRGS , 1999.

\_\_\_\_\_. **História & História Cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PESSANHA, E.C.; SILVA, F.C.T. Tempo de cidade, lugar de escola. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia,n.e, p.109-121, jan./dez. 2006.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos Gerais de Pôrto Alegre**. Volume I e II. Pôrto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1945.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Turismo. **Histórico da Cidade**. Disponível em:<[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p\\_secao=257](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p_secao=257)> Acesso em: 10 mar. 2015.

PORTO ALEGRE (RS). Secretaria Municipal da Cultura. Serviços públicos de Porto Alegre [recurso eletrônico] : **Guia de documentos do Brasil Colônia e Império : acervo de anais e catálogos do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho**/ Secretaria Municipal da Cultura. – Porto Alegre : Centro de Pesquisa Histórica, 2016. – (Memória cultural ; v. 7). Disponível em: <<https://cphpoa.files.wordpress.com/2016/12/servic3a7os-publicos-de-porto-alegre-guia-de-documentos-do-brasil-colonia-e-imperio-versc3a3o-final.pdf>>. Acesso em 02 dez.2016.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Aunêntica Editora, 2008.

POSSAMAI, Zita Rosane. Apresentação. IN: POSSAMAI, Zita Rosane (Org.) **Leituras da cidade**. Porto alegre: Evangraf, 2010.

\_\_\_\_\_. **Patrimônio e história da educação: aproximações e possibilidades de pesquisa**. *RHE Asphe*, Pelotas, v. 16, n 36, p.110-120, jan/abr. 2012 b Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/19976/pdf>>. Acesso em 10 mar. 2015.

QUADROS, Claudemir de. Brizoletas: A Ação do Governo de Leonel Brizola na Educação Pública do Rio Grande do Sul (1959-1963). **Teias**. Rio de Janeiro, ano 2, n.3, p. 1-12, jan./jun. 2001.

QUADROS, Claudemir de. **As Brizoletas cobrindo o Rio Grande**. Santa Maria: Editora UFSM, 2003.

RECH, Gelson L. **Escolas étnicas italianas em Porto Alegre/RS (1877-1938): a formação de uma rede escolar e o fascismo**. Pelotas: UFPEL, 2015. Tese. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCHERER, Regina M. D. **Sistema Municipal de Ensino: da sua constituição às contribuições para as políticas públicas de educação no município**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Tese. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SCHNEIDER, Regina Portella. **A instrução pública no Rio Grande do Sul, 1770-1889**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

SOUZA, Celia Ferraz de.; MULLER, Dóris M. **Porto Alegre: e sua evolução urbana**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SOUZA, Celia Ferraz de. **Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade**. 2.ed., rev. e ampl. Porto Alegre: Armazém Digital, 2010.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo, 1890-1910**. São Paulo: Unesp, 1998.

\_\_\_\_\_. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

STEPHANOU, Maria.; BASTOS, Maria Helena Camara. (Org.) **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005. v.3.

TAMBARA, Elomar. Profissionalização, escola normal e feminilização: Magistério sul-rio-grandense de instrução pública no século XIX. **História da Educação ASPHE/FAE/UFPEL**, Pelotas, (3): 35 -57, abr. 1998.

TELLES, Leandro. **Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha**. Porto Alegre: Globo, 1974.

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL / UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Métodos de pesquisa** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL/FACULDADE DE EDUCAÇÃO. **Orientações para elaboração de trabalhos acadêmicos: dissertações, teses, TCG de Pedagogia, TCE de Especialização**. Organização de Ana Gabriela Clipes Ferreira... [et al.] – Porto Alegre: UFRGS/FACED/BSE, 2014.

VARELA, Julia; ALVAREZ\_URIA, Fernando. A maquinaria escolar. **Revista Teoria da Educação**: “Dossiê História da Educação”, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 68- 96, 1992.

VEIGA, Cynthia Greive. **Cidadania e Educação na trama da Cidade: a Construção de Belo Horizonte em fins do século XIX**. Campinas: UNICAMP, 1994. Tese. Vol. I Tese. (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

VEIGA, Cynthia Greive. **A produção da infância nas operações escriturísticas da administração da instrução elementar no século XIX**. Revista Brasileira de História da Educação. N ° 09, jan/jun. 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e os Estudos Culturais. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Estudos Culturais em Educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema**. 2°. Ed. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2004.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)**. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves. Faces da obrigatoriedade escolar: lições do passado, desafios do presente. In: VIDAL, Diana Gonçalves; Figueiredo de Sá, Elisabeth; Silva, Vera Lúcia Gaspar da. **Obrigatoriedade escolar no Brasil**. Cuiabá: UFMT, 2013, p. 11-20.

VIÑAO FRAGO, Antonio. História de la educación e historia cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 0, p. 63-82, set./dez.1995.

\_\_\_\_\_. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. **Contemporaneidade e Educação: Revista Semestral de Ciências Sociais e Educação**, Rio de Janeiro, ano V, n. 7, p. 93-110, 1. sem., 2000.

\_\_\_\_\_. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. A cidade como fator de diferenciação da rede escolar: do período imperial à primeira república. **Revista História da Educação**, v. 1, n. 1, p. 91-97, 1997.

\_\_\_\_\_. Colégios femininos: identidade, história institucional e gênero. **Revista de Educação** (Campinas), Campinas/SP, v. 10, p. 116-125, junho, 2001.

\_\_\_\_\_. História das Instituições Escolares: Responsabilidade do Gestor Escolar. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v.3, p.109-119, jan./dez. 2004.

\_\_\_\_\_. Instrução Pública e configuração do mundo urbano. **História da Educação**, UFPel, Pelotas, v. 18, p. 83-95, 2005.

Sítios consultados

IBGE. <http://www.ibge.gov.br/home/>

[http://colegiofarroupilha.com.br/quem\\_somos/see/2](http://colegiofarroupilha.com.br/quem_somos/see/2) Acesso em: 11/09/16

<http://colegiometodista.g12.br/americano/sobre-o-colegio/historia> Acesso em: 12/09/16

[http://www.metodistadosul.edu.br/institucional/redeipa/historico\\_ipa.php](http://www.metodistadosul.edu.br/institucional/redeipa/historico_ipa.php) Acesso em: 11 set. 2016.

<http://www.colegioanchieta.g12.br/historia/> Acesso em: 11 set. 2016.

[http://www.bomconselho.com.br/submenu\\_single.php?idSubMenu=28&nmMenu=INS TITUCIONAL](http://www.bomconselho.com.br/submenu_single.php?idSubMenu=28&nmMenu=INS TITUCIONAL) Acesso em: 12/09/16

<http://colegiomarista.org.br/rosario/sobre/uma-historia-centenaria> Acesso em: 12/09/16

<http://lasalle.edu.br/sobre-a-instituicao/historia> Acesso em: 13/09/16

<http://www.saojudastadeu.com.br/Sobre/Institucional/Historia.aspx?cdId=88> Acesso em: 13/09/16

<http://wp.clicrbs.com.br/almanaquegaucho/2012/05/03/constelacao-afetiva/comment-page-1/?topo=13%2C1> Acesso em: 13/09/16

<http://lasalle.edu.br/santoantonio/sobre-o-colegio/historia-santoantonio> Acesso em: 12 set. 2016.

<http://anossaturma-cruzeiristas.blogspot.com.br/2009/07/aos-91-anos-o-triste-fim-do-colegio.html> Acesso em: 12 set. 2016.

<http://sn.ieab.org.br/2003/08/19/palavra-da-direcao-do-colegio-cruzeiro-do-sul/> Acesso em: 12 set. 2016.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Col%C3%A9gio\\_S%C3%A9vign%C3%A9](https://pt.wikipedia.org/wiki/Col%C3%A9gio_S%C3%A9vign%C3%A9) Acesso em: 11 set. 2016.

<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/402> Acesso em: 11 set. 2016.

<http://www.paodospobres.org.br/site/timeline/> Acesso em: 11 set. 2016.

<http://asguriasdosl.blogspot.com.br/p/sao-luiz-historico.html> Acesso em: 13/09/16

<http://ipametodista.edu.br/institucional/centro-universitario/historia> Acesso em: 13/09/16

<http://www.correiodopovo.com.br/Jornal/A110/N85/HTML/03IPA9VA.htm>

<http://lasalle.edu.br/saojoao/sobre-o-colegio/quem-somos> Acesso em: 12 set. 2016.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Col%C3%A9gio\\_La\\_Salle\\_S%C3%A3o\\_Jo%C3%A3o](https://pt.wikipedia.org/wiki/Col%C3%A9gio_La_Salle_S%C3%A3o_Jo%C3%A3o)  
Acesso em: 12 set. 2016.

<https://colegiogloria.com.br/about/> Acesso em: 09 set. 2016.

[http://www.colegioisraelita.com.br/index.php?option=com\\_k2&view=item&layout=item&id=29&Itemid=53](http://www.colegioisraelita.com.br/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=29&Itemid=53) Acesso em: 11 set. 2016.

<http://www.correiodopovo.com.br/Jornal/A110/N85/HTML/03IPA9VA.htm> Acesso em: 13/09/16

<http://lasalle.edu.br/sobre-a-instituicao/historia> 12 set 2016

[https://issuu.com/colégiobatistapoa/docs/af\\_livro\\_90\\_anos](https://issuu.com/colégiobatistapoa/docs/af_livro_90_anos) Acesso em: 11 set. 2016.

<http://colegiobatista.org.br/o-colegio/historia/> Acesso em: 11 set. 2016.

<http://www.santainesrs.com.br/index.php/o-colegio/timeline> Acesso em: 12 set. 2016.

<http://colegiomarista.org.br/assuncao/sobre> Acesso em: 10 set. 2016.

<http://www.colegiombosco.net/novo/institucional-detalhes.php?id=8> Acesso em: 10 set. 2016.

<http://rainhadobrasil.g12.br/historico> Acesso em: 12 set. 2016.

[http://rainhadobrasil.g12.br/o-colegio?menu\\_neto=1](http://rainhadobrasil.g12.br/o-colegio?menu_neto=1) Acesso em: 12 set. 2016

<http://livrozilla.com/doc/195707/hist%C3%B3rico-da-cifa---escola-rainha-do-brasil>  
Acesso em: 12 set. 2016

<http://www.if.ufrgs.br/tex/edu02220/sem012/po2/texto292.html> Acesso em: 12 set. 2016

<http://www.santadoroteia-rs.com.br/colegio/historico/> Acesso em: 10 set. 2016.

<http://wp.clicrbs.com.br/almanaquegaucho/2014/03/24/colegio-estadual-julio-de-castilhos-completa-114-anos/?topo=13,1,1,,13> Acesso em: 12 set. 2016

<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/netahtml/sirel/avancada.html> Acesso em: 12 set. 2016

<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/viewArticle/1248> Acesso em: 12 set. 2016

[http://www.colegioconcordia.com.br/novo/index.php?option=com\\_content&view=article&id=106&Itemid=655](http://www.colegioconcordia.com.br/novo/index.php?option=com_content&view=article&id=106&Itemid=655) Acesso em: 10 set. 2016.

[http://www.institutosaofrancisco.com.br/site/modelo\\_01.php?formulario\\_id\\_=143&&escola\\_id\\_=0](http://www.institutosaofrancisco.com.br/site/modelo_01.php?formulario_id_=143&&escola_id_=0) Acesso em: 12 set. 2016.

<http://escolansbrasil.web753.kinghost.net/historia> Acesso em: 12 set. 2016.

<http://colegiomarista.org.br/saopedro/sobre> Acesso em: 12 set. 2016.

<<http://colegiomarista.org.br/champagnat/sobre/historia>> Acesso em: 09 set. 2016.

Colégio Pastor Dohms <<http://www.dohms.org.br/SDE/Quem%20Somos>> Acesso em: 10 set. 2016.

[https://books.google.cl/books?id=-HH3Hkfo8o8C&pg=PA241&hl=pt-BR&source=gbs\\_selected\\_pages&cad=2#v=onepage&q=pia%20institui%C3%A7%C3%A3o&f=false](https://books.google.cl/books?id=-HH3Hkfo8o8C&pg=PA241&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=2#v=onepage&q=pia%20institui%C3%A7%C3%A3o&f=false) (Cemitérios do RS, sobre a PIA Instituição) Acesso em: 11 set. 2016.

<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/viewFile/23870/16843> brizoletas (Quadros, 2001 p.1) Acesso em: 11 set. 2016.

SIREL. <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/netahtml/sirel/avancada.html>

Leis Municipais. <https://leismunicipais.com.br/>

<https://nuevomundo.revues.org/3698> Daniela Marzola Fialho, Uma leitura sensível da cidade: a cartografia urbana [12/03/2007] revista Nuevo Mundo

[https://books.google.com.br/books?id=UDhwCAAAQBAJ&pg=PA239&lpg=PA239&dq=umberto+I+visconde+do+rio+branco+porto+alegre&source=bl&ots=GjbZJe0sJN&sig=ktl6ETxz14aZZyepCNNVnBvCmSY&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiy5tGLxd\\_QAhUJfpAKHVUPDEAQ6AEIHzAB#v=onepage&q=umberto%20I%20visconde%20do%20rio%20branco%20porto%20alegre&f=false](https://books.google.com.br/books?id=UDhwCAAAQBAJ&pg=PA239&lpg=PA239&dq=umberto+I+visconde+do+rio+branco+porto+alegre&source=bl&ots=GjbZJe0sJN&sig=ktl6ETxz14aZZyepCNNVnBvCmSY&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiy5tGLxd_QAhUJfpAKHVUPDEAQ6AEIHzAB#v=onepage&q=umberto%20I%20visconde%20do%20rio%20branco%20porto%20alegre&f=false) e Uma cidade que se conta. Imigrantes italianos e narrativas no espaço social ... Por Rosemary Fritsch Brum

[https://books.google.com.br/books?id=vDdwCAAAQBAJ&pg=PA322&lpg=PA322&dq=umberto+I+visconde+do+rio+branco+porto+alegre&source=bl&ots=Qns6T8jrDk&sig=r7e0LWTl6GKIwqli-jAWXFbDhGc&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiy5tGLxd\\_QAhUJfpAKHVUPDEAQ6AEIHDA#v=onepage&q=umberto%20I%20visconde%20do%20rio%20branco%20porto%20alegre&f=false](https://books.google.com.br/books?id=vDdwCAAAQBAJ&pg=PA322&lpg=PA322&dq=umberto+I+visconde+do+rio+branco+porto+alegre&source=bl&ots=Qns6T8jrDk&sig=r7e0LWTl6GKIwqli-jAWXFbDhGc&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiy5tGLxd_QAhUJfpAKHVUPDEAQ6AEIHDA#v=onepage&q=umberto%20I%20visconde%20do%20rio%20branco%20porto%20alegre&f=false) se Caderno de Pesquisa: notícias de imigrantes italianos em Porto Alegre, entre ... Por Rosemary Fritsch Brum

<https://www.sinonimos.com.br/alteracao/>

Portal da Educação. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/48764/referencias-bibliograficas-tiradas-na-internet-como-colocar-no-trabalho>> Acesso em 01 dez. 2016.

**APÊNDICE A - LISTA DAS INSTITUIÇÕES CRIADAS EM PORTO ALEGRE**

	<b>Instituição</b>	<b>Ano de criação</b>	<b>Informações</b>		
1	Aula para meninos-Prof. Manoel Simões Xavier	1º ou 2 de setembro de 1778	Schneider, pg. 14		
2	Aula de Antonio d'Avila	8 de janeiro de 1800	Schneider, pg. 15/16		
3	Aula particular de latim	1800	Fundada pelo padre Thomé Luiz de Souza. Em 15 de outubro de 1807 foi transformada em Aula Régia (pública) pelo governador Paulo Jozé da Silva. Schneider, pg. 19		
4	Escola pública de primeiras letras	1820	Schneider, pg. 21		

5	Escola de Ensino Mútuo Professor Antônio Álvares Pereira (Coruja)	1827	Foi nomeado professor em 10 de março de 1827 (p.26) e Em 02 de agosto de 1827 começou a funcionar tendo sido conhecida como Escola do Professor Coruja. Incendiada em 1 de setembro de 1837.	Franco	
6	Cadeiras...	1831	José de Paiva Magalhaens Calvet. Em 6 de abril de 1831 pretendeu a cadeira de Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria Retilínea, obtendo provisão em 16 de maio de 1831.	Schneider	
7	Aula Pública	1831	Em 1 de junho de 1831 inaugurada a Aula pública para o estudo de Matemática, Geometria e Rudimentos gerais de Engenharia, fundada pelo Padre João de Sant Barbara	Schneider	
8	Aula para meninas	1832	Prestou exame em 8 de maio de 1832 para a Primeira aula para meninas em Porto Alegre, (p.35)Francisca Carolina do Prado Seixas	Schneider	
9	Professor de Gramática Latina em	1836	Chrysostomo Rocha e Araujo	Schneider	

	Porto Alegre.				
1 0	Colégio de Artes Mecânicas	1837	Criação do Colégio de Artes Mecânicas e a Primeira Lei Provincial que organizou a instrução primária, inclusive com a solicitação de licença por parte dos professores das escolas particulares . (p.29 Schneider) e (p.47-48)	Schneider	
1 1	Liceu Dom Afonso	1851	Funcionou a partir de 1851 em prédios alugados até 1871. A conclusão da obra só aconteceu em 1872, quando o então Liceu foi extinto e deu lugar ao Ateneu Rio-Grandense, que também foi logo extinto.	Franco	
1 2	Curso de Infantaria e Cavalaria	1853	Em 2 de abril de 1853 começou a funcionar a primeira escola de formação de oficiais do exército, considerado por alguns como o primeiro instituto superior do RS, com matrícula inicial de 70 alunos. Em 1858 passou a denominar-se Escola Militar Preparatória.Em 1863 com a nova mudança por decreto do Ensino Militar, é retomado o nome de Escola Militar Preparatória de São Pedro do RS.Em 1906 Escola de Guerra, no casarão da várzea.	Em 28 de fevereiro, por decreto foram encerradas as atividades da Escola de Guerra e Escola de Aplicação da Infantaria e Cavalaria e criado o Colégio Militar, não destinado a formação de oficiais, que segue funcionando no chamado Casarão da Várzea.No mês de dezembro de 1938 foi extinto por decreto, sendo reorganizado no ano seguinte, no mesmo local, como Escola Preparatória de Cadetes. Os alunos	Franco

				nesta ocasião foram transferidos para estabelecimentos civis de ensino.	
1 3	Seminário Diocesano	1855	Criado em 4 de março de 1855, que ao lado da Escola Militar foi uma das instituições de ensino superior.	Franco	
1 4	Asilo Santa Leopoldina	1857	Para abrigar meninas órfãs, principalmente da Casa de Roda da Santa Casa, na Duque de Caxias esquina João Manoel, com 26 asiladas.		
1 5	Colégio Fernando Ferreira Gomes	186?	Funcionava desde o princípio da década de 1860, inclusive com internato e curso secundário. Passou a manter apenas o curso primário conforme aviso de dezembro de 1876.	Franco	
1 6	Escola Normal da Província	1869	Em 5 de abril de 1869 começou a funcionar em um prédio alugado na Esquina da Riachuelo com a então Rua da Ladeira, sob a direção do padre Joaquim Cacique de	Em 1872 passou a funcionar no mesmo prédio do Ateu Rio-Grandense	Franco

			Barros.		
1 7	Asilo Colégio Santa Teresa	1864	Em 1864 começou a funcionar com 29 internas. Hoje é a FASE.	Franco	
1 8	Escola Militar de Porto Alegre		Aparece no verbete da esc. De eng. Franco		
1 9	Liceu Rio- Grandense		Aparece no verbete da esc. De eng. Franco		
2 0	Escola Normal da Província (hoje Instituto de Educação)	1869	Criada para formar professores para o primário	Também teve como nome : Colégio Distrital de Porto Alegre e Escola Complementar	
2 1	Colégio Farroupilha	1886			
2 2	Escola de Fármácia e Química	1885			
2 3	Escola de Engenharia	1896	Governo estadual e municipal subvencionavam generosamente.		

2 4	Faculdade de Medicina	1898			
2 5	Faculdade de Direito	1900	1º nome: Faculdade Livre de Direito		
2 6	Universidade de Porto Alegre (composta pelas quatro acima)	1934	Vinculada ao governo do Estado		
2 7	UFRGS (incorporou a Univ. de Porto Alegre)	1947			
2 8	Colégio N.S. do Bom Conselho	1905	Em 21 de junho foi fundado como escola primária mista, no local atual, aos cuidados das irmãs Franciscanas.		
2 9	N.S. do Rosário	1904	Fundado por dois irmãos maristas como escola paroquial de nível primário, anexo a Igreja do Rosário. Depois foi transferido para a Rua Riachuelo, onde permaneceu por cinco anos e a partir de 1913 ocupou as salas	Decretos da Intendência Municipal municipaliza estas instituições (43/1926; 142 e 143/1928)	

			do antigo Seminário Diocesano.		
30	Escola Normal da Província	1869	Depois passou a Instituto de Educação General Flores da Cunha, em 1930 e atual localização (ou 1934?)		
31	Colégio Americano	1885	Iniciou naquele ano com o nome Colégio Evangélico Misto. Primeira sede própria em 1920, na Av. Independência. A Congregação Metodista fundou a escola dirigida pela Professora Carmen Chacón foi a origem do Colégio Americano.		
32	Colégio Anchieta	1890	Em 1903, curso médio. Nome de Anchieta em 1901.	Decretos da Intendência Municipal municipaliza estas instituições (43/1926; 142 e 143/1928)	
33	Escola Brasileira	1890	O Professor Inácio Montanha criou a escola com externato e internato. Teve papel relevante no ensino médio (?)	Franco	
34	Colégio Feminino	1890	A professora Cecília Corsuil Du Pasquier fundou um colégio feminino que teve curso primário e secundário até a década de 1920, localizado na esquina das ruas Marechal	Franco	

			Floriano e Jerônimo Coelho.		
3 5	Escola Americana da Igreja Episcopal	1891	Lecionavam os reverendos Morris e Kinsolving e mais o professor Vicente Brande, que já mantinha uma escola a mais tempo.		
3 6	Escola Livre de Farmácia e Química Industrial de Porto Alegre	1895	Foi fundada em 29 de setembro de 1895 e deu origem a atual Faculdade de Farmácia da UFRGS. Sua primeira turma com 11 formandos concluiu o curso em 1899.	Franco	
3 7	Escola de Engenharia de Porto Alegre	1896	Fundada em 10 de agosto de 1896, deu origem a atual Escola de Engenharia da UFRGS. Na fundação criação de curso de Agrimensura. A escola compreendia os seguintes institutos: Julio de Castilhos(secção de ensino primário e secundário), Engenharia (secção de engenharia civil), Parobé (técnico e profissional), Astronômico e Meteorológico, Elétro-Técnico, Borges de Medeiros (secção de ensino de agronomia e veterinária)	Em 3 de agosto de 1931 o conjunto de institutos que formavam a Escola de Engenharia passou a denominar-se Universidade Técnica do Rio Grande do Sul.	Franco e Pimentel

38	Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre	1898	Resultado da fusão da Faculdade de Farmácia e Química Industrial de Porto Alegre com o Curso de Partos . Em 1911 passou para Faculdade Livre de Medicina, com Farmácia como anexo durante muito tempo. Integra a UFRGS.	A primeira turma formou-se em 1904. A curiosidade é que muitos primeiro se formavam em farmácia e depois em medicina. Em 17 de outubro de 1931 através de decreto do Governo Federal foi transformada em Instituto Federal	Franco
39	Ginásio do Rio Grande do Sul	1900	Criado como departamento da Escola de Engenharia, preparava alunos que se destinassem àquela escola. Mais tarde passou a chamar-se Instituto Ginásial Júlio de Castilhos e mais adiante, Colégio Estadual Júlio de Castilhos. O seu primeiro prédio próprio foi construído em 1906 e destruído por um incêndio em 1951. Era no local onde hoje funciona a Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.	Franco	
40	Faculdade de Direito	1900	Em 17 de fevereiro de 1900 foram aprovados os estatutos da Faculdade Livre de Direito, que foi instalada em 03 de maio nas dependências da Escola Normal. Seria o embrião da Faculdade de Direito da UFRGS. Foi reconhecida em 07 de julho de 1903 e em 1904 formou-se a primeira turma.	Franco	

4 1	Colégio Sevigné	1900	Fundado por iniciativa do agente consular da França, seis anos mais tarde foi “confiado ao magistério da ordem francesa Irmãs de São José”.	Decretos da Intendência Municipal municipaliza estas instituições (43/1926; 142 e 143/1928)	Franco
4 2	Colégio N. S. das Dores	1908	Mais tarde secundária e em 1970 torna-se misto. Começou a funcionar em 3 de fevereiro de 1908, em um prédio alugado na Rua Riachuelo, era mantido e dirigido pelos Irmãos Lassalistas.		
4 3	<i>Colégio Estadual Júlio de Castilhos</i>	1900	Originou-se do curso ginásial da escola de engenharia. O primeiro nome foi Ginásio do Rio Grande do Sul, depois Instituto Ginásial do RS, depois Instituto Ginásial Júlio de Castilhos, Ginásio Julio de Castilhos e Colégio Universitário. Em 1942 passa para Colégio Júlio de Castilhos, sendo somente secundário		
4 4	<i>Colégio Parobé</i>	1906	Fundado como escola profissional de nível médio, pela escola de engenharia. Por iniciativa da Escola de Engenharia, foi criado o Instituto Técnico-Profissional (criado pelo decreto nº 7.755 A, de 31/3/1939) para o “ensino de operários e mestres de obras em várias artes	Denominado Instituto Parobé em 1917. Em 1920 instalou curso feminino. Viria mais tarde a ser a Escola Técnica Parobé e depois o Colégio Parobé.	Franco

			profissionais”		
4 5	<i>Instituto Astronômico e Meteorológico</i>	1908	Fundado através da escola de engenharia		
4 6	<i>Escola de Agronomia e Veterinária</i>	1908	Fundado através da escola de engenharia, com o nome de Instituto Borges de Medeiros e sua sede era na Estrada de Mato Grosso,caminho para Viamão	Pimentel	
4 7	<i>Instituto Eletro-Técnico</i>		Fundado através da escola de engenharia.		
4 8	<i>Instituto Experimental de Agricultura</i>		Fundado através da escola de engenharia.		
4 9	<i>Instituto de Zootecnia</i>		Fundado através da escola de engenharia.		
5 0	<i>Instituto de Educação Doméstica</i>		Fundado através da escola de engenharia.		

5 1	<i>Instituto de Química Industrial</i>		Fundado através da escola de engenharia.		
5 2	Universidade Técnica de Porto Alegre (aglutinou as acima marcadas)	Após 1930			
5 3	Escola Anarquista Eliseu Reclus	1906	Era uma escola de ensino livre, fundada por anarquistas e voltada para instrução da classe operária.	Funcionava à noite, na esquina da Rua General Câmara com a Andradas e depois, em 1909 passou a ter sede na Rua da Conceição. O nome denuncia sua filiação política.	
5 4	Escola Benjamin Constant	1907	Em 1909 teria ocorrido a fusão com o Instituto Parobé.		
5 5	Escola Pública do Campo da Redenção	1909	O prédio concluído neste ano ficava na esquina das atuais: Avenida João Pessoa com Avenida Venâncio Aires. Mais tarde funcionou ali o Grupo Escolar Luciana de Abreu		

5 6	Escola Superior de Comércio	1909	Inicialmente fundada em 26 de novembro como anexo da Faculdade de Direito, viria a ser a Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS		
5 7	Instituto de Agronomia e Veterinária	1910	Fundado neste ano pela Escola de Engenharia, iniciado como curso para capatazes rurais e um curso de agrônomos.		
5 8	Escola Elementar Noturna Hilário Ribeiro	1911	Fundada em 13/5/1911, conforme nota de rodapé 108, p. 257 do artigo Maria Stephanou.	Stepanhou	
5 9	Escola Elementar Noturna Bibiano de Almeida	1912	Fundada em 02/01/1912, conforme. Nota de rodapé 108, artigo Maria Stephanou. P. 257	Stepanhou	

60	Grupo Escolar Partenon	1914	<p>No ano de 1914, as casas são passadas para Octacílio de Azevedo Caminha por certidão do segundo casamento da Sra. Maria Júlia Menna Barreto. O casal residia então no Rio de Janeiro. Os imóveis são arrendados ao Governo do Estado para funcionamento de estabelecimentos de ensino. O Colégio Elementar Parthenon, antes Grupo Escolar Parthenon e posteriormente Colégio Elementar Oswaldo Aranha, Grupo Escolar Inácio Montanha e Escola Estadual de 1º e 2º Graus Inácio Montanha, aí funcionou de 1925 até a sua instalação na Av. João Pessoa em 1943. Depois que a Escola Inácio Montanha mudou-se, um Grupo Escolar instala-se nas casas. É o Grupo Escolar Onofre Pires que aí passa a funcionar no ano de 1943. No ano seguinte, o Grupo Escolar tem sua denominação alterada, por decreto estadual, para Grupo Escolar Apeles Porto Alegre, seguindo suas atividades no mesmo local. Em 1951, um decreto municipal desapropria o imóvel, que é declarado de utilidade pública para a construção de prédios destinados a grupos escolares.</p>	<p>Apesar da desapropriação, o Colégio Estadual Apeles Porto Alegre continua seu funcionamento normal nos prédios. É criado pelo Estado, em 1962, o Ginásio Estadual no Bairro Santo Antônio. O decreto estadual determina, também, que o estabelecimento “entrará em funcionamento no ano de 1963, no prédio do Grupo Escolar “Apeles Porto Alegre” da mesma localidade.” Assim, ambos passam a funcionar no mesmo espaço. O Ginásio Estadual passa a chamar-se Ginásio Estadual Arlindo Pasqualini em 1965, mas continua funcionando contíguo ao “Apeles”. Em 26 de junho de 1976, é inaugurado o novo prédio da Escola Estadual de 1º Grau Apeles Porto Alegre. Sob a denominação Escola Estadual de 1º Grau Apeles Porto Alegre, são unificados o Grupo Escolar Apeles Porto Alegre e o Ginásio Estadual Arlindo Pasqualini, em 1977.</p>	<p>A partir daí, as casas servem de sede, primeiramente, para o Movimento Tradicionalista Gaúcho e, mais tarde, para a Sociedade Cultural Beneficente Recreativa Trevo de Ouro. No ano de 1989, a Lei 6.558, de 19 de dezembro, “dispõe sobre o tombamento dos prédios originais ex-Grupo Escolar Apeles Porto Alegre” e propõe sua “recuperação para abrigar o Arquivo Histórico de Porto Alegre”. Histórico do Arquivo. E, segundo Lima, já existia antes de 1900.</p>
----	------------------------	------	---	---	--

6 1	Orfanato Pão dos Pobres	1916	Fundado pelo cônego baiano José Marcelino de Souza, funcionava em regime de internato gratuito voltado para meninos pobres. Em 13 de junho de 1930 foi inaugurado o prédio com frente para a Praia de Belas		
6 2	Escola Elementar Apolinário Porto Alegre	1918	Fundada em 08/4/1918, conforme nota de rodapé 108, artigo da Maria Stephanou. Mantida pela municipalidade para educação de trabalhadores. P.257	Stephanou	
6 3	Colégio Israelita Brasileiro	1922	Em 4 de junho de 1922 foi fundada “modesta escola de nível primário” na Avenida Osvaldo Aranha, Bairro Bom Fim.		
6 4	Porto Alegre College - Instituto Porto Alegre	1923	Em 15 de março de 1923 foi fundado por iniciativa da Igreja Metodista Episcopal do Sul. A primeira sede foi na Rua Marechal Floriano e no ano seguinte transferiu-se para a Rua Joaquim Pedro Salgado.		
6 5	Pia Instituição Pedro Chaves Barcelos	1924	Asilo de meninas órfãs e desvalidas, funcionava no Bairro Rio Branco, tendo iniciado com 50 meninas atendidas por religiosas franciscanas.		

6 6	Capela Positivista	1928	Inaugurada em 19 de janeiro de 1928 com o nome de capela da Igreja da Humanidade.		
6 7	Faculdade de Ciências Polícias e Econômicas	1931	Criada pelos Irmãos Maristas junto ao Ginásio Nossa Senhora do Rosário, começou a funcionar neste ano, mas só obteve o reconhecimento em 12 de março de 1934 como Curso Superior de Administração e Finanças. Foi mo embrião da PUC		
6 8	Dante Alighieri	1933	Criada pelos Irmãos Maristas junto ao Ginásio Nossa Senhora do Rosário, começou a funcionar neste ano, mas só obteve o reconhecimento em 12 de março de 1934 como Curso Superior de Administração e Finanças. Foi mo embrião da PUC *rever (idem acima)	Escolas Italianas	Em 6 de março a notícia da reorganização e início de funcionamento das escolas: Dante Alighieri ( da Itálica Domus, na Rua da Misericórdia); Umberto I (da Rua Visconde do Rio Branco, esquina Quintino Bandeira); Elena di Montenegro (da Rua João Teles) e Vittorio Emanuele (da Rua 7 de setembro)
6 9	Umberto I	1933	da Rua Visconde do Rio Branco, esquina Quintino Bandeira	Escolas Italianas	

7 0	Elena di Montenegro	1933	da Rua João Teles	Escolas Italianas	
7 1	Vittorio Emanuele	1933	da Rua 7 de setembro	Escolas Italianas	
7 2	Universidade de Porto Alegre	1934	Por decreto de Flores da Cunha, foi criada em 28 de novembro e era integrada pelas Faculdades de Medicina( que incluía as escolas de Farmácia e Odontologia) e Direito (que incluía a Escola de Comércio), escolas de Engenharia e Agronomia e o Instituto de Belas Artes. Primeiro Reitor André da Rocha		
7 3	Grupo Escolar “Machado de Assis”	1939	Na segunda quinzena de janeiro houve uma recusa do então secretário de educação, Coelho de Souza, em denominar uma escola com o nome do escritor.		
7 4	Faculdade Livre (?) de Educação, Ciências e Letras	1940	Autorizada pelo Governo federal em 23 de janeiro de 1940, foi planejada em 1939 pela União Brasileira de Educação e Ensino, da Congregação Marista, futura PUC. Em 26 de março instalou os cinco primeiros cursos (???)	Em, 30 de setembro de 1944 foi inaugurado junto ao Colégio Rosário o prédio das Faculdades Católicas.	

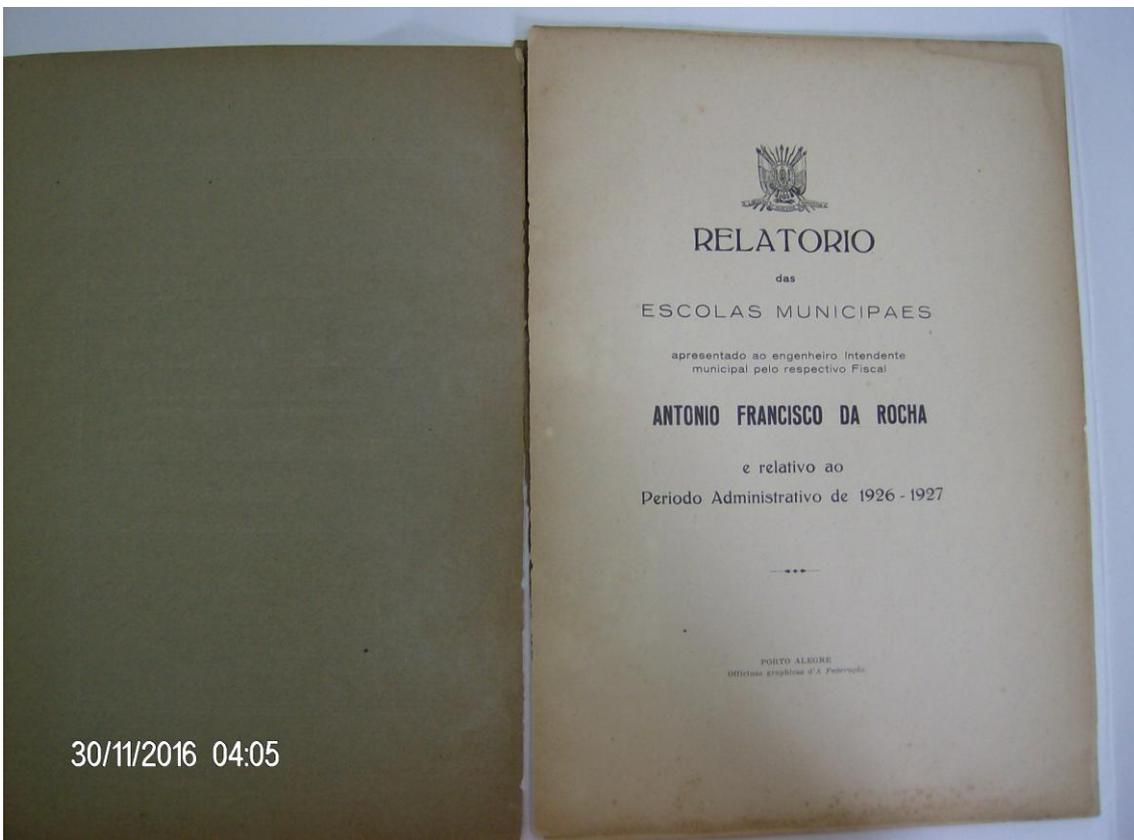
7 5	Faculdade de Filosofia	1942	Em junho de 1942 iniciou as atividades sendo que os primeiros cursos foram Matemática, Física, Química e História Natural, junto a então Universidade de Porto Alegre. Possuía decreto de criação desde 30 de março de 1936 como Faculdade de Educação, Ciências e Letras ainda não fora instalada.	Em abril de 1943 foram criados os cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras ?Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas, Pedagogia e Didática.	
7 6	Faculdade Católica de Direito	1947	Organizada pela Congregação Marista em março realizou os exames vestibulares. Integra a hoje PUCRS		
7 7	Escola Normal 1° de Maio	antes de 1960			
7 8	Antônia Maria do Amaral Ribeiro	1834	Rua Clara-34 alunos	Nome do professor como referência	Aulas particulares da cidade em 1834, conforme Franco, 2000
7 9	João Rodrigues Ferreira	1834	Rua do Cotovelo-8 alunos		
8 0	Rosa Amina do Prado	1834	Rua do Cotovelo-7 alunos		
8	Januário	1834	Praça do Arsenal-4 alunos		

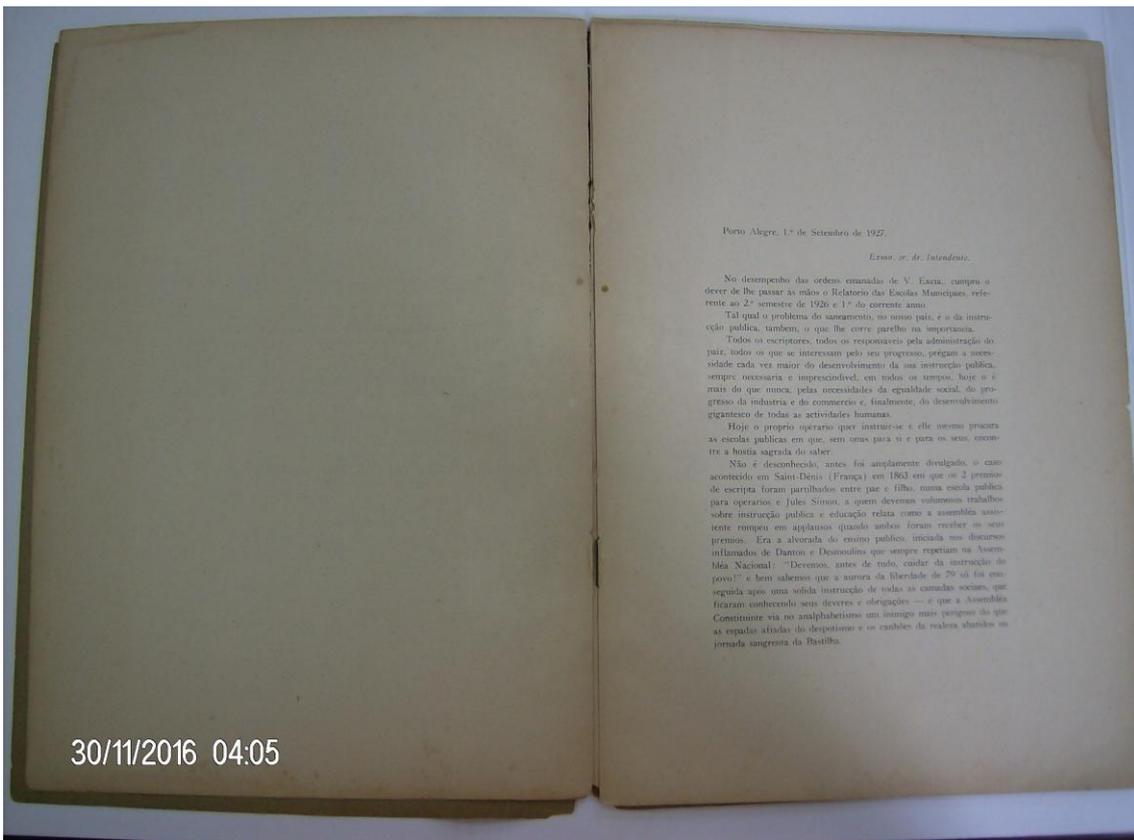
1	Barbosa dos Santos				
8 2	Maria Madalena de Jesus	1834	Rua Formosa-8 alunos		
8 3	Antônia Maria da Silva	1834	Rua Formosa-2 alunos		
8 4	Joaquim Ferreira de Oliveira	1834	Rua Formosa-40 alunos		
8 5	Joaquim Manuel de Gusmão	1834	Rua Formosa-10 alunos		
8 6	João Câncio Gomes	1834	Largo da Igreja-98 alunos		
8 7	José Maria da Silveira	1834	Rua da Ponte-30 alunos		
8 8	Maria Joaquina da Silveira	1834	Rua da Praia-26 alunos		

8	Joaquina	1834	Rua de Bragança-45 alunos		
9	Isabel Guerreira de Brito				
9	Leocádia	1834	Rua de Bragança-18 alunos		
0	Cândida da Silveira				
9	Rita Fausta	1834	Rua de Bragança-20 alunos		
1	Tavares				
9	Maria	1834	Rua de Bragança-10 alunos		
2	Angélica de Jesus				

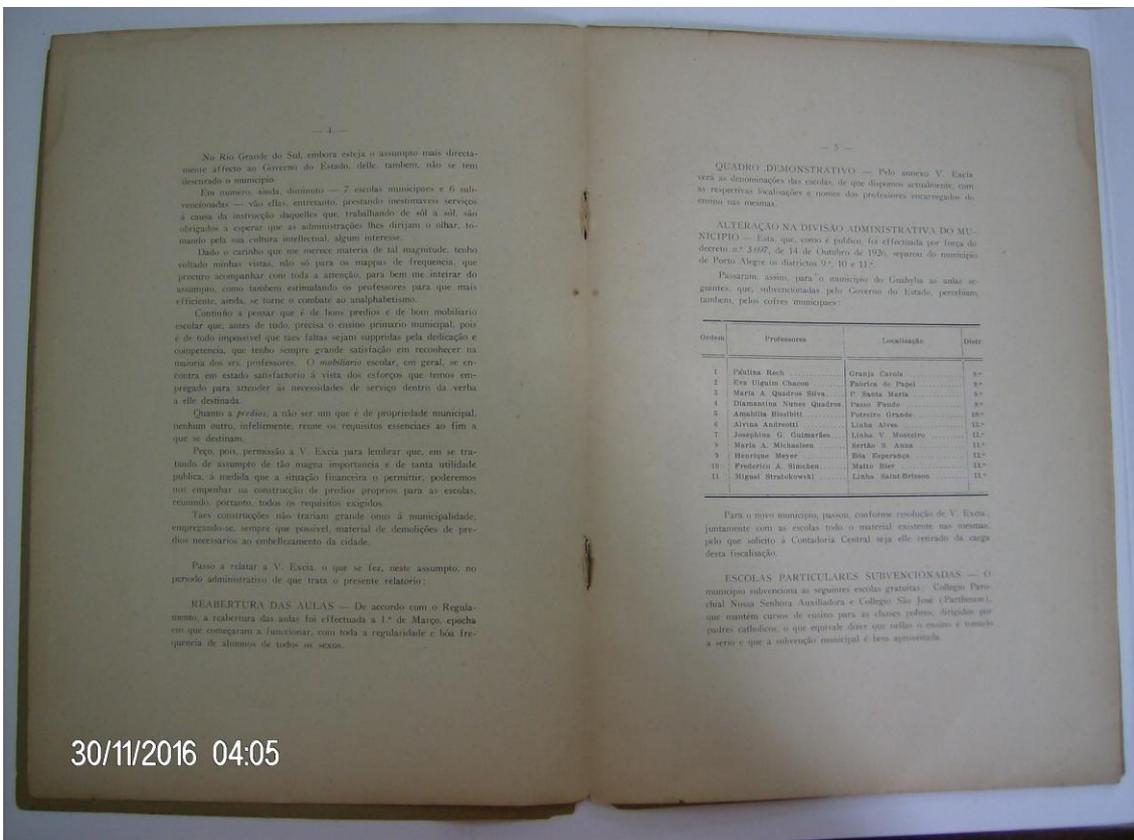
**ANEXO A - EFEMÉRIDES DA INSTRUÇÃO EM PORTO ALEGRE****EFEMÉRIDES DA INSTRUÇÃO EM PORTO ALEGRE  
PRIMÁRIA, SECUNDÁRIA, PROFISSIONAL, RELIGIOSA E UNIVERSITÁRIA**

- 1778 – 1ª aula pública.
- 1800 – O inolvidável padre Tomé Luiz de Souza funda uma aula particular, que passa a ser pública por provisão de 15-10-1807.
- 1820 – Foi criada a 1ª Escola régia para o sexo masculino.
- 1821 – O padre João se Santa Bárbara instala na Igreja Madre de Deus uma aula pública, de geometria.
- 1827 – Antônio Alves Pereira Coruja, notável historiador e gramático, instala sua aula de ensino mútuo em 2 de agosto.
- 1831 – Foi criada uma escola pública para o sexo feminino.
- 1846 – A Lei Provincial nº 52, de 23 de maio, mandou construir um liceu com a denominação de D. Afonso.
- 1851 – Por decreto nº 634, de 20 de setembro, foi estabelecida a Escola Militar.
- 1858 – Foi esse curso convertido em preparatório, com a denominação de Escola Militar Preparatória da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo regulamento de 1º de março de 1858.
- 1859 – Pelo decreto nº 2335, de 8 de janeiro, foi criado o “Seminário Nossa Senhora Madre de Deus.”
- 1869 – Começou a funcionar a “ESCOLA NORMAL, criada por ato de 5 de abril de 1867.
- 1872 – Foi extinto o Liceu D. Afonso.
- 1873 – Extinto o Liceu, foi criado o ATENEU RIO GRANDENSE que começou a funcionar em 16 de março.
- 1873 – Por ato nº 5429, de 2 de outubro, foi criada a Delegacia Especial de Instrução Pública.
- 1876 – Foi criada pela lei provincial nº 1071 uma escola noturna.
- 1886 – Foi na referida escola criado o internato.
- 1896 – Começou a funcionar a ESCOLA LIVRE DE FARMÁCIA.
- 1896 – Foi iniciado o Curso de Agrimensura da Escola de Engenharia.
- 1897 – Teve início o Curso Livre de Partos.
- 1899 – Tiveram início as aulas da Faculdade Livre de Medicina e Farmácia.
- 1900 – Foi fundada a Faculdade de Direito.
- 1902 – A Escola de Agronomia diplomou a sua 1ª turma.
- 1909 – Foi fundada a Escola Superior de Comércio.
- 1910 – Surge a Universidade Técnica da Escola de Engenharia.
- 1928 – Desde este ano funciona o Ginásio Estadual do Rio Grande do Sul.
- 1932 – Foi oficializada a Universidade técnica do Rio Grande do Sul.
- 1934 – Pelo Decreto n. 5.758, de 28 de outubro, foi criada a Universidade de Porto Alegre.
- 1936 – Pelo decreto nº 6.193, de 10-1- foi regulamentada a administração da Universidade de Porto Alegre.

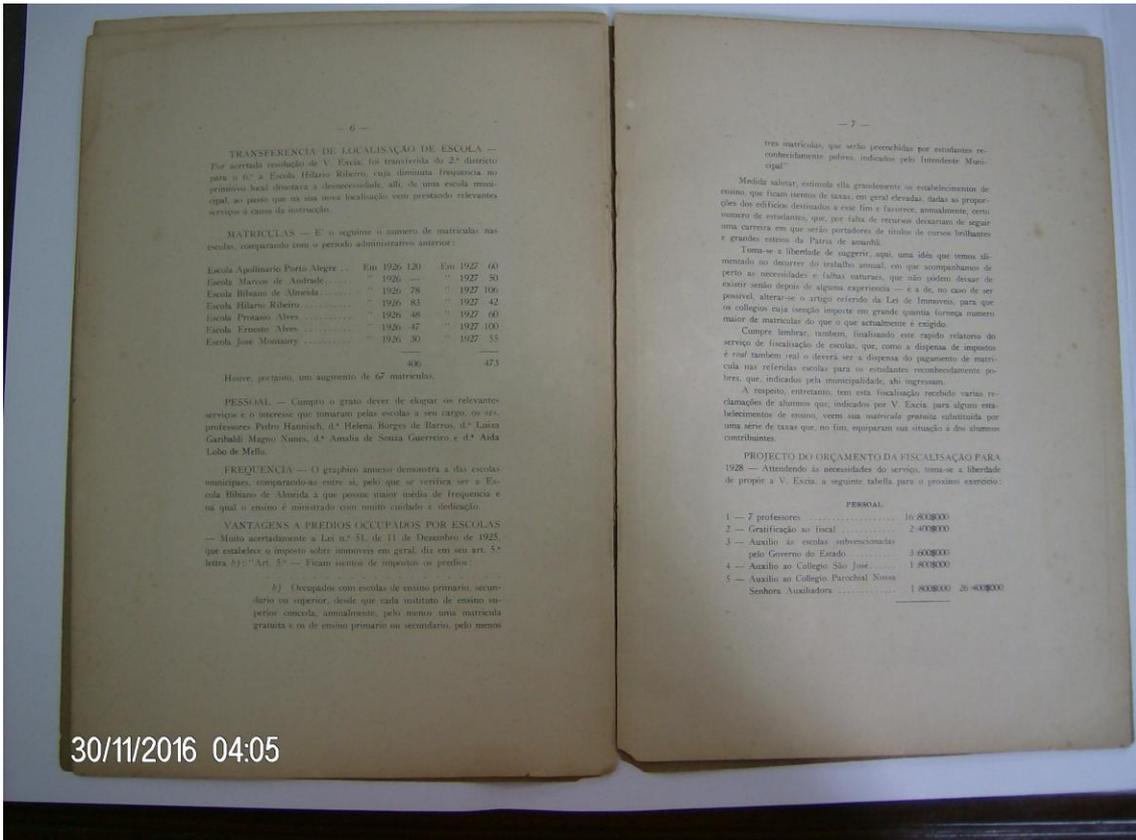
**ANEXO B - RELATÓRIO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE 1926 -1927**



30/11/2016 04:05



30/11/2016 04:05



30/11/2016 04:05

TRANSPERENCIA DE LOCALIZAÇÃO DE ESCOLA — Por acórdão resolvido de V. Excia. foi transferida do 2.º distrito para o 6.º a Escola Hilário Ribeiro, cuja diminuta frequência no primitivo local deu origem a desactualidade, ali, de uma escola municipal, ao passo que na sua nova localização vem prestando relevantes serviços à causa da instrução.

MATRICULAS — E o seguinte o numero de matriculas nas escolas, comparado com o periodo administrativo anterior:

Escola Apolinario Porto Alegre	Em 1926	120	Em 1927	60
Escola Marcos de Andrade	1926	78	1927	53
Escola Bibiano de Almeida	1926	83	1927	106
Escola Hilario Ribeiro	1926	83	1927	42
Escola Prinsao Alves	1926	48	1927	60
Escola Ernesto Alves	1926	47	1927	100
Escola Jose Montary	1926	30	1927	35
		406		473

Haaver, portanto, um augmento de 67 matriculas.

PESSOAL — Cumprio o grau de dever de elogiar os relevantes serviços e o interesse que tomaram pelas escolas a seu cargo, os srs. professores Pedro Hannisch, 1.ª Helena Borges de Barros, 1.ª Luiza Garibaldi Magnó Nunes, 1.ª Amalia de Souza Guerrero, e 1.ª Aida Lobo de Mello.

FREQUENCIA — O graphico anexo demonstra a das escolas municipais, comparando-as entre si, pelo que se verifica ser a Escola Bibiano de Almeida a que possui maior media de frequencia e na qual o ensino é ministrado com muito cuidado e dedicacão.

VANTAGENS A PREDIOS OCCUPADOS POR ESCOLAS — Muito acertadamente a Lei n.º 51, de 11 de Dezembro de 1925, que estabelece o imposto sobre immoveis em geral, dá em seu art. 5.º letra b) Art. 5.º — Ficam isentas de impostos os predios:

b) Occupados com escolas de ensino primario, secundario ou superior, desde que cada instituto de ensino superior concorra, annualmente, pelo menos uma matricula gratuita e os de ensino primario ou secundario, pelo menos

tres matriculas, que serão aproveitadas por estudantes reconhecidamente pobres, indicados pelo Intendente Municipal.

Medida salutar estimada ella grandemente ao estabelecimento de ensino, que ficam isentos de taxas, em geral elevadas, dadas as proporções dos edificios destinados a esse fim e favorece, annualmente, certo numero de estudantes, que, por falta de recursos desistiam de seguir uma carreira em que seria portadores de titulos de cursos brilhantes e grandes estudos da Patria de amanha.

Toma-se a liberdade de suggerir, aqui, uma idea que temos denominado ao desmorner do trabalho annual, em que acompanhamos de perto as necessidades e falhas naturas, que não podem deixar de existir semio depois de alguma experiencia — e a de, no caso de ser possivel, alterar-se o artigo referido da Lei de Immovels, para que os collegios cuja frequencia importe em grande quantia forem numero maior de matriculas do que o que actualmente é exigido.

Cumpre lembrar, tambem, finalizando este rapido relatório do servico de fiscalizacao de escolas, que, como a dispensa de impostos é real tambem, real a devida ser a dispensa do pagamento de matricula nas referidas escolas para os estudantes reconhecidamente pobres, que, indicados pela municipalidade, ahí ingressam.

A respeito, entretanto, tem esta fiscalizacao recebido varias reclamações de alumnos que, indicados por V. Excia. para alguns estabelecimentos de ensino, vem sua matricula praticada substituída por uma serie de taxas que, no fim, equiparam sua situação á dos alumnos contribuintes.

PROJECTO DO ORÇAMENTO DA FISCALISACÃO PARA 1928 — Atendendo ás necessidades do servico, toma-se a liberdade de propor a V. Excia. a seguinte tabela para o proximo exercicio:

PESSOAL

1 — 7 professores	16.800\$000
2 — Gratificacão ao fiscal	2.400\$000
3 — Auxilio ás escolas subvencionadas pelo Governo do Estado	1.600\$000
4 — Auxilio ao Collegio São José	1.800\$000
5 — Auxilio ao Collegio Parochial Nossa Senhora Auxiliadora	1.800\$000 26.400\$000

TRANSPORTE DE ALUMNOS ..... 26.400\$000

MATERIAIS:

1 — Pneu as escolas em geral	3.000\$000
2 — Abastecimento de casas	2.000\$000
3 — Livro	2.000\$000 16.000\$000
4 — Expeditos e correctões da fiscal	16.000\$000

Total da tabela ..... 42.400\$000

Em o que se fez a esse respeito no periodo administrativo de 1926-1927, de accordo com as verbas de V. Excia. que se encontram completas da melhor forma possivel.

Si outro emendamento se tornarem necessario, desde ja collocamos ao vosses intello disponivel.

Saude e Fraternidade.

Antonio Francisco da Rocha,  
Fiscal das escolas.

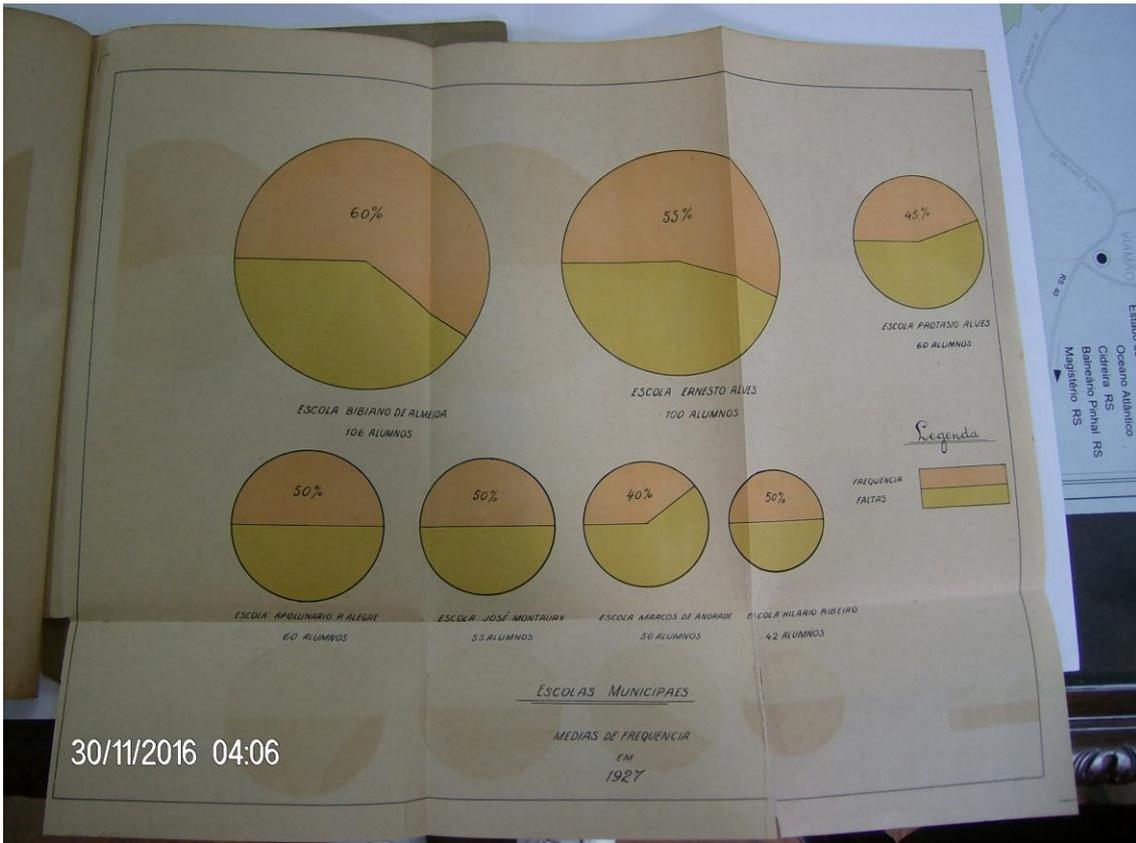
DEMONSTRATIVO DAS MATRICULAS E FREQUENCIA NAS ESCOLAS MUNICIPALES E SUBVENCIONADAS DE 1.º DE JUNHO DE 1927 A 1.º DE JUNHO 1927

Ordem	CATEGORIA	DOCENTE	DESIGNACÃO	Matriculas	Frequencia	Alunos	SEXO
				Matriculas	%	Masculinos	Femininos
1	Municipal	Sirgaretta de Andrade	Apolinario Porto Alegre	27	60	59	25 60
2	"	Francisco Sica Helena	Marcos de Almeida	83	59	49	23 53 17
3	"	Pedro Hannisch	Bibiano de Almeida	106	88	88	34 188
4	"	Aida Lobo de Mello	Hilario Ribeiro	42	58	29	22 29
5	"	Amalia de Souza Guerrero	Ernesto Alves	60	45	15	60 29
6	"	Helena Borges de Barros	Ernesto Alves	100	36	15	19 41
7	"	Luiza Garibaldi Magnó Nunes	Jose Montary	35	50	17	10 25
				473		139	346 113
8	Subvencionada	Chylla Pereira Martins	Pauze dos Pedras	17	37	35	15 19 19
9	"	Dinal Vasconcelos	Aberta dos Murros	29	43	39	13 21 21
10	"	Affonso Pacheco de Sousa	Pauze do Salto	14	44	35	24 32 11
11	"	Paulo Roberto Barreto	Morro de São Constante	79	34	23	14 20 19
12	"	Alvaro Pitrado da Silva	Morro de São Pedro	22	22	16	8 14 9
13	"	Felicia Nassif da Rocha	Escola da Praia	91	24	20	22 18
				218		99	127 91

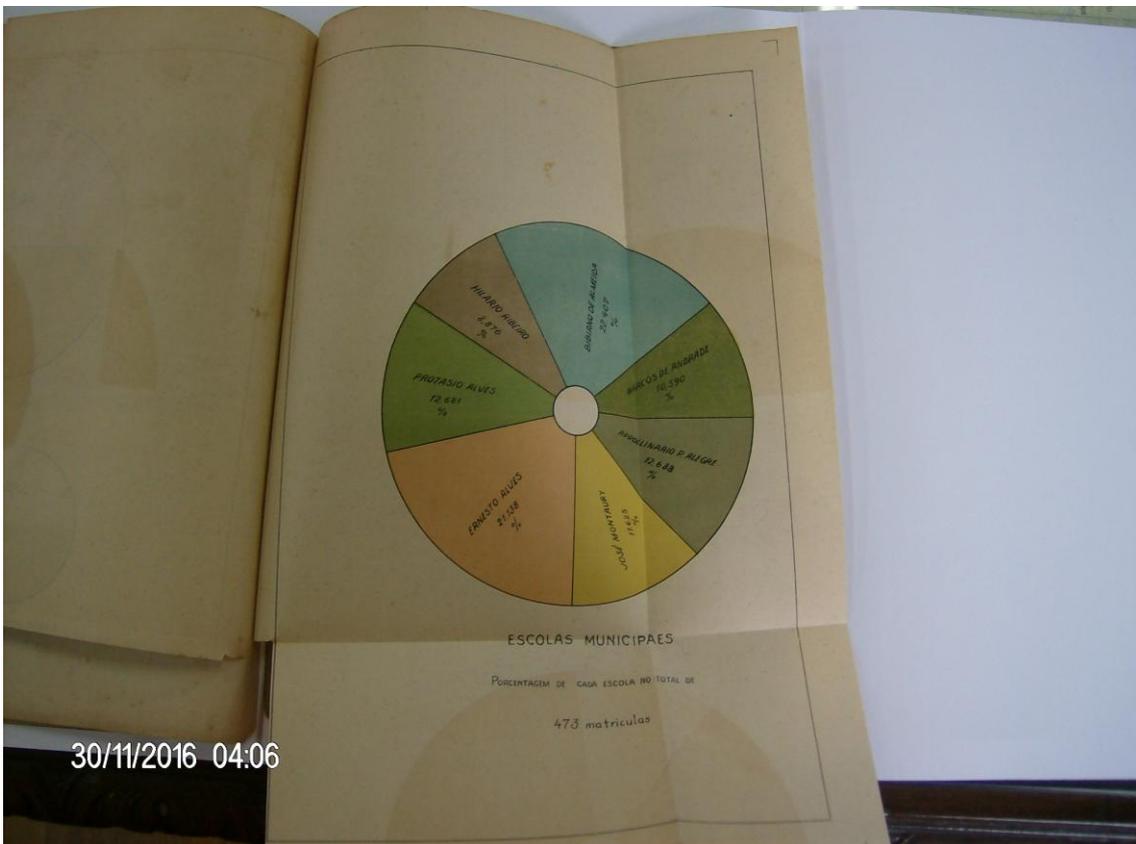
Em 1.º de Setembro de 1927.

Antonio Francisco da Rocha,  
Fiscal das escolas.

30/11/2016 04:05



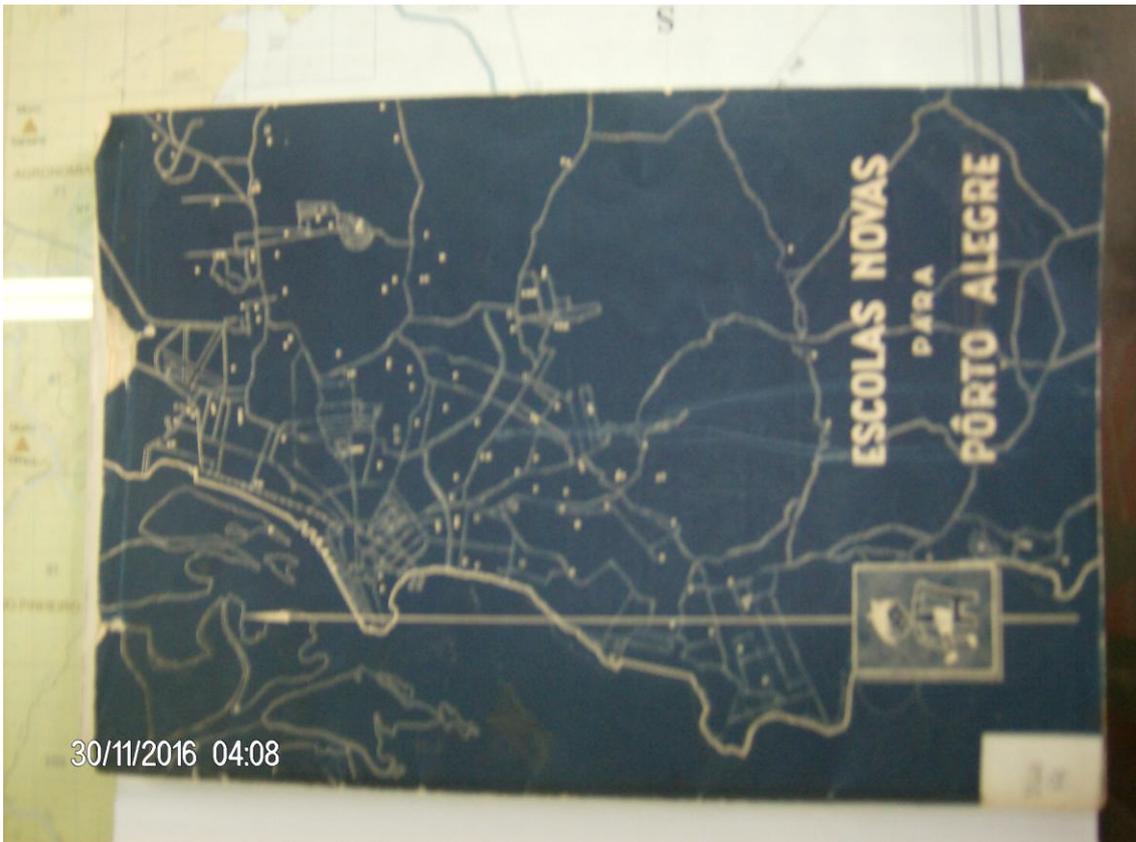
30/11/2016 04:06

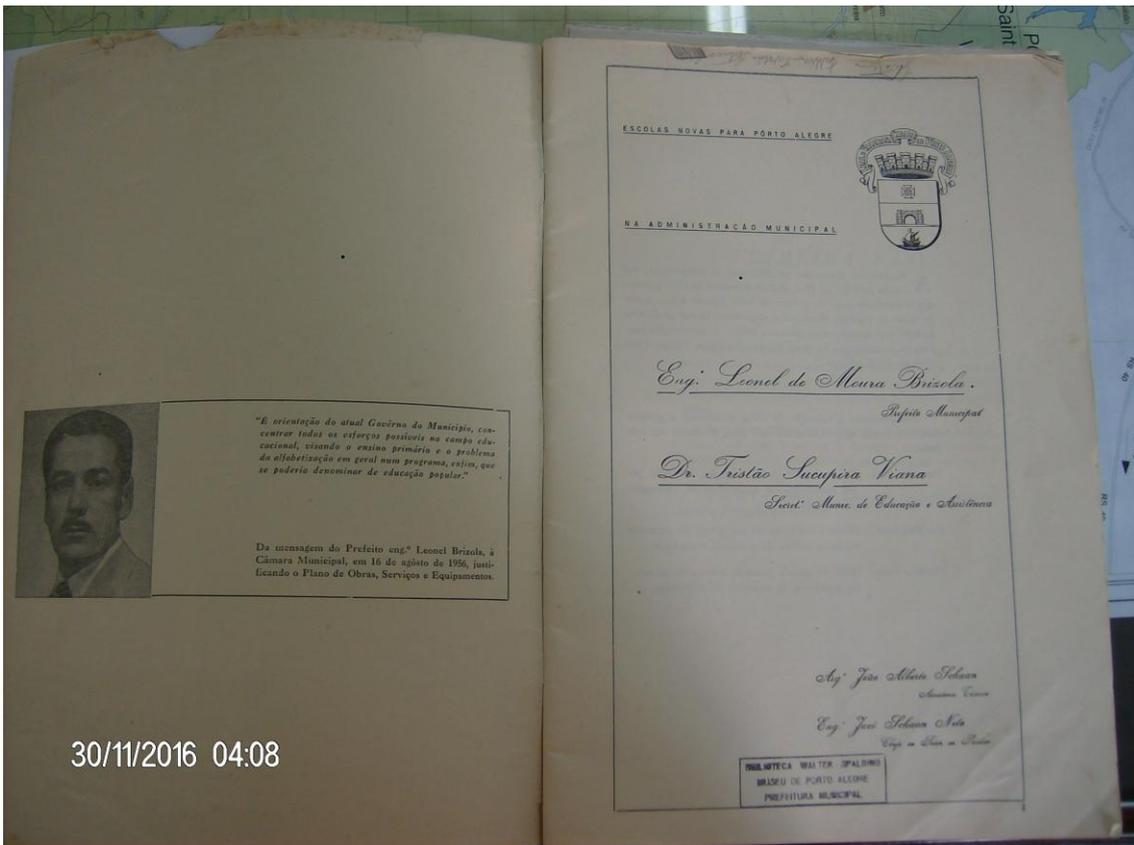


30/11/2016 04:06

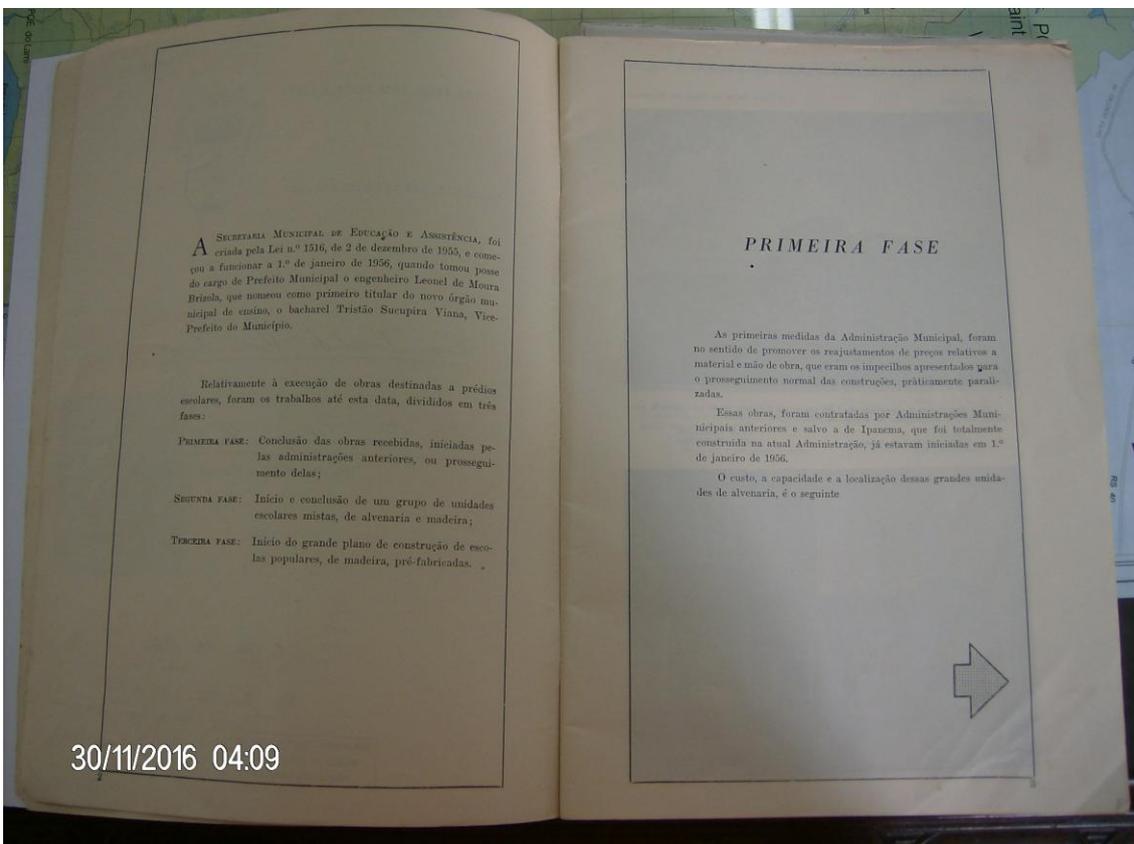


**ANEXO C - ESCOLAS NOVAS PARA PORTO ALEGRE**

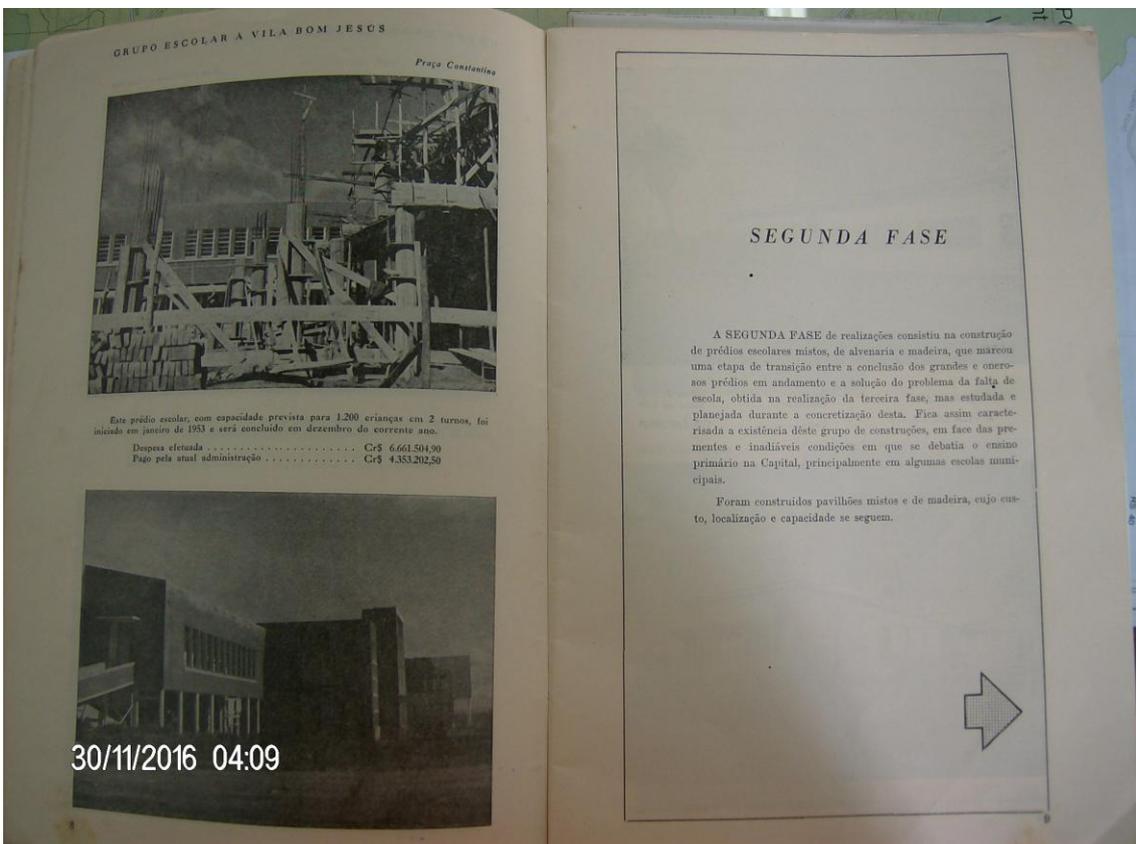


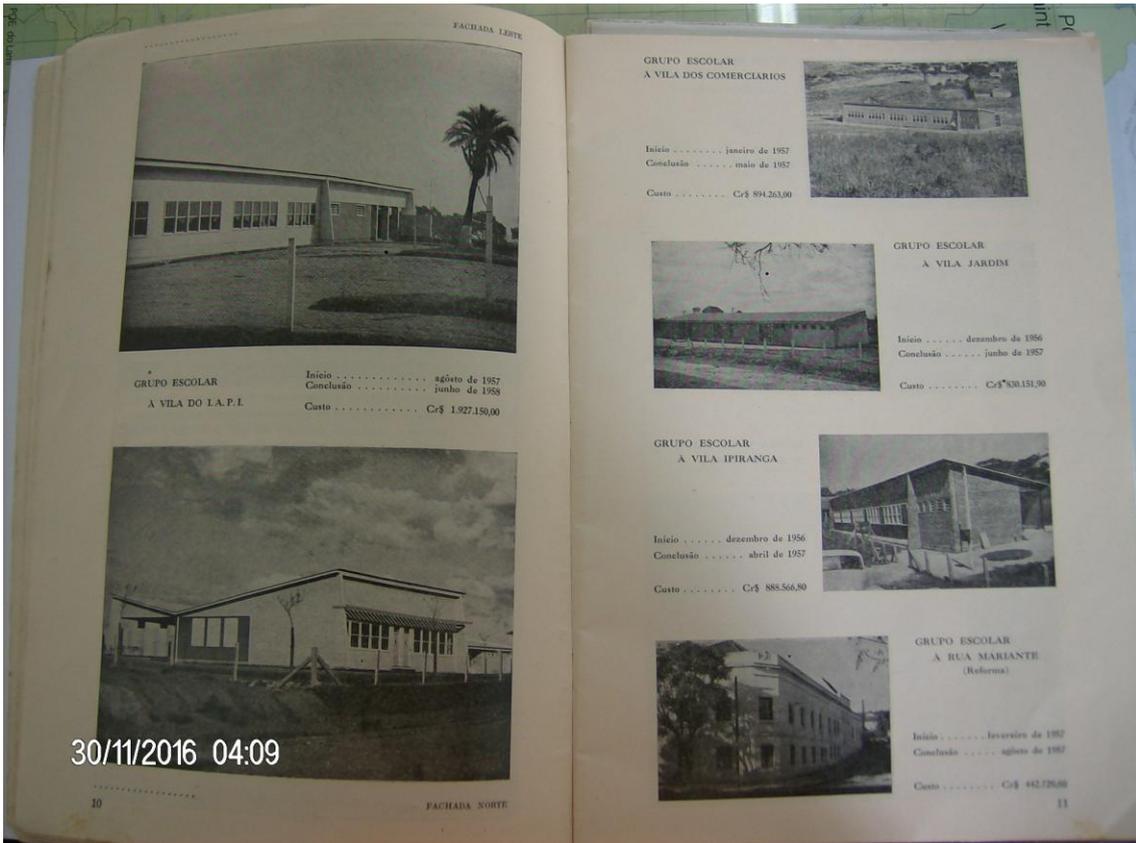


30/11/2016 04:08

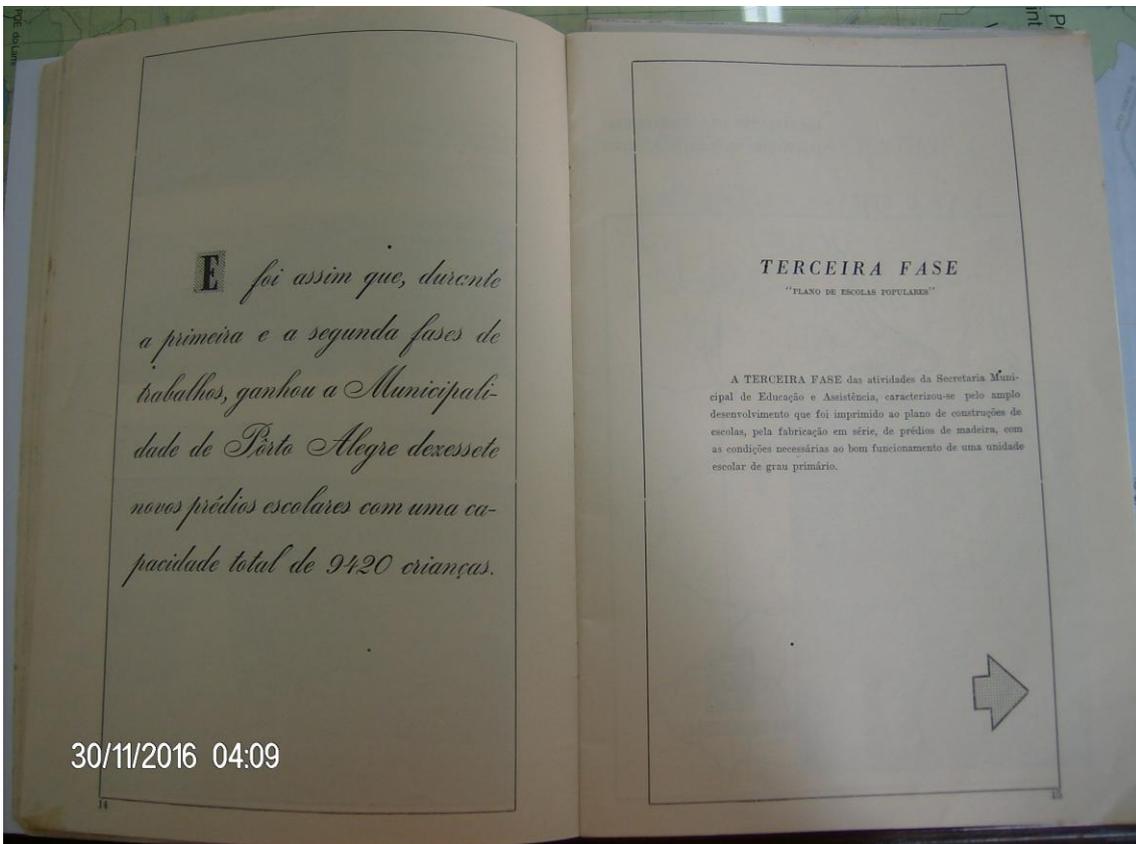


30/11/2016 04:09

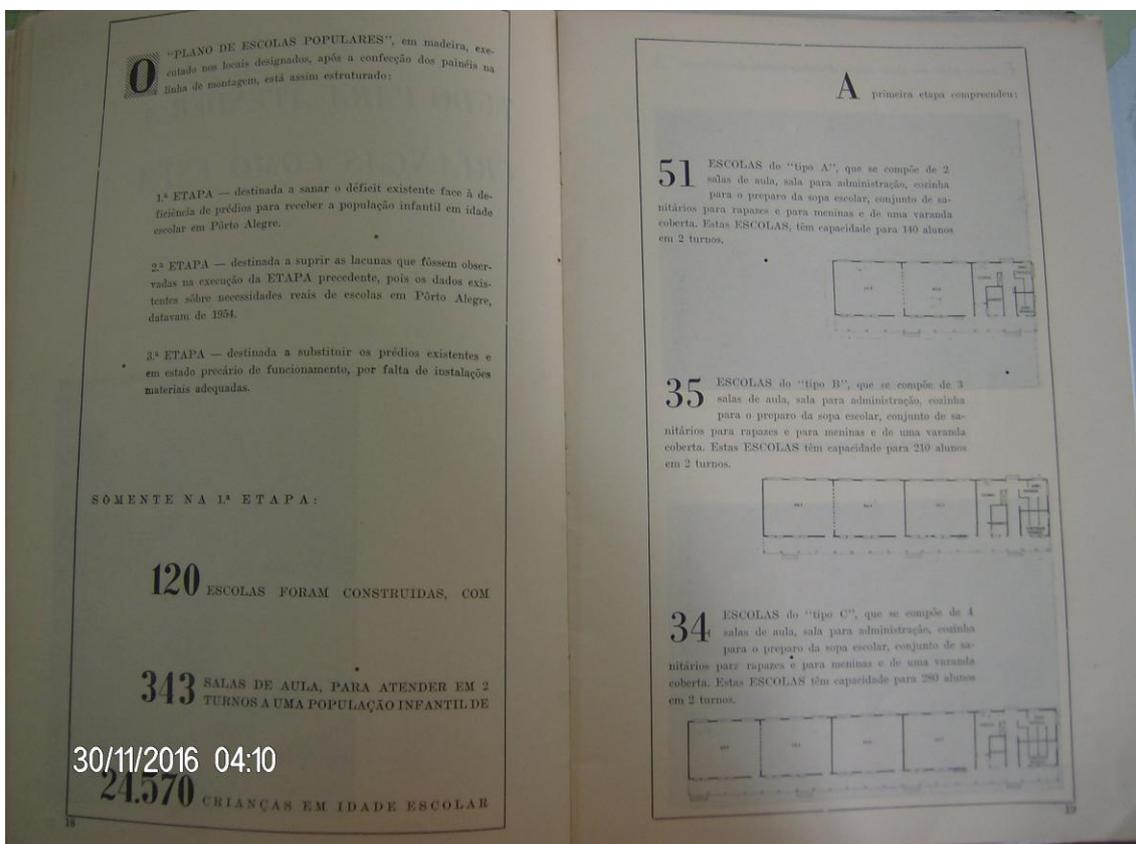
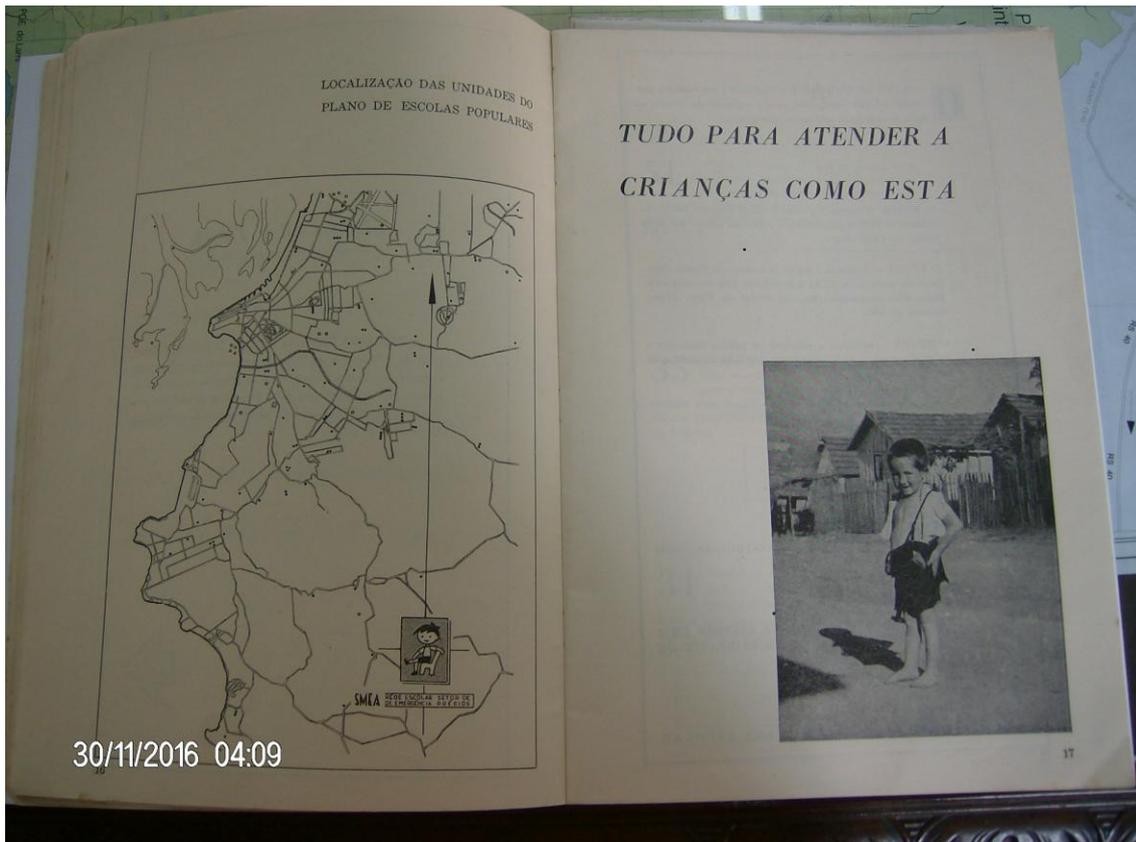


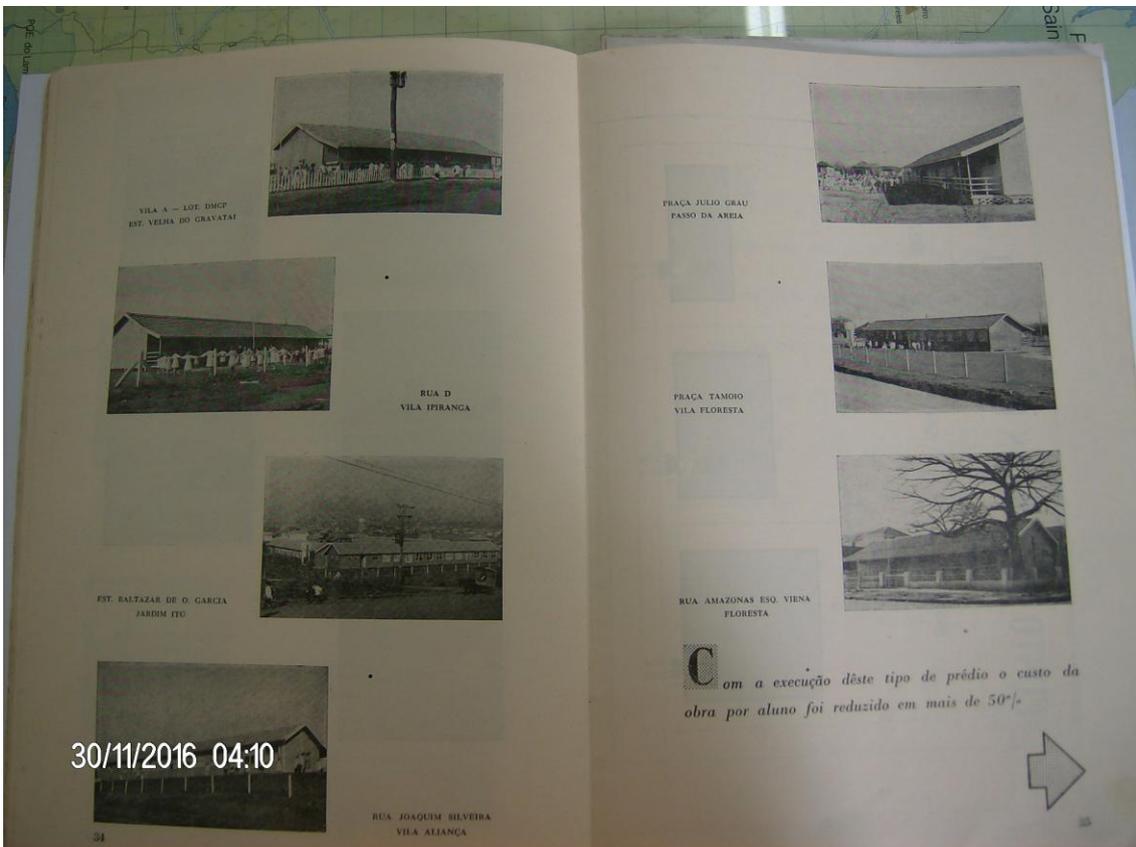
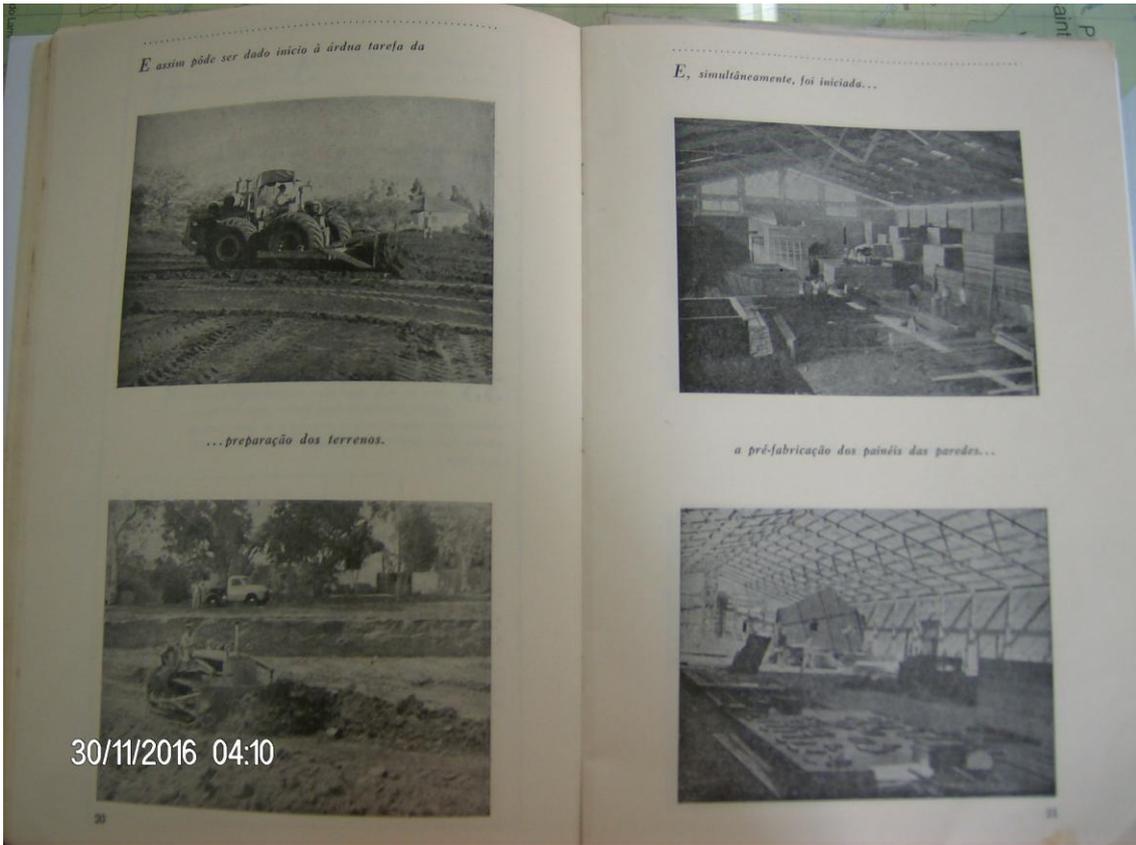


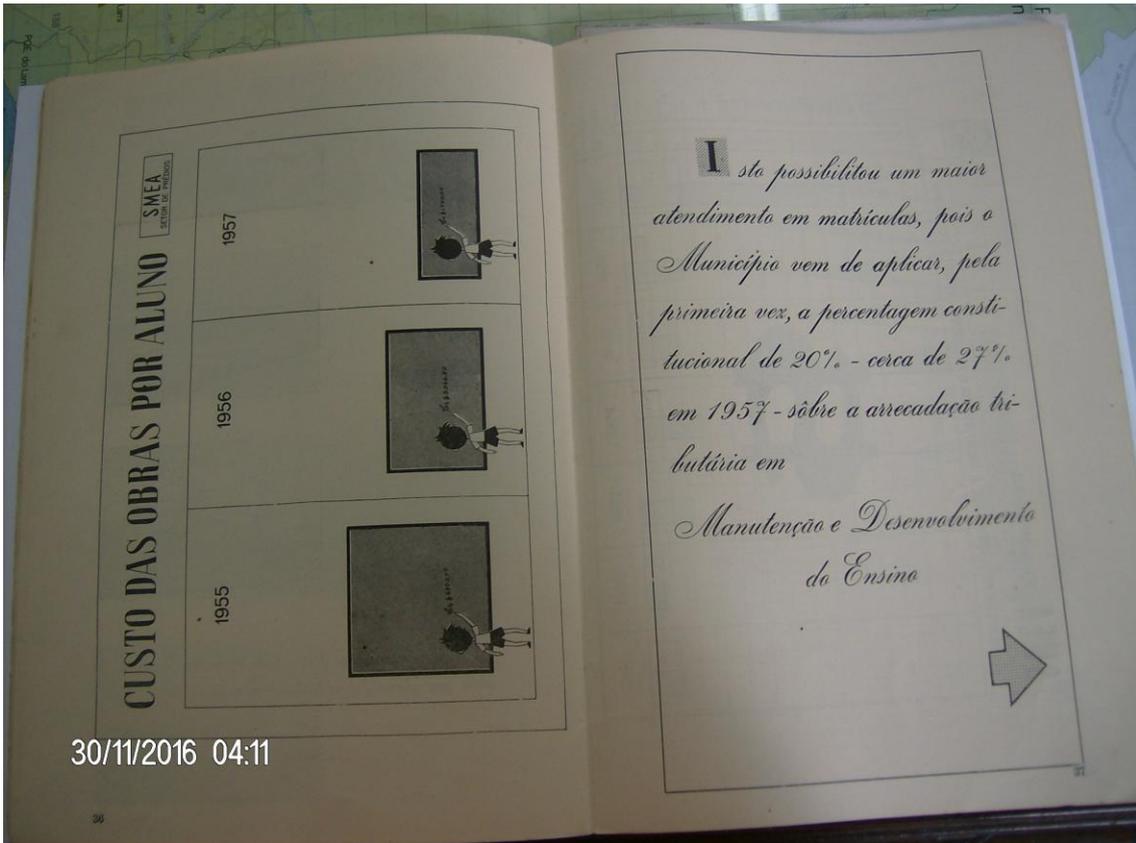
30/11/2016 04:09



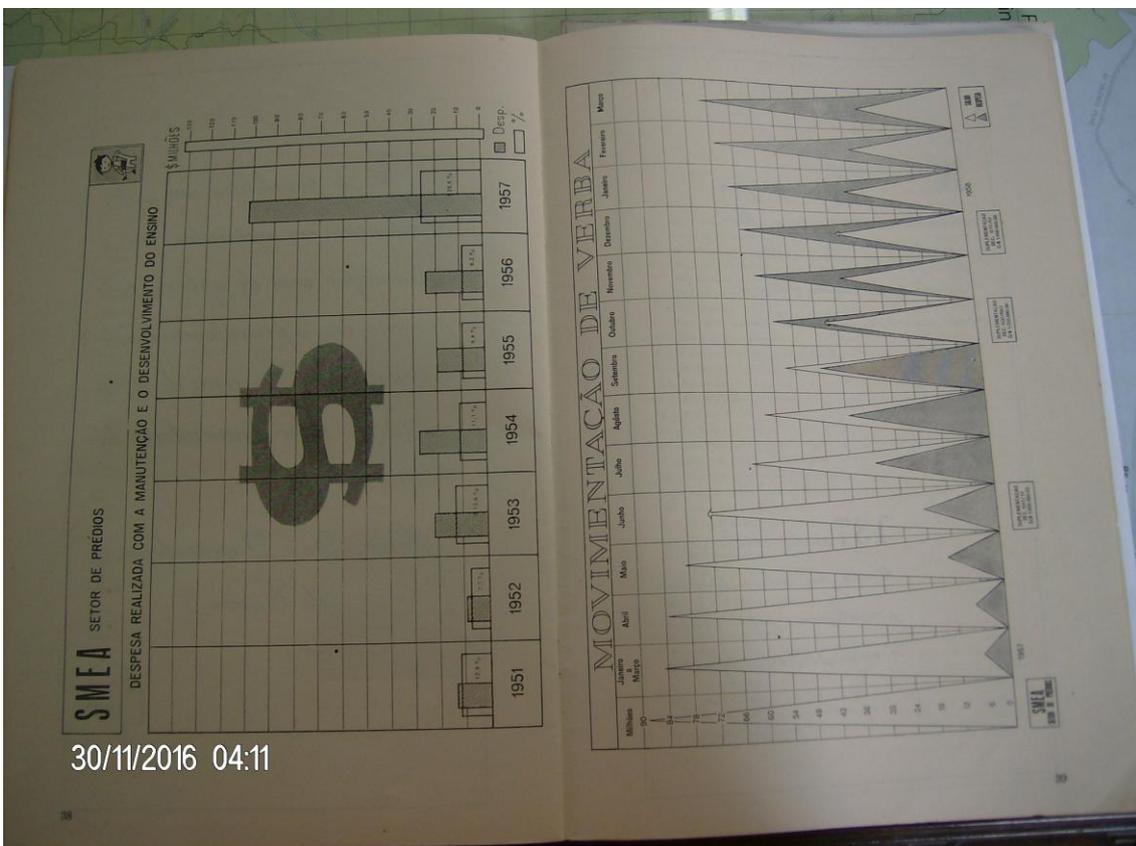
30/11/2016 04:09



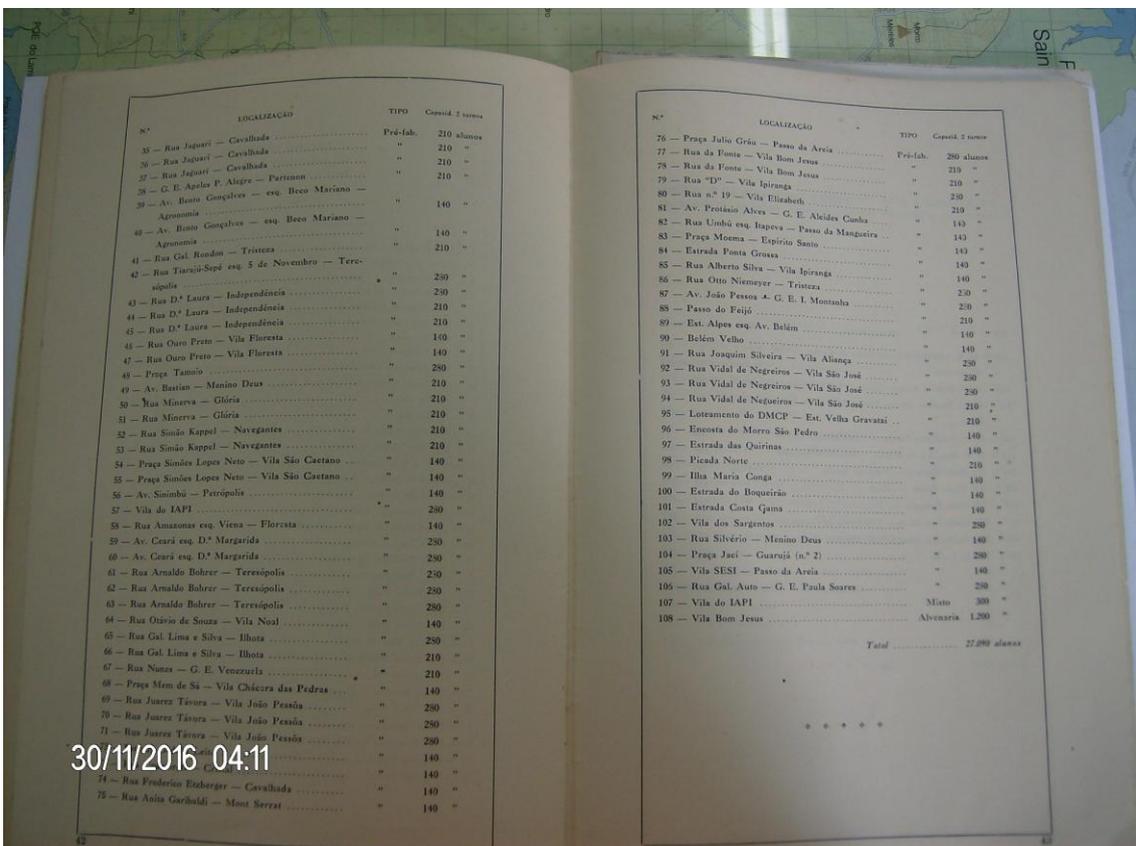
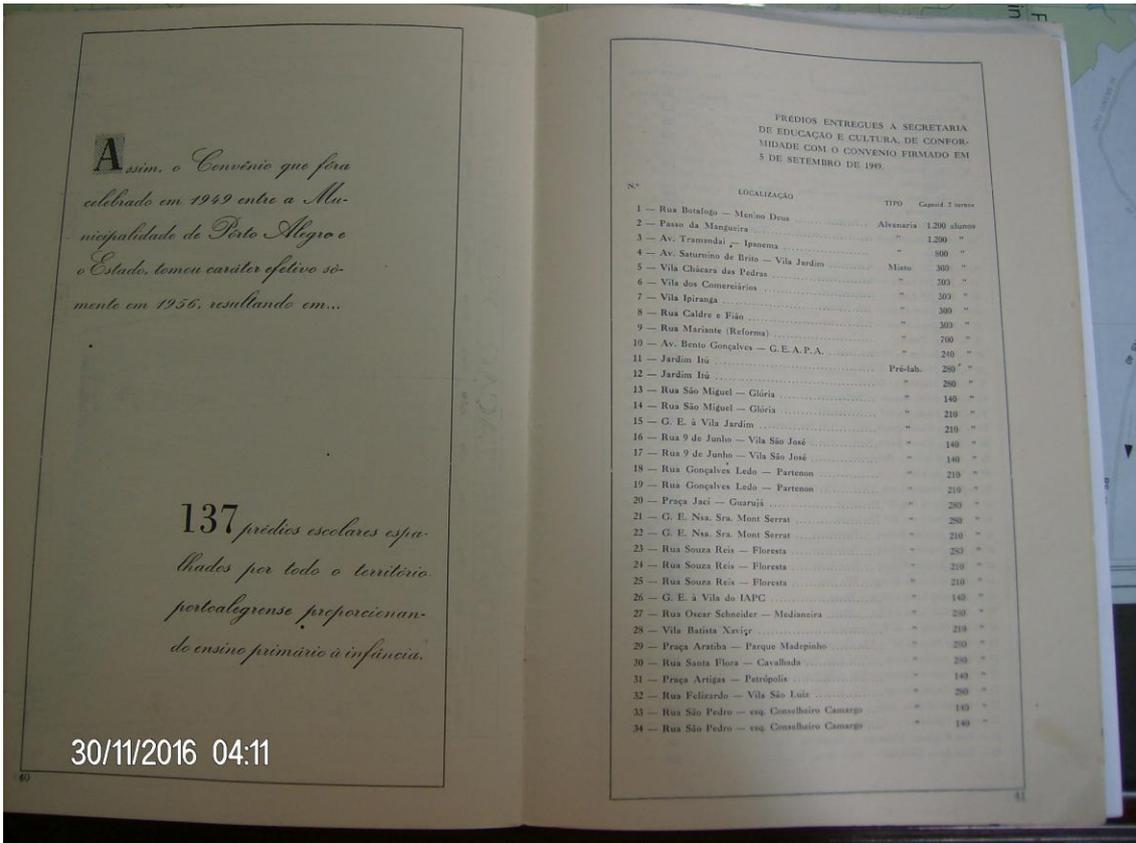




30/11/2016 04:11



30/11/2016 04:11



**PRÉDIOS DESTINADOS AO FUNCIONAMENTO DE ESCOLAS MUNICIPAIS.**

N.º	LOCALIZAÇÃO	TIPO	Capacid. 2 turnos
107	E. M. Liberato Sáezno Vieira da Cunha — Vila da Serandi	Alvenaria	1.200 alunos
110	E. M. Dolores Alcaraz Caldas — Vila D.ª Teodora	Misto	300 "
111	E. M. Senador Alberto Pasqualini — Vila Santa Lúcia	"	300 "
112	E. M. Presidente Vargas — Vila Passo-da-Pedra	"	300 "
113	E. M. Nra. Sra. de Fátima — Vila Mato Sampaio	"	140 "
114	Av. Padri Gaique — Volta do Assio	Pré-fab.	140 "
115	Rua Chico Pedro — Cristal	"	140 "
116	Vila Mato Sampaio (n.º 2)	"	210 "
117	Rua Guilherme Alves — Vila Maria da Conceição	"	210 "
118	Rua Guilherme Alves — Vila Maria da Conceição	"	140 "
119	Illa do Pavão	"	280 "
<i>Total</i>			<b>3.340 alunos</b>

**PRÉDIOS DESTINADOS A INSTITUIÇÕES PARTICULARES MEDIANTE CONVENIO.**

N.º	LOCALIZAÇÃO	TIPO	Capacid. 2 turnos
120	Instituto Vicente Palotti	Pré-fab.	210 alunos
121	Ginásio Vera Cruz — Petrópolis	"	140 "
122	Ginásio Vera Cruz — Petrópolis	"	140 "
123	Rua Marcellio Dias, 1201 — Azenha	"	210 "
124	Rua Marcellio Dias, 1201 — Azenha	"	140 "
125	Av. Bernardi — Passo da Mangueira	"	210 "
126	Av. Bernardi — Passo da Mangueira	"	140 "
127	Belém Novo	"	140 "
128	Estrada para Viamão — Ecoteiros	"	280 "
129	Santana, 1225 — Lar Amigo Germano	"	280 "
130	Rua Vicente de Pontoura — I. S. Ceilia	"	280 "
131	Av. Bento Gonçalves — Esc. Primária São José	"	280 "
132	Vila Nova	"	140 "
133	Rua Duque de Caxias — Colegio Anhebieta	"	280 "
134	Rua Santa Catarina — D. V. Dourado	"	140 "
135	Vila D.ª Teodora	"	140 "
136	Vila D.ª Teodora n.º 2	"	140 "
137	Vila Margarita — Av. Protasio Alves	"	210 "
<i>Total</i>			<b>3.590 alunos</b>

30/11/2016 04:11

**E**m prosseguimento à execução deste Plano de Escolas Populares, a S. M. C. A. construirá mais 50 prédios, dos quais 20 já se acham em andamento e os restantes serão iniciados no fim do exercício em curso para entrar em funcionamento no próximo ano letivo.

Estas 50 unidades atenderão a cerca de mais 14.000 crianças.

\* \* \*

```

graph TD
    subgraph Phase1 [1.º FASE - ALVENARIA]
        C1[CONCLUÍDOS: 4]
        P1[PRÉDIOS: 1]
        A1[ALUNOS: 4000]
    end
    subgraph Phase2 [2.º FASE - MISTO]
        C2[CONCLUÍDOS: 12]
        P2[PRÉDIOS: 2]
        A2[ALUNOS: 3780]
    end
    subgraph Phase3 [3.º FASE - PRÉ-FABRICAÇÃO]
        C3[CONCLUÍDOS: 30]
        P3[PRÉDIOS: 2]
        A3[ALUNOS: 8400]
    end
    
    C1 --> S1[CONCLUÍDOS: 136]
    P1 --> S1
    C2 --> S1
    P2 --> S1
    C3 --> S2[CONCLUÍDOS: 21]
    P3 --> S2
    P3 --> S1
    
    S1 --> F[187 UNIDADES]
    S2 --> F
    
    A1 --> F
    A2 --> F
    A3 --> F
    
    F --- T[47.950 CRIANÇAS]
    
```

30/11/2016 04:12



## ANEXO D - PORTO ALEGRE- EXPANSÃO DA CIDADE

